

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais.

Período de Análise: 01/04/2016 a 30/04/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Site Eletrônico da CONAB
Site Eletrônico da CPT
Site Eletrônico do MMA
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice

Para avançar no exterior, BRF busca aquisições na Malásia. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 01/04/2016.....	8
Fatia da China em fusões e aquisições globais é recorde. Arash Massoudi, Don Weinland e James Fontanella-Khan – Valor Econômico. 01/04/2016.....	9
Benefícios para a agricultura do Brasil na reunião de Nairóbi. Luís Henrique Barbosa – Valor Econômico. 01/04/2016.	11
Milho cai ao menor nível em 9 meses após projeção de área maior nos EUA. Camila Souza Ramos e Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 01/04/2016.....	13
Exportador teme possível exigência chinesa de certificado "anti-zika". Marta Watanabe, Cristiano Zaia e Daniel Rittner – Valor Econômico. 01/04/2016.	14
'Certificado antizika' assusta exportadores. Marta Watanabe, Cristiano Zaia e Daniel Rittner – Valor Econômico. 01/04/2016.	15
Brasil é o maior exportador mundial de aves para a África do Sul. MAPA. 01/04/2016.....	16
Conab recebe empresários russos da área de transportes. CONAB. 01/04/2016....	17
Guinada argentina traz alento para empresariado brasileiro. Janaína Figueiredo e Eliane Oliveira – O Globo, Economia. 03/04/2016.....	17
Corremos o risco de nova sobrevalorização cambial? Affonso Celso Pastore – O Estado de São Paulo, Economia & Negócios. 03/04/2016.....	19
Virada externa. Mirian Leitão – O Globo, Blog Mirian Leitão. 04/04/2016	22
Brasil questiona Tailândia e Indonésia na OMC. Eliane Oliveira – O Globo, Economia. 04/04/2016.....	24
Brasil promulga acordo de comércio entre Mercosul e África Austral. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 04/04/2016.	25
Definidos volumes de cota adicional de açúcar para os EUA para cada exportador. Ana Carolina Oliveira - MAPA. 04/04/2016.	26
Entraves evitam 'boom' de aportes de fundos. Bettina Barros, Fabiana Batista e Mariana Caetano – Valor Econômico. 04/04/2016.	27
Entra em vigor acordo comercial entre Mercosul e África Austral. Ana Carolina Oliveira - MAPA. 04/04/2016.....	29
Brasil e União Europeia trocam experiências sobre Indicação Geográfica de produtos agrícolas. MAPA. 04/04/2016.....	30
Agronegócio representa um terço das exportações brasileiras no primeiro trimestre. CNA. 04/04/2016.....	31

Brasil vai à OMC contra Indonésia e Tailândia. Assis Moreira – Valor Econômico. 05/04/2016.....	33
Campo puxa ranking das exportações. Valor Econômico. 05/04/2016.....	35
Indústrias do RS se unem para importar milho da Argentina. Sérgio Ruck Bueno – Valor Econômico. 05/04/2016.....	35
Seminário avalia inspeção de frutas e hortaliças no Brasil e na União Europeia. Cláudia Lafetá - MAPA. 05/04/2016.....	37
Bélgica apoiará o Brasil nas negociações sanitárias e comerciais com a União Europeia. MAPA. 05/04/2016.....	37
Brasil questiona Tailândia e Indonésia na OMC. Viviane Novaes - MAPA. 06/04/2016.....	38
Comitiva de Portugal visita FAEMG. CNA. 06/04/2016.....	40
Glencore prestes a vender sua divisão agrícola. Ben Dummett e Alex MacDonald – Valor Econômico. 06/04/2016.....	41
Para equilibrar margens em bovinos, JBS foca exportação. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 06/04/2016.....	42
Vale deve separar área de fertilizantes e atrair "parceiro estratégico". Francisco Góes – Valor Econômico. 06/04/2016.....	43
Preço internacional do leite tem leve alta. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico. 06/04/2016.....	45
TAP Cargo cresceu 2,7% em demanda a partir do Brasil em 2015. João José Oliveira – Valor Econômico. 06/04/2016.....	46
Americana ADM anuncia novo presidente para a América do Sul. Fernando Lopes – Valor Econômico. 07/04/2016.....	47
DuPont faz parceria com grupo chinês. Bettina Barros – Valor Econômico. 07/04/2016.....	47
Governo e setor produtivo discutem comércio internacional de grãos geneticamente modificados. Ana Carolina Oliveira - MAPA. 07/04/2016.....	48
Kátia Abreu: negociações para exportação de carne suína de Santa Catarina estão avançadas. Priscilla Mendes - MAPA. 07/04/2016.....	49
Exportações brasileiras para o Japão crescem 55,7% no primeiro trimestre. MAPA. 07/04/2016.....	50
CNA quer maior acesso ao mercado europeu para produtos agropecuários brasileiros. CNA. 07/04/2016.....	51
Real e recessão levam Brasil a ter uma das maiores quedas de importação do mundo. Jamil Chade - O Estado de São Paulo, Economia. 07/04/2016.....	52

Preços de milho e trigo devem ter mínimas de dez anos em 2016. Reuters – O Globo, Economia. 08/04/2016.....	54
Montesanto amplia aposta na Europa. Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico. 08/04/2016.....	55
Exportações do agronegócio do país tiveram alta de 6% em março. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 08/04/2016.....	57
Governo propõe acordos de tarifas com China, Coreia e África do Sul. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 08/04/2016.....	59
Comissão Europeia anuncia período para a troca de ofertas entre UE e Mercosul. Ana Carolina Oliveira - MAPA. 08/04/2016.....	60
CNA espera avanços para o acordo de livre comércio entre UE e Mercosul. CNA. 08/04/2016.....	61
Nufarm, de defensivos, ajusta foco no mundo e avalia aquisições no Brasil. Mariana Caetano – Valor Econômico. 11/04/2016.....	62
Yara Fertilizantes vai investir R\$ 1 bilhão no Brasil. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 11/04/2016.....	63
Cresce demanda por milho importado. Sergio Ruck Bueno – Valor Econômico. 12/04/2016.....	64
Norueguesa Yara deve investir R\$ 5 bi no país. Mariana Caetano – Valor Econômico. 12/04/2016.....	65
Embarque de café recuou 4,3% em março. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 12/04/2016.....	67
Japão aposta em 'startups' para fazer a inovação ressurgir no país. Alexander Martin – Valor Econômico. 12/04/2016.....	68
Ministério vai propor isenção de imposto de importação para milho. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 11/04/2016.....	71
Cresce pressão para evitar maior abertura do mercado europeu à carne do Mercosul. Assis Moreira – Valor Econômico. 12/04/2016.....	72
Banco regional de vacinas contra aftosa é prioridade da América do Sul. Cláudia Lafeté - MAPA. 12/04/2016.....	74
Apesar de safra recorde, EUA compram mais milho do Brasil e da Argentina. Jesse Newman e Jacob Bunge – Valor Econômico. 13/04/2016.....	75
Novo relatório do USDA não muda cenário para os grãos. Fernando Lopes, Mariana Caetano, Camila Souza Ramos e Fernanda Pressinott – Valor Econômico. . 13/04/2016.....	78
Mapa apresenta à Camex proposta para desonerar importação de milho. Priscilla Mendes - MAPA. 13/04/2016.....	79

Crescem exportações brasileiras de ovos frescos para o Japão. Cláudia Lafeté - MAPA. 14/04/2016.	80
Milho dispara em Chicago com dado positivo sobre China e previsão climática. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 14/04/2016.	81
Com US\$ 6 bi em exportações, café tem participação crescente na balança comercial brasileira. CNA. 14/04/2016.	82
Argentina ameaça barrar melão e melancia do Brasil. Camila Souza Ramos e Cristiano Zaia – Valor Econômico. 14/04/2016.	86
Exportações de milho continuam a preocupar indústria de frango. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 14/04/2016.	88
Produtores europeus temem maior abertura da UE a frutas cítricas. Assis Moreira – Valor Econômico. 15/04/2016.	89
China vai eliminar subsídio à exportação para 7 setores. Diane Bartz – Valor Econômico. 15/04/2016.	89
Embarques de café somam US\$ 1,3 bi no 1º trimestre. Inez De Podestà - MAPA. 15/04/2016.	92
China lidera compras de produtos brasileiros do agronegócio. Viviane Novaes - MAPA. 18/04/2016.	93
Laços estreitos com os fornecedores. Fernando Lopes – Valor Econômico. 18/04/2016.	94
Brasil, Chile e Peru trocam experiências sobre ampliação de mercados para fruticultura. Cláudia Lafeté - MAPA. 18/04/2016.	96
Reunião do Gecex analisa isenção do imposto de importação de milho. Viviane Novaes – MAPA. 19/04/2016.	97
Exportações crescem, mas continuam menores que 2015, aponta FARSUL. CNA. 19/04/2016.	97
Fundos puxam alta do açúcar em Nova York. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 19/04/2016.	98
Cai imposto de importação de milho. Inez De Podestà – MAPA. 19/04/2016.	99
Redução de tributos pode elevar exportações em 20%, diz OCDE. Assis Moreira – Valor Econômico. 19/04/2016.	99
ADM integra operações na América do Sul. Mariana Caetano – Valor Econômico. 20/04/2016.	102
China taxa produtos agropecuários de valores mais agregados do Brasil. Eliane Oliveira – O Globo, Economia. 20/04/2016.	104
Compra de fundos leva soja ao maior valor em oito meses em Chicago. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 20/04/2016.	105

Mal-do-Panamá ameaça oferta global de banana. Jamie Smyth - Valor Econômico. 20/04/2016.....	107
ADM unifica comando na América do Sul. Mariana Caetano – Valor Econômico. 20/04/2016.....	108
Camex zera taxa para importar milho. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 20/04/2016.....	109
União Europeia poderá abrir mercado de sementes para o Brasil. Ana Carolina Oliveira – MAPA. 20/04/2016.....	110
Escaladas tarifárias dificultam comércio de produtos agroindustriais entre Brasil e China. CNA. 20/04/2016.....	110
Bonasa, do DF, alcança R\$ 1 bi em vendas e passa a exportar. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 22/04/2016.....	112
Venda externa de cooperativas sobe 12%. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 22/04/2016.....	114
Brasil oficializa isenção de tarifa para importação de milho. Reuters – O Globo, Economia. 22/04/2016.....	115
Publicada resolução da Camex que zera imposto de importação do milho. MAPA. 22/04/2016.....	116
Amaggi vai investir US\$ 100 milhões em unidade portuária na Argentina. Vandson Lima – Valor Econômico. 25/04/2016.....	117
Brasil ganha peso na expansão da Cofco Agri. Fernando Lopes – Valor Econômico. 25/04/2016.....	118
Mapa prepara Congresso Mundial de Vinho. Cláudia Lafetá - MAPA. 25/04/2016.....	120
Acordo de cooperação técnica irá promover agronegócio no exterior. MAPA. 25/04/2016.....	121
Grupo de trabalho discutirá ampliação de acordo entre Mercosul, Colômbia, Equador e Venezuela. MAPA. 25/04/2016.....	121
Fundos negociam volume recorde de soja na bolsa. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 25/04/2016.....	123
SRB firma parceria com agência Business France. Valor Econômico. 25/04/2016.....	124
Recessão brasileira prejudica economia dos vizinhos, diz ministro argentino. Geralda Doca – O Globo, Economia. 25/04/2016.....	125
Nova Zelândia se volta para o Brasil. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico. 26/04/2016.....	126
Disputa com EUA garante cooperação com a África. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 26/04/2016.....	127

Disputa com EUA garante cooperação com a África. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 26/04/2016.....	128
Governo estabelece limite de importação de milho sem taxa. Mariana Caetano – Valor Econômico. 26/04/2016.....	129
Acordo entre Mapa e Apex reforça promoção do agronegócio brasileiro no exterior. Viviane Novaes - MAPA. 26/04/2016.....	130
Conselho Agropecuário do Sul se reúne no Chile. Ana Carolina Oliveira - MAPA. 26/04/2016.....	132
Kátia Abreu: O mundo quer alimentos brasileiros. Inez De Podestà – MAPA. 26/04/2016.....	133
Pilgrim's Pride anuncia recall de produtos de frango nos EUA. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 27/04/2016.....	134
Pilgrim's Pride anuncia recall de produtos de frango nos EUA. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 27/04/2016.....	134
Beraca investe na biodiversidade brasileira para exportação. Andrea Vialli – Valor Econômico. 28/04/2016.....	135
CMOC, da China, adquire ativos da Anglo American. Fernando Lopes e Renato Rostás – Valor Econômico. 29/04/2016.....	136
Dirigentes de universidades e empresas do agronegócio americano conhecem o Sistema CNA. CNA. 29/04/2016.	138

Para avançar no exterior, BRF busca aquisições na Malásia. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 01/04/2016.

Depois de investir na Tailândia e em Cingapura, a BRF colocou a Malásia no radar a fim de prospectar oportunidades de aquisições ou parcerias com sócios locais no

mercado malaio de carne de frango. Para ampliar o nível de conhecimento do mercado, a BRF passará a ter um escritório na Malásia, afirmou ao **Valor** o diretor-geral da BRF na Ásia, Simon Cheng.

"Queremos desenvolver uma plataforma de produção [na Malásia]", disse o executivo. Conforme Cheng, o investimento que a BRF vislumbra fazer na Malásia estará voltado, principalmente, para atender o mercado consumidor local - o país tem cerca de 30 milhões de habitantes.

Apesar de enfatizar que o foco está no mercado doméstico da Malásia, o executivo afirmou que, "eventualmente", a atuação da BRF no país asiático também poderá ter caráter regional, atendendo a outros países do Sudeste Asiático.

De acordo com Cheng, o segmento de frango é o negócio que mais atrai a companhia na Malásia, mas investir no mercado de alimentos processados também está contemplado na estratégia da empresa. Hoje, a BRF tem quatro de seus frigoríficos de aves no Brasil habilitados para exportar para a Malásia, que exige o certificado halal, ou seja, seguindo os preceitos do islamismo.

Na avaliação de Cheng, um dos diferenciais da Malásia que também poderá ajudar a BRF é o rigor do país asiático na produção de alimentos halal. A expectativa é que, com um investimento na Malásia, a BRF possa conhecer e replicar a venda de produtos halal em outros mercados islâmicos.

Enquanto avalia as oportunidades na Malásia, a BRF também segue no processo de integração da tailandesa Golden Foods Siam. A companhia, especializada na produção de carne de frango cozida, foi adquirida pela BRF em janeiro deste ano, por US\$ 360

milhões. A Tailândia é o quarto principal exportador mundial de carne de frango, só atrás de Brasil, Estados Unidos e União Europeia.

Com quatro fábricas na Tailândia, a Golden Foods é a principal operação da BRF na Ásia, destacou Cheng. Além da Golden Foods, as operações da empresa brasileira no continente asiático incluem uma joint venture na área de distribuição e processamento em Cingapura. Na China continental e em Hong Kong, a BRF também mantém uma parceria com terceiros para processamento de matéria-prima exportada pela própria companhia a partir do Brasil.

Em meio ao processo de expansão internacional da BRF - a empresa também investiu no Oriente Médio e na Argentina -, a Ásia deve se tornar mais representativa para os resultados da companhia. No ano passado, a receita líquida da BRF na Ásia foi de R\$ 3,290 bilhões, cerca 10% da receita de R\$ 32,197 bilhões da companhia no período. Na área de frango, o continente já é bastante relevante para o Brasil, e responde por 29,1% das exportações do país.

Fatia da China em fusões e aquisições globais é recorde. Arash Massoudi, Don Weinland e James Fontanella-Khan – Valor Econômico. 01/04/2016.

A participação chinesa nas fusões e aquisições mundiais no primeiro trimestre foi a maior já registrada. A compra de empresas estrangeiras por rivais da China somou cerca de 15% do total.

As empresas chinesas, encabeçadas por uma série de compradores agressivos e bem conectados politicamente, como ChemChina, Dalian Wanda e Anbang Insurance, emergiram como a força mais dinâmica em vários setores.

A escolha dos alvos coloca em evidência os esforços da China para atender a sua classe consumidora cada vez maior, enquanto precisa lidar com o declínio em seu mercado acionário e nas perspectivas de crescimento da economia.

Dos US\$ 682 bilhões em fusões e aquisições realizadas no mundo no primeiro trimestre de 2016, US\$ 101 bilhões, quase 15% do total, envolveram compradores chineses,

segundo dados da Thomson Reuters. O volume de acordos fechados por empresas chinesas já eclipsa o recorde anual de US\$ 109 bilhões, observado em 2015.

"O cenário mundial de fusões e aquisições foi transformado pela onda de acordos chineses no primeiro trimestre de 2016", segundo Colin Banfield, chefe de fusões e aquisições do Citigroup na região da Ásia-Pacífico.

O forte aumento impressionou assessores ocidentais de fusões, muitos dos quais se disseram pegos desprevenidos. Eles também lamentam, reservadamente, que os compradores chineses estão entre os mais econômicos na hora de pagar comissões pelos negócios.

Assessores e analistas atribuem parte da onda a uma questão mais ampla, os receios com a estabilidade do yuan chinês, e indicam que o forte aumento no número de negócios, em certos aspectos, assemelha-se a uma fuga de capital.

Especialistas em fusões e aquisições dizem que os compradores chineses sentem-se estimulados pela abundância de crédito fácil. Os bancos estatais chineses mostram-se mais do que interessados em aprovar a concessão de empréstimos para a compra de ativos considerados mais seguros que os chineses, dado o menor crescimento da economia doméstica.

Um dos negócios do trimestre foi a maior aquisição chinesa de uma empresa estrangeira na história: a compra da suíça Syngenta, de agronegócio, pela ChemChina, grupo químico cada vez mais diversificado, por US\$ 43,8 bilhões.

O maior volume de transações chinesas atenuou a forte queda geral nas fusões e aquisições, que recuaram 57% em relação ao último trimestre de 2015, quando houve um recorde de US\$ 1,6 trilhão em transações. Na comparação anual, o declínio foi de 14%.

A atividade de fusões e aquisições nos EUA teve grande queda na comparação anual. Foram US\$ 256,6 bilhões em negócios, 29% a menos que no primeiro trimestre de 2015 e o menor nível em quase dois anos. Na Europa, houve ligeira alta, para US\$ 181,6 bilhões.

"O volume absoluto de negócios chineses coloca em evidência o forte declínio em fusões e aquisições", disse Alain Klein, sócio da Simpson Thacher & Bartlett. "As empresas chinesas tiveram maior participação no volume geral simplesmente porque houve menos negócios mundialmente. Impressiona ver a queda de atividade nos EUA".

Benefícios para a agricultura do Brasil na reunião de Nairóbi. Luís Henrique Barbosa – Valor Econômico. 01/04/2016.

O resultado alcançado pelos 162 membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) em dezembro 2015, em Nairóbi, foi comemorado tanto pelo governo brasileiro quanto pelo setor privado. Mas, o que realmente se negociou? Qual a importância do fim dos subsídios à exportação?

Os membros da OMC decidiram estipular o ano de 2018 como prazo para o término dos subsídios à exportação. O fim desse tipo de subvenção colocará o setor agrícola na mesma situação em que se encontra o setor de bens industriais, uma vez que para estes produtos as subvenções à exportação foram proibidas há décadas. A quantidade de produtos exportados não depende da eficiência do produtor, mas da quantidade de subsídio governamental direcionado à produção, causando distorção no mercado.

As regras da OMC permitiam a utilização de um total de aproximadamente US\$ 12,2 bilhões em subvenções diretas à exportação de produtos agrícolas por ano. Nos últimos cinco anos, estima-se, contudo, que, em média, menos de US\$ 200 milhões por ano estivesse sendo utilizado. Estados Unidos e União Europeia praticamente não recorrem a esse tipo de subvenção, apesar do montante que lhes era concedido representar 85% desse total. Esse cenário pode explicar, em parte, o porquê de o resultado em Nairóbi ter sido possível. A decisão reduz o potencial distorcivo dos programas de incentivo à exportação e resulta em maior previsibilidade do mercado.

Há um desafio ainda maior, disciplinar o uso dos subsídios internos que

distorcem o mercado internacional

Outra decisão tomada em Nairóbi diz respeito ao Artigo 9.4 do Acordo de Agricultura. Esse dispositivo excetua os países em desenvolvimento da obrigação de limitar alguns tipos de subsídio à exportação, como o apoio ao transporte interno de produtos agrícolas. A Índia, por exemplo, utilizou US\$ 88 milhões a título de subsídios à exportação, conforme o Artigo 9.4, para beneficiar as exportações de açúcar em 2009, correspondendo a 3,4 milhões de toneladas exportadas do produto.

A utilização de qualquer forma de subsídio à exportação tem grande potencial de distorcer o mercado internacional, não importando se o produto tem origem em um país desenvolvido ou em desenvolvimento.

Os membros da Organização Mundial do Comércio decidiram, ainda, estabelecer algumas regras para a concessão de crédito, garantia de crédito e seguro à exportação. Basicamente, as novas regras para o financiamento à exportação estabelecem um período máximo entre o início do contrato e o fim do pagamento, que será de até 18 meses, e o autofinanciamento dos programas de concessão de crédito, os quais devem cobrir as perdas financeiras e os custos operacionais. Além disso, os prêmios devem ser baseados no risco da operação.

No caso de utilização de crédito à exportação, verifica-se grande discrepância entre países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento, visto que nesse tipo de subsídio o limite do valor a ser utilizado é a capacidade do país em oferecer tal suporte financeiro. Segundo dados do U.S. Department of Agriculture (USDA), os Estados Unidos utilizaram, em média, entre 2005 e 2013, US\$ 3,1 bilhões de crédito à exportação por ano. O Brasil utilizou uma média de US\$ 142 milhões por ano. Os países em desenvolvimento não têm recursos para concorrer com os Tesouros nacionais dos países mais desenvolvidos.

Portanto, o fim do subsídio à exportação de produtos agrícolas deve ser comemorado, já que corrige um erro histórico, ao deixar os produtos agrícolas sem o amparo das normas internacionais que garantiam um comércio mais justo. Mesmo que a utilização desse mecanismo tenha sido reduzida nos últimos anos, diminuir o espaço para políticas públicas que incentivam a exportação é, sem dúvida, um avanço.

As novas disciplinas de crédito favorecem os países com menos recursos e torna a competição entre os exportadores mais justa. Contudo, o Brasil deve estar preparado

para um desafio ainda maior: disciplinar o uso dos subsídios internos que distorcem o mercado internacional, o chamado apoio doméstico do tipo caixa amarela. Esse tipo de subvenção, ainda permitido pelas regras da OMC, pode ser tão ou mais prejudicial ao mercado internacional quanto os subsídios diretos à exportação.

Basicamente, esse mecanismo consiste no suporte financeiro que os governos concedem aos produtores agrícolas. Ao contrário da baixa utilização das subvenções diretas à exportação, os países desenvolvidos empregam elevado volume de recurso do tipo apoio caixa amarela. Como exemplo, no ano de 2012 os Estados Unidos concederam subsídio desse tipo, apenas para a produção de milho, na ordem de US\$ 2,7 bilhões e exportou cerca de US\$ 11 bilhões do produto.

Na safra 2012/13, o Brasil concedeu cerca de US\$ 2,1 bilhões da mesma natureza de subsídio, mas para toda a sua produção agrícola. Não é difícil entender o motivo pelo qual esse tema sofre enorme resistência por parte dos países desenvolvidos. Nairóbi terminou inesperadamente de forma positiva, mas os desafios aos interesses do agronegócio brasileiro continuam.

Luís Henrique Barbosa da Silva é adido para Agricultura da Missão do Brasil na Organização Mundial do Comércio.

Milho cai ao menor nível em 9 meses após projeção de área maior nos EUA. Camila Souza Ramos e Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 01/04/2016.

A possibilidade de uma robusta safra de milho nos Estados Unidos na temporada 2016/17 se somar às reservas já historicamente elevadas do grão no país fizeram os preços internacionais da commodity caírem aos menores níveis em nove meses ontem. Os papéis do milho que vencem em junho caíram 4,5% na bolsa de Chicago e fecharam a US\$ 3,5575 o bushel. Foi o menor valor para um contrato de segunda posição na bolsa desde 15 de junho do ano passado.

A desvalorização foi reflexo da projeção, divulgada ontem pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), de que o plantio de milho nos EUA ocupará uma área de 37,88 milhões de hectares, alta de 6% em relação à safra atual e bem acima

das expectativas do mercado. Se confirmada, será a maior área semeada desde 2013 e a terceira maior desde 1944, quando começou a série histórica.

Maior produtor de milho do mundo, os EUA planejam expandir o cultivo do cereal mesmo em um cenário de cotações pressionadas porque ainda vêm um retorno maior do que em outras culturas, tais como a soja.

Embora ainda seja precipitado auferir como será a produtividade, o aumento de área plantada com milho favorece uma colheita ainda maior na próxima temporada. Esse volume deve se somar às reservas elevadas nos EUA, que em 1 de março eram de 198,33 milhões de toneladas, conforme reportado também ontem pelo USDA. O volume é ligeiramente maior que o registrado na mesma época do ano passado (196,85 milhões de toneladas) e chegou próximo à média das apostas dos analistas (198,63 milhões de toneladas).

No relatório divulgado ontem, o USDA também estimou que a área a ser plantada com soja será de 33,27 milhões de hectares (queda de 1% ante a safra atual), enquanto o cultivo de trigo deverá ocupar 20,07 milhões de hectares (9% a menos), sendo 4,57 milhões de hectares de trigo de primavera.

Exportador teme possível exigência chinesa de certificado "anti-zika". Marta Watanabe, Cristiano Zaia e Daniel Rittner – Valor Econômico. 01/04/2016.

Os exportadores estão preocupados com a notícia, não confirmada oficialmente pelo governo da China, de que o país asiático estuda a exigência de certificado "anti-zika" em produtos exportados pelo Brasil. Com receio do impacto da exigência de um novo documento principalmente na exportação de produtos alimentícios, a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) fez contatos preliminares com os ministérios da Saúde e da Agricultura sobre a viabilidade da emissão do certificado.

Procurado pelo Valor, o Ministério da Agricultura respondeu que até o momento não foi informado oficialmente sobre "essas supostas exigências de que produtos brasileiros exportados para a China vão precisar de certificado de livres do zika vírus". Um fonte do ministério, que preferiu falar em condição de anonimato, diz que várias empresas do setor de carnes e grãos já relataram à Pasta que vêm sendo barrados por importadores

chineses com essa alegação de que o governo da China exige a partir de agora essa garantia.

Provocado, o ministério enviou há dez dias um pedido de informações ao órgão governamental da China responsável pela fiscalização agropecuária, a agência Aqziq. No documento, técnicos do governo brasileiro questionam se esses relatos de companhias empresariais são verídicos e, em caso de resposta positiva, pedem para que o órgão comunique oficialmente ao Brasil sobre os procedimentos a serem adotados. A fonte diz que esses relatos não se restringem apenas a indústrias de alimentos mas valem para fabricantes de qualquer produto que deseje entrar em portos chineses.

José Augusto de Castro, presidente da AEB, diz que se a exigência for feita, será uma barreira não tarifária. "Não sabemos se há muito sentido na exigência do certificado. Mas se o documento passar a ser pedido significará um custo a mais num momento em que o câmbio passou a ficar mais valorizado." Para ele, entre os produtos alimentícios, as carnes podem ser mais afetadas. No caso da soja, a vantagem para o exportador brasileiro, diz, é a pouca diversidade de fornecedores.

Fontes da diplomacia brasileira afirmam que foram encontrados, em um carregamento de carne importada do Brasil, resíduos do *Aedes aegypti*, vetor da zika. Autoridades chinesas procuradas pela Embaixada do Brasil em Pequim avisaram que farão inspeções mais rigorosas a partir de agora, mas garantiram que medidas restritivas não seriam adotadas por enquanto.

A Itália também teria encontrado resíduos do mosquito em um lote de pneus importados do Brasil e monitora a situação. O risco de estrago imediato nas relações comerciais foi afastado, mas a atenção será redobrada.

A China é o principal destino das exportações brasileiras. No ano passado, o país asiático comprou US\$ 35,6 bilhões em produtos do Brasil, com fatia de 18,6% do total dos embarques.

'Certificado antizika' assusta exportadores. Marta Watanabe, Cristiano Zaia e Daniel Rittner – Valor Econômico. 01/04/2016.

Exportadores estão preocupados com notícia, não confirmada oficialmente, de exigência de "certificado antizika" nas vendas à China. Uma fonte do Ministério da Agricultura disse que empresas de carnes e grãos relataram à Pasta que vêm sendo barradas por importadores chineses sob alegação de que Pequim exige essa garantia a partir de agora.

O ministério enviou há cerca de dez dias um pedido de informações às autoridades chinesas, questionando se os relatos são verídicos e, em caso afirmativo, quais procedimentos deverão ser adotados.

Brasil é o maior exportador mundial de aves para a África do Sul. MAPA. 01/04/2016.

Em 2015, vendas ao país africano somaram US\$ 132,8 milhões

O Brasil é hoje o maior fornecedor mundial de carne de aves para a África do Sul. Em 2015, o país africano importou do mundo US\$ 365,7 milhões dessa proteína, dos quais US\$ 132,8 milhões foram comprados do mercado brasileiro (36,3%).

Segundo a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em 2014, a participação do Brasil foi menor, de 31,5%, de um total de US\$ 374,6 milhões, importados pela África do Sul em carne de aves.

O Brasil alcançou a posição de maior exportador mesmo com a ampliação das tarifas de importação da carne de frango inteiro, de 27% para 82%, e de cortes brasileiros, de 5% para 12%, aplicadas pelo governo sul-africanas a partir de 2013, em razão de medida *anti-dumping*.

Desde 2010, o Mapa tem um adido agrícola na África do Sul. “A presença de um especialista brasileiro no país intensifica negociações de abertura de novos mercados e contribui com o levantamento de informações estratégicas, fundamentais para o fomento de exportações”, assinala a secretária de Relações Internacionais do Agronegócio do Mapa, Tatiana Palermo.

Conab recebe empresários russos da área de transportes. CONAB. 01/04/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) recebeu comitiva russa formada por diretores da empresa RZD Russian Railways. O encontro, ocorrido nesta quinta-feira (31), teve como objetivo discutir a perspectiva de utilização da Ferrovia Norte-Sul para transporte da produção agrícola nacional. A corporação tem interesse em concessões no setor.

A área de Gestão da Oferta da Companhia apresentou o panorama atual da produção e comercialização de grãos no país. De acordo com levantamento feito pela Conab, a estimativa é de que a produção de grãos da safra 2015/2016 chegue a 210,3 milhões de toneladas.

Atualmente, o transporte é feito por meio de rodovias, mas para o analista Paulo Morceli, a utilização da malha ferroviária geraria economia de tempo e custos, além de benefícios ao meio-ambiente. A possibilidade de escoamento dos itens pelo Porto de Belém por meio da ferrovia, por exemplo, otimizaria o percurso em até 1.200 quilômetros.

Diretores da RZD demonstraram entusiasmo com o cenário apresentado pela Companhia. A empresa russa tem interesse especialmente na concessão do trecho entre os municípios de Anápolis/GO e Barcarena/PA. O transporte ferroviário, neste caso, facilitaria, principalmente, a exportação de produtos como algodão, milho e soja, que têm como principal destino países da Ásia.

Guinada argentina traz alento para empresariado brasileiro. Janaína Figueiredo e Eliane Oliveira – O Globo, Economia. 03/04/2016

Recuperação da economia do país vizinho pode estimular exportação de manufaturado

BUENOS AIRES e BRASÍLIA - A Argentina se tornou "a queridinha" da vez. País que até recentemente estava com a economia em frangalhos e sem acesso ao crédito internacional, agora ressurgiu como possível tábua de salvação para as vendas brasileiras de manufaturados. Com indicadores econômicos começando a melhorar, a

expectativa é de aumento do consumo, o que pode beneficiar as exportações brasileiras. De olho nesse mercado, empresários paulistas já programam uma visita ao país vizinho no segundo semestre.

— Nossa expectativa é que a Argentina tenha um crescimento econômico que se transforme em importações. O mundo todo hoje passou a ver os vizinhos como um grande mercado — afirma José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Para Dante Sica, economista e ex-secretário da Indústria, diretor da consultoria Abeceb, se o momento da relação bilateral entre brasileiros e argentinos fosse um filme, o título seria "Redescobrimo a Argentina". Sica viaja ao menos cinco vezes por ano ao Brasil onde se reúne com empresários:

— Em minha última viagem, em março, me senti o cara mais invejado do planeta. Em reuniões onde antes iam cinco empresários encontrei 60. Para o empresário brasileiro, nada é mais importante que seu próprio mercado. Mas esse mercado está em crise e, nesse contexto, ele voltou a descobrir a Argentina. Não seremos a tábua de salvação de ninguém, mas com certeza este ano a tendência de queda do comércio vai se reverter, junto com a de retração de nossa economia.

A reativação do vínculo bilateral, na visão dos argentinos, significará, também, a chegada de investimentos brasileiros ao país. A equação é simples: o Brasil quer aumentar suas exportações para o mercado argentino e a Argentina quer mais investimentos brasileiros.

Macri está, gradualmente, abrindo a economia argentina, eliminando barreiras a importações, retornando aos mercados internacionais. No Fórum Econômico Mundial de Davos, em fevereiro, o presidente argentino foi um dos destaques, junto com o premier do Canadá, Justin Trudeau. Desde a eleição, Macri já recebeu o premier da Itália, Matteo Renzi, o presidente da França, François Hollande, e, na semana passada, o presidente dos EUA, Barack Obama. Na ocasião, Obama chegou a declarar que Macri deve ser um exemplo para a região.

O contraste com o Brasil é gritante: governo novo, mudança de perfil político, acordo com os "fundos abutres" e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Enquanto isso, o Brasil amarga uma profunda crise político-econômica.

Para Carlos Abijaodi, diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ainda há muito a fazer para que a Argentina se recupere. Mas há um ambiente novo para o setor empresarial, trazido por uma equipe de governo que, a seu ver, busca o diálogo com o setor privado.

— Isso pode ajudar o Brasil, que precisa de parceiros fortes para conseguir se recuperar neste período em que a indústria está debilitada e com poucas perspectivas.

Rubens Barbosa, presidente do Instituto de Relações Internacionais e de Comércio Exterior (Irice), esteve semana passada em Buenos Aires. Conversou com representantes do governo e dos empresários e percebeu que o clima é positivo. Contudo, avalia que a recuperação deve demorar um pouco:

— Apesar das dificuldades, o que aconteceu na Argentina foi a volta da confiança. As palavras-chave são confiança no novo governo e credibilidade das políticas que forem implementadas.

Corremos o risco de nova sobrevalorização cambial? Affonso Celso Pastore – O Estado de São Paulo, Economia & Negócios. 03/04/2016

Em 2011 o real atingiu o nível mais valorizado desde a adoção do regime de metas de inflação, em 1999. Daí em diante, contudo, passou a se depreciar, e este movimento se acentuou em 2014. O enfraquecimento do real nos últimos anos é em grande parte a consequência da enorme massa de erros cometidos pelo governo Rousseff, que colocou a dívida pública em um crescimento explosivo, elevando os riscos e contraindo a demanda por ativos brasileiros, levando simultaneamente à depreciação cambial e ao aumento das cotações do CDS brasileiro.

Nas últimas semanas, contudo, ocorreu uma inversão de tendência, com o real chegando próximo de R\$ 3,60/US\$, e as cotações do CDS de dez anos despencando mais de 100 pontos base. Infelizmente tal movimento não se deve à melhora na política fiscal, que

teria reduzido os riscos. Ao contrário, na tentativa desesperada de combater o impeachment o governo entrou em uma fase ainda mais aguda de populismo econômico, piorando em muito a qualidade da política fiscal. A inversão de rumo da taxa de câmbio se deve ao aumento da demanda por ativos brasileiros provocada pelo crescimento da probabilidade de que ocorra o impeachment, com a expectativa de que o novo governo execute uma agenda de reformas, restabelecendo a disciplina fiscal e estimulando os investimentos e o aumento da produtividade.

O futuro dirá se isto vai ou não ocorrer, mas já há quem comece a bradar contra uma possível onda de valorização cambial, que removeria uma das únicas forças que, por enquanto, podem estimular o crescimento da demanda, levando à recuperação da economia. Se, de fato, tivermos um novo governo que comece a executar uma agenda de reformas, é inevitável que ocorra um aumento nos ingressos de capitais, mas será que isto nos levará inexoravelmente a um ciclo de acentuada valorização cambial?

Para dar uma resposta temos de começar olhando para as forças por trás do comportamento do câmbio real, que é o conceito de câmbio relevante para determinar a competitividade das exportações e da produção doméstica de bens substitutos de importações. No gráfico anexo superponho a estimativa do câmbio real, que consiste em uma média ponderada (pelas participações no comércio) das taxas cambiais dos principais parceiros de comércio, deflacionada pelo índice de preços aos consumidores. A outra série representa as relações de troca, ou o quociente entre os preços em dólares das exportações e importações brasileiras. É muito claro que os ganhos de relações de troca estão associados à valorização do câmbio real (e vice-versa), e a menos que o Brasil fosse suficientemente grande para que com as mudanças nas suas importações e exportações (provocadas por alterações no câmbio real) mudasse os preços internacionais, temos de concluir que a direção de causalidade vai das relações de troca para o câmbio real, e não o contrário. O último surto de aumento de relações de troca ocorreu entre 2009 e 2011, quando a forte recuperação da China levou ao aumento dos preços das commodities, e este movimento está associado ao ciclo de valorização do câmbio real.

No último artigo mostrei que a depreciação do câmbio nominal de 2011 em diante acompanhou o crescimento dos riscos, e agora estou mostrando que nesse período a depreciação do câmbio real acompanhou a deterioração dos termos de troca. O resumo

da ópera é que se quisermos ter uma ideia da direção na qual a taxa cambial se move não podemos olhar apenas para o câmbio nominal. Temos de olhar, também, para o câmbio real. Da mesma forma como na física, dependendo de como é feita a observação, a luz é interpretada ou como uma partícula (o fóton) ou como uma onda, levando ao que ficou definido como dualidade onda/partícula, há uma dualidade da taxa cambial, que dependendo da observação pode ser caracterizada como um preço de um ativo (o câmbio nominal), ou como um preço relativo entre bens transacionáveis e não transacionáveis (o câmbio real) e este último, repito, é o único que permite aferir a evolução da competitividade das exportações e da produção de bens substitutos de importações.

Com o encerramento da fase aguda da crise internacional, em 2009, assistimos a uma valorização do real devida em parte ao retorno dos ingressos de capitais. Mas se olharmos para a outra dimensão da taxa cambial – o câmbio real –, veremos que houve também forte pressão para a valorização vinda dos ganhos de relações de troca, que atingiram o máximo valor histórico exatamente no ponto no qual o câmbio real atingiu a sua máxima valorização histórica (a linha vertical no gráfico). Se nos concentrarmos apenas em um dos lados da dualidade cambial seremos tentados a atribuir a depreciação ocorrida a partir de 2011 apenas ao crescimento do risco, quando na realidade ela foi devida, também, à enorme perda de relações de troca.

A esta altura do ano de 2016 nos defrontamos com a possibilidade de uma mudança de governo, elevando o otimismo no mercado financeiro, o que estimula os ingressos de capitais. Mas diferentemente do que ocorreu no ciclo de forte valorização encerrado em 2011, desta vez as relações de troca já estão próximas de seu mínimo valor histórico e continuam em queda, o que exerce uma força na direção contrária à proveniente da queda dos riscos.

Mas será que estamos imunes à surpresa de uma nova inversão no comportamento das relações de troca? Afinal, nas últimas semanas ocorreu um aumento dos preços do minério de ferro e do petróleo, ao lado de notícias esparsas de que as autoridades chinesas tudo farão para estimular o crescimento. Em vez de dar apenas mais um “palpite”, olhemos para os resultados de um estudo recente de Thomas Klitgaard e Harry Wheeler (“What Tracks Commodity Prices”; Liberty Street Economics). Ele mostra que a queda dos preços de commodities se deve ao efeito combinado da

desaceleração do crescimento mundial (que inclui a desaceleração da China, é claro), ao lado do fortalecimento do dólar norte americano (afinal, os preços das commodities são referidos ao dólar, e os EUA vêm mantendo juros mais elevados do que Europa e Japão, ao lado de terem um risco muito menor). Nenhuma destas duas forças (inclusive o fraco crescimento da China) devem se alterar no futuro próximo, de forma que assistiremos a um longo período no qual as relações de troca no Brasil deverão permanecer baixas ou mesmo em queda, sustentando o real mais depreciado. Esta é uma situação muito diferente da que ocorreu entre 2009 e 2011, quando cresceram os ingressos de capitais ao lado da explosão no crescimento das relações de troca. Naquele período ocorreu a soma de duas forças levando ao fortalecimento do real. Agora uma delas – as relações de troca – está atuando na direção contrária.

Mas se as relações de troca não tiverem força suficiente para sustentar o real, o Banco Central tem um enorme estoque (mais de US\$ 100 bilhões) de swaps cambiais, que pode usar para impedir uma valorização mais intensa. Só precisa do entendimento correto sobre a dualidade da taxa cambial e a coragem necessária para tomar a rota oposta à que usou nos últimos anos, quando o medo de que a depreciação acentuasse a inflação (que vinha crescendo devido aos erros na fixação da taxa Selic) o levou a vender esta enorme montanha de swaps cambiais, com expressivo custo fiscal.

Virada externa. Mirian Leitão – O Globo, Blog Mirian Leitão. 04/04/2016

O comércio mundial terá o quinto ano seguido de baixo crescimento, segundo a OMC, mas o Brasil pode ter o maior saldo comercial de sua história. As nossas importações estão desabando, pela recessão e a alta do dólar, mas as exportações estão caindo menos. Mesmo como efeito da fraqueza da economia, a virada do comércio é impressionante: em 12 meses, saiu do déficit para um superávit de US\$ 33 bilhões.

O diretor-geral da OMC, Roberto Azevedo, já havia adiantado, em entrevista que me concedeu, que o ritmo de crescimento do comércio mundial estava diminuindo. Houve corte na projeção, de 3,9% para 2,8% este ano. Desde 2011 o comércio cresce abaixo da média de 5%. Para o Brasil, isso é ruim, porque são as exportações, ao lado dos investimentos, que podem compensar a queda do consumo.

Nos últimos 12 meses, a nossa balança comercial saiu de um déficit de US\$ 3,5 bilhões para um superávit de US\$ 33 bilhões. Essa virada ajudou a diminuir o déficit em conta-corrente, que caiu de 4,45% do PIB para 2,67%. A economia não está ganhando impulso, mas essa melhoria é um ponto de alívio na conjuntura.

O saldo acontece porque as importações estão desabando 29%, enquanto as exportações caem 12%. O contexto é de baixa nos preços de produtos que o Brasil exporta, portanto, evitar queda maior das vendas é uma boa notícia, mas, segundo Roberto Azevedo, quedas fortes das importações são sinal de problema:

— No momento em que as importações começam a cair, pode escrever que vem desaceleração econômica. São as importações, na maioria dos países, que determinam o grau de atividade econômica. O primeiro sinal de que a economia está desacelerando é a redução da compra de insumos para a sua produção.

Nossas importações caíram de US\$ 221 bilhões, em março do ano passado, para R\$ 155 bilhões, este ano. Segundo o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, o ano pode terminar com queda de 40% sobre 2014, o que significa cerca de US\$ 93 bilhões a menos em importação:

— A queda da importação surpreende e reflete o real mais fraco e a recessão. Estamos importando menos de tudo, seja máquinas, insumos e bens de consumo. A paralisia é geral.

A queda na corrente de comércio tem impacto fiscal porque cai a arrecadação de Imposto de Importação e de outros tributos, como IPI, PIS/Cofins, ICMS.

Pelas contas da AEB, o saldo de 2016 pode ultrapassar os US\$ 46 bilhões de 2006 e se tornar o maior da história. Com a China, o Brasil passou a ter número positivo no primeiro trimestre, de US\$ 1,5 bi, com aumento de 10% nas exportações e queda de 38% nas importações. O forte déficit com os EUA está quase zerado.

— Mesmo com todos esses números, a exportação total cai. E isso com o real mais fraco. O euro teve desvalorização de 25%, outros países também ganharam competitividade, enquanto aqui tivemos aumento de custos, tarifas e impostos — disse Castro.

Azevedo acha que ainda existe no Brasil a visão de que importar é ruim e que todas as etapas de produção precisam acontecer no país. Um exemplo disso pôde ser visto no setor de petróleo.

— O que importa é a qualidade do componente, a velocidade de entrega, o preço dele e como a matriz de custo vai ser afetada por essa diversificação de provedores. O preço final do produto é o que conta. E não o que faço. Se você fizer a verticalização, você pode se excluir do mercado pelo preço final.

Azevedo disse que o Brasil está mudando e percebe isso entre os empresários que começam a entender que é fundamental integrar-se às cadeias globais de comércio. O desejável ajuste externo é o de aumento da corrente de comércio. Mas se o Brasil não estivesse virando o saldo comercial e o déficit em transações correntes, a pressão sobre a economia seria muito pior.

Brasil questiona Tailândia e Indonésia na OMC. Eliane Oliveira – O Globo, Economia. 04/04/2016

Delegação brasileira entra com pedidos de consultas sobre açúcar e carne bovina

BRASÍLIA - A delegação brasileira em Genebra (Suíça), sede da Organização Mundial do Comércio (OMC), entrou nesta segunda-feira com pedidos de consulta questionando a Tailândia e a Indonésia sobre o que chamou de práticas comerciais desleais. O primeiro pedido tem como base a concessão de subsídios, pelo governo tailandês, ao setor de cana e açúcar daquele país. O segundo diz respeito à apresentação de restrições impostas às exportações de carne bovina do Brasil pelo governo indonésio.

Os dois movimentos do Brasil, caso não resultem em acordos bilaterais, poderão se transformar em ações junto ao Órgão de Soluções de Controvérsia da OMC. Em caso de vitória, o governo brasileiro estará autorizado a retaliar a outra parte seja comercialmente, seja em áreas como direitos autorais, via cassação de patentes, por exemplo. De acordo com o Itamaraty, em ambos os casos, as práticas estão em desconformidade com obrigações assumidas em acordos multilaterais de comércio.

O Brasil argumenta que, no caso da Tailândia, as medidas têm afetado artificialmente as condições de competitividade internacional do açúcar, em detrimento das exportações

brasileiras, cuja participação no mercado global do produto caiu mais de 5% entre 2012 e 2014. Os prejuízos anuais atingiram US\$ 1 bilhão.

"O governo brasileiro espera que as consultas, que constituem a primeira etapa do procedimento de solução de controvérsias da OMC, contribuam para o pronto equacionamento do problema", diz um comunicado divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Quanto à Indonésia, os questionamentos envolvem um conjunto de medidas mantidas pelas autoridades daquele país: entraves comerciais de natureza alfandegária, sanitária, técnica e no regime de licenciamento. Conforme o Itamaraty, a solução para esses problemas permitiria ao Brasil exportar mais de 20 mil toneladas para o mercado indonésio, "facilitando o aprofundamento das relações econômicas bilaterais, com ganhos para todos os países".

As datas e os locais das consultas serão definidas de comum acordo no decorrer dos próximos dias.

Brasil promulga acordo de comércio entre Mercosul e África Austral. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 04/04/2016.

O Brasil promulgou hoje o acordo de comércio preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral, formada por África do Sul, Namíbia, Botsuana e Lesoto. Segundo o Ministério da Agricultura, o tratado já está em vigor e permite descontos tarifários aos países dos dois blocos na importação de produtos como costela suína, miúdos bovinos e pescados.

A promulgação do acordo pelo Brasil consta de decreto assinado pela presidente Dilma Rousseff e publicado na edição desta segunda-feira do "Diário Oficial da União". De acordo com a Pasta da Agricultura, o tratado vem sendo discutido desde 2008 e prevê a criação de uma área de livre comércio entre os dois blocos.

"O Brasil tem apenas 4,4% de participação nas importações totais da África do Sul no setor agropecuário, um mercado que importou US\$ 6,7 bilhões em 2014", afirma o diretor do Departamento de Acesso a Mercados e Competitividade do ministério, João Rossi.

Segundo o ministério, além do Brasil, o acordo envolve Argentina, Uruguai, Paraguai, África do Sul, Namíbia, Botsuana e Lesoto.

**Definidos volumes de cota adicional de açúcar para os EUA para cada exportador.
Ana Carolina Oliveira - MAPA. 04/04/2016.**

Brasil tem direito a embarcar mais 13,1 mil t, além das 155,7 t projetadas inicialmente para 2016

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) definiu quanto cada empresa brasileira exportadora de açúcar poderá comercializar para os Estados Unidos por meio da cota adicional de 13,1 mil toneladas. Recentemente, os EUA anunciaram que o Brasil foi um dos países beneficiados com o volume adicional de exportação do produto, em substituição a mercados que não preencheram suas cotas.

Inicialmente, a cota brasileira de exportação de açúcar para os EUA, este ano, era de 155,7 mil toneladas (equivalente a US\$ 48 milhões). O volume adicional de 13,1 mil toneladas representa cerca de US\$ 4 milhões.

Após consulta aos países detentores de cotas preferenciais, o escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos identificou 86.533 toneladas em cotas não preenchidas do produto e resolveu redistribuí-las.

Brasil, Filipinas, Austrália e República Dominicana foram os países beneficiados com a cota extra. As exportações realizadas dentro da cota são livres da cobrança de imposto de importação nos EUA.

O mercado brasileiro se destaca como um dos tradicionais fornecedores de açúcar em bruto aos EUA. Em 2015, o produto do Brasil ocupou a segunda posição em valores importados pelo país (US\$ 108 milhões), e terceira, em quantidade importada (222 mil toneladas).

A decisão sobre a distribuição do volume da cota adicional para os exportadores brasileiros de açúcar foi publicada no Diário Oficial da União de sexta-feira (1). Por determinação legal, os volumes foram distribuídos a produtores das unidades das regiões Norte e Nordeste.

Entraves evitam 'boom' de aportes de fundos. Bettina Barros, Fabiana Batista e Mariana Caetano – Valor Econômico. 04/04/2016.

Apesar do ânimo de fundos de investimentos com a baixa no ciclo das commodities e a desvalorização do real, que tornam os ativos mais atraentes no Brasil, o interesse específico no setor o agronegócio enfrenta entraves. A proibição da compra de terras por estrangeiros e a dificuldade de credores em executar garantias oferecidas em empréstimos estão dificultando aportes mais vultosos no setor.

Embora números precisos desses investimentos sejam difíceis de ser levantados, um cálculo conservador aponta que ao menos US\$ 2 bilhões foram carimbados no país, com base em investimentos já anunciados pelas gestoras, como o Pátria Investimentos. No leque dos fundos estão desde oportunidades no setor imobiliário à participação em empresas (private equity) com valor agregado. Nesse sentido, os setores de saúde animal e insumos agrícolas são apontados como bastante atraentes e promissores.

Gestores ouvidos pelo Valor afirmam que, na soma de perdas e ganhos, o Brasil ainda está no "radar". Apesar de entraves, a crise política tornou o país um campo ainda mais fértil para negócios, na medida que reduz a oferta de capital, elevando oportunidades aos que tem dinheiro para ofertar.

A Proterra, gestora com sede em Mineápolis (EUA) e que tem como investidor a gigante americana Cargill, está no grupo que tem rastreado chances de ganhos no campo brasileiro. Nos próximos 18 meses, projetos agrícolas no Brasil, México e Colômbia devem atrair recursos da ordem de US\$ 200 milhões, disse ao **Valor** o sócio-fundador da gestora, Brent Bechtle.

Sem detalhar alvos, o executivo diz que continua atento ao setor de açúcar e álcool, no qual se posicionou no fim de 2015 no Brasil ao comprar as duas usinas do grupo Antônio Ruetze Agroindustrial - negócio, segundo fontes de mercado, de R\$ 830 milhões (assunção de dívida e aporte na operação).

Mas é o segmento de grãos que chama mais a atenção. A mesma desvalorização do real que tornou os ativos no Brasil baratos ao estrangeiro também descortinou dívidas em dólar de produtores e companhias agrícolas, abrindo oportunidades de compra em empresas endividadas. "Essa conjuntura tem criado um ambiente de preços mais

favoráveis dos ativos brasileiros em comparação com os vistos nos últimos anos, e mais urgência de fazer negócio por parte dos vendedores", afirmou Bechtle.

Ele explica que a crise política, ao mesmo tempo que gerou incerteza e medo, também criou ambiente mais interessante. "Há uma necessidade generalizada de dinheiro no Brasil e poucos provedores de capital", avaliou o executivo.

Em grãos e fibras - setores em que muitos produtores vivem dificuldades financeiras - os alvos podem ser tanto a compra de companhias que produzem grãos quanto a aquisição isolada de terras.

Brechtle reconhece o desafio imposto pela restrição na compra de terras por estrangeiros, mas há ainda outra variável "travando" a entrada mais agressiva de fundos: a resistência dos próprios produtores em vender terras diante do atual patamar baixo de preços.

"Há quase um ano não sai um grande negócio. O produtor está resistente em vender, na expectativa de preços melhores", disse o executivo de uma grande empresa do mercado imobiliário rural.

O Pátria Investimentos diz ter mapeado fazendas produtivas em "Matopiba" (Maranhão, Tocantins, Piauí e oeste da Bahia) e em Mato Grosso que podem se transformar em negócios. A gestora anunciou no fim do ano um fundo exclusivo para esse tipo de ativo, com expectativa de captar US\$ 300 milhões entre 2016 e 2017, diz Antonio Wever, sócio para Agribusiness.

Desde 2011, o Pátria vem montando seu portfólio no setor agrícola, seja em fundos de infraestrutura ou de private equity. Hoje, seus ativos agrícolas já perfazem 20% do total de investimentos. A gestora controla a Agrichem (fertilizantes), a AC Café (da marca Café do Centro) e a Frooty (de açaí). Em logística, aliou-se ao grupo Promom em um fundo de infraestrutura que estruturou a Hidrovias do Brasil, prestadora de logística para grãos que recebeu R\$ 1,5 bilhão na primeira fase do investimento.

O "Brasil mais barato" também têm trazido ao país fundos soberanos de países árabes, motivados por segurança alimentar, com a instalação de escritórios no país.

Sócio da gestora britânica Actis, o belga Patrick Ledoux afirma que os investidores continuam analisando o Brasil, mas alerta que isso não significa negócios sendo

fechados. O grande temor agora é institucional - uma dúvida crucial na definição de para onde irá o US\$ 1,7 bilhão captado para investir na China, Índia, África ou Brasil.

"O estrangeiro não quer saber se a economia está mal ou se há corrupção demais - corrupção tem em todos os países, em menor ou maior grau. A pergunta que me fazem é como estão as instituições brasileiras", diz Ledoux. Segundo ele, há preocupações de que o Brasil "se torne uma Venezuela", com expropriações de empresas estrangeiras. "Se [as instituições] estiverem firmes, tudo bem o resto, porque o agronegócio é um dos únicos setores que sobraram no Brasil em termos de bons negócios".

"Tombos" recentes tomados por alguns fundos que já entraram no agronegócio brasileiro - em usinas de cana-de-açúcar, grãos e fibras- podem ainda contaminar novas apostas desses investidores. Na avaliação de Juliano Merloto, da consultoria FG Agro, especializada em reestruturação de dívida no agronegócio, dificuldades judiciais para executar garantias de empréstimos e a fragilidade da governança de algumas empresas credoras (sobretudo as familiares) podem afugentar alguns players.

Para Craig Tashjian, diretor da Amerra Capital Management, os agricultores brasileiros permanecem sob "tremenda pressão", na medida em que os custos de produção corroem seus caixas, e o resultado é que o setor está repleto de falências e atrasos no pagamento de dívidas. De outro lado, fabricantes e distribuidores de insumos têm sofrido com uma redução de vendas e compressão de margens.

Apesar dessa combinação desfavorável, Tashjian aponta como fatores interessantes a eliminação de gargalos e os investimentos na infraestrutura brasileira. "Não vamos esquecer que apesar de um ambiente de baixos preços e de uma perspectiva macroeconômica pobre, o patamar de crescimento do agronegócio brasileiro ainda ficou entre 1,5% e 2% em 2015", diz.

Um efeito prático da conjuntura atual, porém, já se vê: o foco do investimento estrangeiro em agricultura, que até quatro anos atrás era voltado ao Brasil, começa a estender-se a países da América Latina, como Argentina e Colômbia.

Entra em vigor acordo comercial entre Mercosul e África Austral. Ana Carolina Oliveira - MAPA. 04/04/2016.

Com tratado, alguns produtos agrícolas passam a ter descontos tarifários na importação

A presidenta Dilma Rousseff promulgou o acordo de comércio preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (Sacu). Com isso, já está em vigor o tratado que permite descontos tarifários aos países dos dois blocos na importação de produtos como costela suína, miúdos bovinos e pescados.

Além do Brasil, o acordo envolve Argentina, Uruguai, Paraguai, África do Sul, Namíbia, Botsuana e Lesoto.

O decreto de promulgação do acordo foi publicado nesta segunda-feira no Diário Oficial da União. O tratado vem sendo discutido desde 2008 e prevê a criação de uma área de livre comércio entre os dois blocos.

Para o diretor do Departamento de Acesso a Mercados e Competitividade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), João Rossi, é imprescindível ampliar as negociações, a fim de incluir produtos como lácteos, carne de frango, frutas e alimentos processados.

“O Brasil tem apenas 4,4% de participação nas importações totais da África do Sul no setor agropecuário, um mercado que importou US\$ 6,7 bilhões em 2014”, assinala Rossi.

O acordo deverá incorporar temas como investimentos, compras governamentais e medidas sanitárias e fitossanitárias, contribuindo para a expansão do comércio mundial e o desenvolvimento social e econômico desses países.

Veja no [Diário Oficial da União](#) o decreto da presidenta Dilma Rousseff.

Brasil e União Europeia trocam experiências sobre Indicação Geográfica de produtos agrícolas. MAPA. 04/04/2016.

Intercâmbio é tema de seminário que começa nesta terça (2) em Brasília

O intercâmbio de experiências e conhecimento sobre o registro e controle de Indicações Geográficas (IG) na Espanha e União Europeia é o tema do seminário que começa nesta terça (5) e vai até quinta-feira (7), em Brasília. O evento vai mostrar, por exemplo,

como são os sistemas espanhol e europeu nesse setor e os papéis institucionais dos organismos nele envolvidos.

O seminário é promovido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), com apoio da União Europeia, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O encontro será realizado na sede de Sebrae, das 8h às 18h e reunirá especialistas em Indicação Geográfica do Brasil, Espanha e União Europeia.

Segundo a coordenadora substituto de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários do Mapa, Patrícia Saraiva, o Brasil está entre os países com maior potencial para desenvolver e registrar regiões de IG, por causa de sua biodiversidade e riqueza histórico-cultural. “Isso tem sido demonstrado pela crescente demanda de registros e o interesse de diversas nações em fazer acordos de intercâmbio e reconhecimento mútuo com o Brasil.”

Patrícia lembra que o incentivo ao uso e a proteção às IG no Brasil são recentes, o que traz para o setor inúmeros desafios, tanto para a iniciativa privada (produtores e processadores), como para os atores responsáveis pela implementação de políticas públicas. “Por isso, intercâmbios técnicos têm sido propostos continuamente, visando a criar um ambiente propício à discussão da melhor estratégia de tratamento da temática no país.” O seminário que começa nesta terça-feira se insere neste contexto.

As Indicações Geográficas consistem em registrados e proteções de propriedade intelectual, reconhecidas em mais de 150 países e fazem parte de inúmeros acordos internacionais. Além de ser um ativo de propriedade intelectual, esse bem imaterial é amplamente utilizado em vários países, como ferramenta de desenvolvimento rural. Até hoje, foram registradas 57 Indicações Geográficas no Brasil (37 indicações de procedência e 17 denominações de origem).

Agronegócio representa um terço das exportações brasileiras no primeiro trimestre. CNA. 04/04/2016.

Dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), na última sexta-feira (1/4), mostram que, no primeiro trimestre de 2016, o

Brasil obteve superávit de US\$ 8,4 bilhões na balança comercial, aumento de US\$ 13,9 bilhões em relação ao déficit apresentado no mesmo período do ano passado.

Esse resultado está relacionado à queda de 33,4% das importações, que somaram US\$ 32,2 bilhões no período, mas também à retração de 5,1% nas exportações, que chegaram a US\$ 40,6 bilhões no primeiro trimestre de 2016. Foi a menor corrente de comércio para o período, desde 2010, US\$ 72,8 bilhões, queda de 20,1%, em relação ao mesmo trimestre de 2015, demonstrando desaceleração no comércio brasileiro.

No primeiro trimestre de 2016, os 10 principais produtos exportados renderam ao Brasil US\$ 17,4 bilhões, 42,8% do valor total. Dentre esses, oito são do agronegócio. Juntos, esses itens tiveram vendas externas de US\$ 13,4 bilhões e participação de 33,1% nas exportações totais brasileiras. Assim, a balança comercial do primeiro trimestre contou com expressiva contribuição dos produtos agropecuários, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

No período, os destaques do agronegócio nas exportações foram: soja em grão, com US\$ 3,8 bilhões (crescimento de 46,1%), aparecendo como o principal produto nos embarques totais do Brasil; milho em grão, que teve receita de US\$ 2,0 bilhões (crescimento de 110,7%), sendo 3º colocado na pauta; celulose, com vendas de US\$ 1,5 bilhão (crescimento de 13,4%) em 5º lugar na lista, e carne bovina, com US\$ 1,1 bilhão (crescimento de 11,4%) na 10ª posição. Para esses produtos, houve crescimento no valor exportado na comparação com o primeiro trimestre de 2015.

A expectativa do mercado para 2016 é a continuidade de um Real desvalorizado em relação ao dólar, o que contribui para a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.

O aquecimento das exportações de carne bovina no primeiro trimestre de 2016 está relacionado à elevação dos preços da proteína no mercado doméstico, que diminui a demanda interna pelo produto e ao fator câmbio, incentivando as exportações. No ano, o indicador do boi gordo ESALQ/BM&FBovespa - estado de São Paulo - subiu 5,8%, encerrando o mês de março em US\$ 43,8 por arroba.

A reabertura de mercados – China, Arábia Saudita e Irã – para carne bovina brasileira in natura, ocorrida em 2015, também estimula as vendas externas do produto. Outros fatores devem continuar a impulsionar as exportações de carne bovina em 2016.

No início deste ano, foram habilitados mais cinco frigoríficos de carne bovina para exportação para a China, totalizando 16 frigoríficos. Segundo o Rabobank, em 2015, a China aumentou em 60% suas importações totais de carne bovina, que alcançaram 473 mil toneladas.

Os números mostram que, apesar da desaceleração econômica chinesa, este seguirá sendo um potencial mercado para essa proteína em 2016, uma oportunidade que deve ser explorada pelos produtores agropecuários brasileiros. Outro fato bastante aguardado pelo Brasil para alavancar as exportações de carne bovina é a expectativa de abertura do mercado norte-americano, que deve ocorrer ainda no primeiro semestre desse ano.

Brasil vai à OMC contra Indonésia e Tailândia. Assis Moreira – Valor Econômico. 05/04/2016.

O Brasil acionou ontem a Organização Mundial do Comércio (OMC) contra práticas comerciais da Indonésia e da Tailândia que causariam prejuízos de milhões de dólares a produtores brasileiros de carne bovina e de açúcar, respectivamente.

Maior produtor mundial de carnes bovina e de frango e também de açúcar, o Brasil tem agora disputas na OMC envolvendo esses três produtos, todos tratando do que o país considera ilegalidades praticadas por países concorrentes.

Os dois novos contenciosos levados à OMC, revelados pelo **Valor** em meados de fevereiro, passarão pela primeira etapa, que é de consultas no prazo de 60 dias. "Abrimos essas consultas com a expectativa de que nos dois casos os países possam apresentar soluções para as preocupações brasileiras rapidamente", afirmou o subsecretário de assuntos econômicos e financeiros do Itamaraty, embaixador Carlos Marcio Cozendey. Do contrário, haverá as disputas diante dos juízes.

O país já tem uma disputa contra a Indonésia por causa de barreiras à entrada de carne de frango brasileira. O Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango halal, produzido conforme os preceitos do islã. Vende para a Arábia Saudita, que é extremamente rigorosa em relação ao abate halal, mas continua sofrendo restrição na Indonésia, maior mercado muçulmano do mundo.

As dificuldades na certificação para entrada da produção de carne bovina halal fazem parte da queixa brasileira. Há ainda uma série de barreiras técnicas. O governo indonésio tampouco reconhece o princípio de regionalização previsto no Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS, na sigla em inglês). No entanto, dá amplo espaço para a Austrália aumentar suas vendas a seu mercado.

De acordo com o secretário-executivo da Associação Brasileiras das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), Fernando Sampaio, no passado, chegou-se a estimar, em um cenário otimista, embarques de 30 mil toneladas por ano. No entanto, disse ele, as restrições que hoje são impostas pelos indonésios dificultam qualquer estimativa.

A questão é que, mesmo para os países que já podem exportar para o país - EUA e Austrália, principalmente -, há dificuldades, uma vez que o país restringe as compras quando avalia que a oferta de carne bovina está muito elevada. Essa política faz parte da estratégia do país de buscar ser autossuficiente na produção de carne bovina. A Indonésia vem tentando formar seu rebanho a partir da importação de gado vivo da Austrália.

O segundo contencioso do Brasil é contra a Tailândia, vice-líder na produção mundial de açúcar. O interesse do Brasil não é o mercado tailandês, mas terceiros mercados onde vêm sofrendo maior concorrência da Tailândia, turbinada com subsídios proibidos, conforme a denúncia do Itamaraty. Em nota, o órgão diz que "as medidas tailandesas têm afetado artificialmente as condições de competitividade internacional do açúcar, em detrimento das exportações brasileiras, cuja participação no mercado global do produto caiu mais de 5% entre 2012 e 2014, com prejuízos anuais da ordem de US\$ 1 bilhão".

O Brasil identificou na Tailândia um programa semelhante ao que a União Europeia (UE) tinha em 2002 e que foi proibido pela OMC na briga aberta por Brasília contra os europeus exatamente no caso de açúcar.

A Tailândia utiliza um sistema de cotas, pelos qual os produtores recebem subsídios para preencher as chamadas cotas A e B, de forma que têm incentivo para produzir muito. Depois de preenchidas essas cotas, o que sobrar vai para a cota C, que obrigatoriamente tem de ser exportada.

Para o Brasil, trata-se de subsídio cruzado, inicialmente dado para a produção doméstica, mas que serve para jogar a produção no mercado externo, com potencial de tomar mercados de países concorrentes.

A segunda parte da contestação brasileira foca nos subsídios para reconversão de terras, com a produção de arroz dando lugar à de açúcar. Essa medida amplia a oferta de açúcar para a exportação. (Colaborou Luiz Henrique Mendes, de São Paulo)

Campo puxa ranking das exportações. Valor Econômico. 05/04/2016.

Oito dos dez principais produtos exportados pelo país no primeiro trimestre deste ano são ligados ao setor de agronegócios, destacou ontem a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) com base em dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic) divulgados na semana passada.

Esses oito produtos (soja em grão, milho em grão, celulose, açúcar bruto, carne de frango, farelo de soja, café em grão e carne bovina) renderam, em conjunto, US\$ 13,4 bilhões, 77% das divisas do grupo dos "dez mais" e 33,1% do valor total das exportações nacionais no intervalo em questão.

Conforme a CNA, a soja em grão liderou as exportações totais do país de janeiro a março, com receita de US\$ 3,8 bilhões, 46,1% mais que no mesmo período do ano passado. O milho em grão, cujas vendas ao exterior mantiveram-se particularmente aquecidas no início deste ano com a ajuda do câmbio, ficou em terceiro lugar na lista geral, com US\$ 2 bilhões - 110,7% acima do primeiro trimestre de 2015. Com embarques de US\$ 1,5 bilhão, 13,4% mais que de janeiro a março do ano passado, a celulose ficou em quinto no ranking geral.

A CNA observou que projeções indicam que o real seguirá bastante desvalorizado em relação ao dólar, o que tende a conferir boa competitividade aos produtos exportados pelo Brasil.

Indústrias do RS se unem para importar milho da Argentina. Sérgio Ruck Bueno – Valor Econômico. 05/04/2016.

Um grupo de 20 indústrias de aves e suínos de pequeno e médio porte do Rio Grande do Sul montou um consórcio para importar milho da Argentina diante da alta dos preços e da escassez de oferta do grão no mercado interno. A primeira carga, de 30 mil toneladas, deve chegar no início da semana que vem ao porto de Rio Grande, mas o potencial de aquisição no país vizinho chega a 300 mil toneladas nesta safra, disse o presidente da Associação Gaúcha de Avicultura (Asgav), Nestor Freiburger.

A iniciativa segue o exemplo de empresas como BRF, JBS e a paranaense GTFoods, que anunciaram a importação de milho da Argentina e também do Paraguai. Conforme Freiburger, em média o Rio Grande do Sul adquire em outros Estados cerca de 1,5 milhão de toneladas de milho por ano, quase um quarto da produção local de 6,2 milhões de toneladas previstas pela Conab para o ciclo 2015/16. Mas há pelo menos uma década não recorria aos argentinos para suprir a demanda.

A Asgav estima que a produção de aves no Estado demanda 2,9 milhões de toneladas de milho por ano e a suinocultura, outras 2,3 milhões de toneladas. Além disso, aproximadamente 35% da safra gaúcha do cereal é vendida fora do Rio Grande do Sul. "O produto sai por um lado e tem que entrar por outro", disse.

O executivo afirmou que as empresas integrantes do consórcio respondem por cerca de 30% dos abates de aves e suínos no Estado e vão receber o milho argentino por R\$ 45 a R\$ 47 a saca, com frete incluído, ante cerca de R\$ 52 a saca do produto local. No Mato Grosso, a cotação fechou entre R\$ 31 e R\$ 34 na semana passada, mas o custo do transporte até o Rio Grande do Sul chega a R\$ 15 ou até R\$ 20 por saca, explicou.

Segundo ele, o preço do milho argentino foi calculado com base em um dólar de R\$ 3,60, e se o governo aceitar a proposta da ministra da Agricultura, Kátia Abreu, de isentar as importações do cereal do PIS e do Cofins, o potencial de aquisição na Argentina "pode até duplicar".

De acordo com ele, o mercado sofre com a "especulação" promovida pelas grandes cerealistas, que seguram as vendas do grão à espera de preços maiores, e também com a falta de informações sobre a venda antecipada do produto colhido no Estado. A ausência desses dados prejudica o planejamento das compras do insumo por parte dos frigoríficos, afirmou o executivo.

**Seminário avalia inspeção de frutas e hortaliças no Brasil e na União Europeia.
Cláudia Lafetá - MAPA. 05/04/2016.**

Encontro começou nesta terça (5) e vai até amanhã (6), no Mapa

Brasil e União Europeia (UE) intensificam cada vez mais a troca de informações em setores da atividade agrícola. Nesta terça-feira (5), em Brasília, começou o seminário de análise dos sistemas de inspeção e avaliação de conformidade de frutas e hortaliças nos mercados brasileiro e do bloco europeu. O encontro ocorre no auditório-maior do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e vai até esta quarta-feira (6).

O seminário de análise do Projeto Sistemas de Inspeção e Avaliação da Conformidade de Frutas e Hortaliças na União Europeia e no Brasil faz parte dos Diálogos Setoriais. Trata-se de uma nova dinâmica de cooperação técnica entre o país e bloco europeu, buscando o intercâmbio de conhecimentos e experiências em áreas de interesse mútuo.

Um dos objetivos da troca de informações é possibilitar o conhecimento sobre a legislação e os procedimentos de inspeção de frutas e hortaliças frescas na União Europeia. A expectativa é que isso possa contribuir para aprimorar ainda mais a fiscalização dos produtos brasileiros destinados ao consumo interno e às exportações.

“Estamos passando por um processo de transformação em nosso sistema de inspeção. Tenho certeza que a expertise europeia será importante para nos ajudar na modernização regulatória, entre outras melhorias”, destacou o secretário de Defesa Agropecuária, Luís Rangel, durante a abertura do encontro.

A primeira palestra, da consultora do projeto, Mafalda dos Santos, foi sobre a legislação da União Europeia para frutas e hortaliças. De acordo com ela, um dos aspectos importantes para o controle de conformidade é a base de dados de todos os que participam da comercialização de frutas e produtos hortícolas.

Bélgica apoiará o Brasil nas negociações sanitárias e comerciais com a União Europeia. MAPA. 05/04/2016.

Ministro belga reforçou a relação bilateral entre os países

Representantes do governo brasileiro e belga se reuniram na sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em Brasília, para estreitar relações e debater temas como o acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. A secretária de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI) do Mapa, Tatiana Palermo, ressaltou a importância do acordo para o Brasil. “É uma oportunidade única para ampliar a pauta de exportação brasileira e europeia. Envolverá todos os setores da economia brasileira e trará benefícios para ambos os lados”.

O acordo também será pauta de reunião da presidência do Mercosul com a Comissão Europeia, no próximo dia 8, em Bruxelas. O embaixador da Bélgica, Jozef Smets, e o secretário de estado do Comércio Exterior da Bélgica, ministro Pieter de Crem, afirmaram que o Brasil é um importante parceiro no comércio de produtos agropecuários e se manifestaram favoráveis a adoção de um acordo comercial entre os dois blocos.

No encontro, a SRI entregou às autoridades belgas a minuta de memorando de entendimento com o propósito de desenvolver a cooperação técnica entre Brasil e Bélgica na área de vigilância agropecuária. “Será um mecanismo de harmonização dos procedimentos de inspeção e fiscalização do trânsito internacional de produtos vegetais e animais, trazendo mais celeridade e eficiência ao comércio entre os dois países”, destacou o Secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, Luis Rangel.

O ministério reiterou a importância de se avançar na negociação do acordo sanitário e fitossanitário entre Brasil e União Europeia, para se buscar uma equivalência de controles, certificações e harmonização de procedimentos. O acordo está em negociação desde maio de 2015, e aguarda posicionamento das autoridades europeias. Os representantes do governo belga se comprometeram a levar o assunto à Comissão Europeia para buscar meios de avançar nos entendimentos bilaterais.

Brasil questiona Tailândia e Indonésia na OMC. Viviane Novaes - MAPA. 06/04/2016.

Um dos contenciosos é sobre carne bovina; o outro se refere à produção e comércio de açúcar

O Brasil abriu dois pedidos de consultas no sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial de Comércio (OMC). O primeiro questiona a política de incentivo da Tailândia à produção e comercialização de açúcar. O segundo diz respeito às restrições da Indonésia às exportações brasileiras de carne bovina.

De acordo com a secretária de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Tatiana Palermo, o pedido de consultas inicia formalmente os contenciosos na OMC. "Essa etapa possibilita às partes a oportunidade de buscar uma solução, sem entrar em litígio." Nos dois casos, os países têm 30 dias para começar as consultas.

Sobre a controvérsia do açúcar com a Tailândia, o adido agrícola em Genebra (Suíça), Luís Henrique Barbosa da Silva, afirma que o funcionamento das políticas daquele país para a produção e exportação do produto causam danos ao Brasil e distorções ao mercado internacional. "O setor sucroalcooleiro brasileiro calcula que esteja perdendo, em média, cerca de US\$ 581 milhões por ano, por causa dos subsídios à produção de açúcar na Tailândia", diz Luís Henrique.

Entre as políticas públicas tailandesas para o setor, estão os pagamentos diretos aos produtores de cana-de-açúcar e a sustentação de preços por meio de garantia de cotações mínimas. "Esses subsídios causam distorções no mercado internacional, porque estimulam o aumento da produção local, mesmo em momentos de quedas de preços. Há ainda estímulo à conversão da área plantada com arroz para produzir cana-de-açúcar", argumenta.

De acordo com o adido agrícola, a Tailândia tem um complexo sistema de cotas para garantir a produção de açúcar. Uma cota restringe a comercialização no mercado interno, garantindo um preço elevado. Outra obriga a venda por contratos de longo prazo, por empresa constituída por produtores, governo e usineiros, de determinada quantidade de açúcar. Esse sistema é semelhante ao utilizado no passado pela União Europeia e foi condenado pelo Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, em contencioso iniciado pelo Brasil, com participação da própria Tailândia.

Ao examinar o sistema de subsídios à produção e à comercialização de açúcar da Tailândia, o governo brasileiro considera que há violação de vários artigos do Acordo de Agricultura e do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC.

Mercado indonésio

O Brasil também enfrenta, há anos, problemas para a exportação de carne bovina à Indonésia. De acordo com Luís Henrique, o país tem mostrado interesse em acessar aquele mercado. “Mas a Indonésia mantém um regime de licenças de importação complexo, que impõe proibições e restrições às importações de produtos agrícolas, incluindo a carne bovina.”

Segundo Luís Henrique, o setor produtivo brasileiro acredita que, com a abertura do mercado indonésio, as vendas poderão chegar a 30 mil toneladas de carne bovina por ano.

As barreiras criadas pela Indonésia para as exportações brasileira de carne bovina descumprem os acordos sobre a aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias, sobre barreiras técnicas ao comércio e sobre licença de importação.

Comitiva de Portugal visita FAEMG. CNA. 06/04/2016.

Representante do produtor rural mineiro, o Sistema FAEMG recebeu hoje (6/4) a visita de uma comitiva portuguesa em sua sede, em BH. O objetivo do encontro era estreitar o relacionamento e fomentar novas oportunidades de negócios bilaterais.

O grupo composto por membros do Consulado e da Câmara Portuguesa de Comércio em Minas, da Invest Lisboa e da Aicep Portugal (agências especializadas na promoção de investimentos naquele país) apresentou dados socioeconômicos, vantagens competitivas, incentivos aos investimentos e a caracterização da agroindústria portuguesa.

O presidente do Sistema FAEMG, Roberto Simões falou sobre a vocação mineira para o agronegócio, e a diversificação de produtos, que é sua principal marca. Destacou a liderança do estado em itens como o café, leite, flores plantadas e rebanhos equinos e muares, além da destacada produção de grãos, frutas e outros produtos. “O agronegócio

tem papel fundamental na formação da economia mineira, na geração de receita e empregos. Mantem saldos positivos mesmo com a crise. Para 2016, as expectativas são boas, com safras promissoras. São muitas as oportunidades de investimentos e negócios, para ambos os lados”.

Roberto Simões lembrou ainda o trabalho do INAES (Instituto Antônio Ernesto de Salvo), entidade de estudo do Sistema FAEMG, que tem obtido grande sucesso nos testes de exportação de frutas irrigadas do norte de Minas para Portugal e outros países da Europa. Segundo ele, é possível que bons negócios tenham origem a partir do encontro: “Apresentaremos essas informações aos nossos associados para, num próximo momento, organizarmos uma missão negocial a Portugal, estreitando esse diálogo em torno de oportunidades concretas de negócios”.

Glencore prestes a vender sua divisão agrícola. Ben Dummett e Alex MacDonald – Valor Econômico. 06/04/2016.

A gigante suíça de commodities Glencore está em conversas avançadas para vender uma participação de sua divisão agrícola ao maior fundo de pensão do Canadá, um movimento estratégico para tentar reduzir uma dívida de quase US\$ 26 bilhões.

O Canada Pension Plan Investment Board (CPPIB, na sigla em inglês) é o provável vencedor do leilão que a Glencore está realizando, e fontes próximas afirmam que o negócio pode ser anunciado já esta semana. O CPPIB poderá assumir uma participação de até 40% da unidade, estimada em US\$ 6 bilhões. Assim, o CPPIB desembolsaria até US\$ 2,4 bilhões pela aquisição parcial.

O leilão atraiu a atenção de diversos fundos soberanos e de pensão e tradings asiáticas, conforme as fontes, que não quiseram se manifestar publicamente. Não há garantias ainda, no entanto, sobre o desfecho da operação.

O negócio esperado com o fundo de pensão canadense está alinhado com o objetivo da Glencore de levantar dinheiro através da venda de ativos, na tentativa de ajudar a reduzir o peso de sua dívida depois que as ações da companhia despencaram com a queda os preços internacionais das commodities. No último ano, as ações da Glencore recuaram 50%.

A decisão de venda de ativos foi acelerada com a perda de vigor da economia da China e a desvalorização cambial no Brasil.

A Glencore é a terceira maior empresa de mineração do mundo em valor de mercado, e atua em segmentos desde carvão e níquel a óleo e cobre. Seu negócio agrícola está focado em processamento e distribuição de trigo, milho e outros grãos, óleos vegetais e também algodão e açúcar. Suas operações estão distribuídas na Europa, Canadá e América do Sul.

Em 2015, a divisão agrícola gerou ganhos ajustados antes de juros e impostos de US\$ 524 milhões, uma queda de 47% em relação ao ano anterior.

Para o fundo de pensão, que administra US\$ 214,9 bilhões em ativos para mais de 18 milhões de canadenses, o investimento na divisão agrícola da Glencore dá suporte à estratégia de diversificação de ativos para proteção contra volatilidades. O CPPIB investiu em agricultura pela primeira vez em 2012, com a compra de fazendas no Canadá, EUA, Austrália, Nova Zelândia e Brasil.

Apenas nos EUA e no Canadá seus investimentos em terras são estimados em US\$ 597 milhões de dólares, conforme o último relatório financeiro anual.

Para equilibrar margens em bovinos, JBS foca exportação. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 06/04/2016.

Diante da fraca demanda por carne bovina no mercado brasileiro, o presidente da divisão de carnes da JBS no Brasil, Renato Costa, afirmou ontem que a empresa vem buscando equilibrar as margens da operação de bovinos a partir das exportações. Em 2016, previu, os embarques de carne bovina da JBS a partir do Brasil crescerão 15% em volume.

"O mercado externo dá uma equilibrada", disse Costa, destacando o impacto favorável das aberturas dos mercados da Arábia Saudita e da China, no ano passado. Ele ressaltou ainda a possibilidade de recuperação das vendas para Egito e Rússia. De fato, as exportações brasileiras de carne bovina in natura estão em alta neste ano. No primeiro trimestre, os embarques subiram 24,2% na ante o mesmo período do ano passado,

somando 288,4 mil toneladas, de acordo com os dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic).

Costa reafirmou ainda a expectativa de que a abertura dos EUA à carne bovina in natura do Brasil se efetive no segundo semestre.

Em relação ao fraco consumo no Brasil, o executivo avaliou que só haverá recuperação da demanda quando o país começar a resolver a crise econômica. Em março, a JBS paralisou por 20 dias quatro frigoríficos no país para se ajustar à oferta de boi e adequar os estoques, tendo em vista a fraca demanda doméstica.

Conforme Costa, a JBS já retomou os abates nas unidades paralisadas devido a problemas sazonais, como excesso de chuvas em Mato Grosso do Sul e escassez em Goiás. Com a retomada das atividades nas quatro plantas, a JBS tem 43 frigoríficos de bovinos em operação no Brasil, mesmo número do início do ano.

Renato Costa participou ontem do lançamento de um projeto de marketing da marca Friboi. Após investimentos para tornar a marca conhecida, a empresa lança agora um site chamado "Academia da Carne".

Vale deve separar área de fertilizantes e atrair "parceiro estratégico". Francisco Góes – Valor Econômico. 06/04/2016.

Uma das transações mais esperadas pelo mercado dentro do portfólio da Vale poderá, finalmente, ser fechada este ano. No mercado, todos os sinais indicam que, no segundo semestre de 2016, a divisão de fertilizantes deverá ser separada do restante da empresa e ter uma participação vendida a um "parceiro estratégico" - a norueguesa Yara, uma das maiores do mundo no segmento, é apontada como a principal candidata. O Valor apurou que a mineradora deverá se desfazer de uma fatia minoritária, na faixa de 40%, e manter, pelo menos em um primeiro momento, o controle do negócio.

Especialistas estimam que o valor da divisão de fertilizantes da Vale poderá variar de US\$ 2 bilhões a US\$ 3 bilhões. Se o "teto" prevalecer e a participação vendida for mesmo de 40%, a Vale poderá embolsar US\$ 1,2 bilhão. Procurada, a Vale preferiu não comentar. Em nota, a Yara, que já tem posição de destaque no mercado brasileiro de

fertilizantes, afirmou "que está aberta a oportunidades que possam surgir no mercado", mas que, por ora, não há nada concreto.

Fontes do segmento confirmam que o plano da mineradora é criar uma nova empresa reunindo seu ativos e projetos de fertilizantes. Essa nova sociedade reuniria os ativos de potássio e rocha fosfática que hoje estão sob o guarda-chuva da Vale Fertilizantes, uma divisão dentro da companhia. O atual diretor-executivo de carvão e fertilizantes da Vale, Roger Downey, é apontado como o possível presidente dessa nova companhia.

Não é de hoje que o objetivo da Vale nos fertilizantes é encontrar um sócio para construir um negócio maior e mais rentável. Embora a administração da Vale sempre enfatize que os adubos estão dentro das "prioridades" da empresa, analistas sempre consideraram seu desempenho frustrante. Havia uma expectativa de que se a Vale investisse mais no segmento, a crônica dependência dos agricultores de insumos importados, que supera 70% da demanda, pudesse diminuir. Mais isso não aconteceu.

Em 2015, a Vale Fertilizantes até registrou melhorias de vendas e na frente operacional, com reduções de custos, e esses resultados tiraram um pouco da pressão para que a mineradora vendesse logo uma participação na divisão, uma estratégia discutida há pelo menos três anos. As difíceis condições de mercado no ano passado, marcado por uma demanda doméstica mais fraca, também passaram a ser encaradas como um desestímulo para um eventual novo sócio.

Mesmo assim, segundo fontes do mercado, no processo de discussões surgiram vários interessados na divisão de fertilizantes da mineradora brasileira. Embora a Yara sempre tenha sido apontada como uma forte candidata, outros players, entre os quais grupos árabes, também mostraram interesse no negócio.

Nos resultados da Vale em 2015, os fertilizantes foram um dos segmentos com bom desempenho. A divisão registrou uma receita operacional líquida de US\$ 2,2 bilhões, o que correspondeu a 8,7% da receita total da mineradora no exercício. Em 2014, a participação havia sido de 6,4%.

O segmento de fertilizantes da Vale registrou lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de US\$ 567 milhões no ano passado, mais que o dobro que em 2014 (US\$ 278 milhões). O aumento no Ebitda foi resultado do impacto

positivo do câmbio, de iniciativas de cortes de custos e de reduções de despesas, além de ganhos nos preços realizados como resultado direto de iniciativas comerciais.

Mas a transação envolvendo os fertilizantes ganhou importância para a Vale por conta das atuais dificuldades da empresa, que tem uma alta alavancagem financeira e a meta de reduzir em US\$ 10 bilhões sua dívida líquida em um período de 18 meses. Entre analistas, há quem considere a meta de redução da alavancagem factível de ser cumprida. Mas há também quem considere a tarefa "difícil". Nesse cenário, e com os preços das commodities minerais e metálicas deprimidos, o fechamento de uma parceria nos fertilizantes é estratégica para a Vale. A companhia colocaria dinheiro em caixa e passaria a contar com um sócio focado no segmento para engordar o negócio. (Colaborou Mariana Caetano)

Preço internacional do leite tem leve alta. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico. 06/04/2016.

Num movimento considerado de ajuste, os preços do leite em pó registraram leve alta ontem no leilão da plataforma Global Dairy Trade (GDT), referência de preços para o mercado internacional. A cotação do leite em pó integral, que tinha recuado no pregão anterior, subiu de US\$ 1.971 por tonelada para US\$ 2.013 ontem. Já o leite em pó desnatado ficou praticamente estável em US\$ 1.721 por tonelada, conforme dados divulgados pela plataforma.

Para Valter Galan, analista da consultoria MilkPoint, especializada em lácteos, o pequeno ajuste não significa início de recuperação dos preços internacionais, que estão bem abaixo dos níveis históricos - entre US\$ 3.200 e US\$ 3.400 por tonelada para o leite em pó integral.

De fato, observou ele, considerando os fundamentos recentes do mercado internacional de lácteos, a expectativa era de queda nos preços negociados no leilão. Ele se referia ao aumento da produção de leite na União Europeia e na Nova Zelândia.

Só em janeiro de 2016, a produção no bloco europeu cresceu 5,3% sobre o mesmo mês de 2015, o equivalente a 618 milhões de litros de leite. Já na Nova Zelândia, que deve registrar queda na produção de leite da safra como um todo, a produção da commodity

subiu 5,6% em fevereiro sobre o mesmo mês de 2015, para 1,966 bilhão de litros de leite.

Além disso, a China, maior importadora mundial de lácteos, voltou a se retrair no mercado. O país asiático havia importado 153 mil toneladas de leite em pó integral e desnatado em janeiro deste ano. O volume foi 4,4 vezes maior que o comprado em dezembro de 2015 e 49% superior ao do mesmo mês de 2015.

Mas, em fevereiro, as importações do país asiático voltaram a cair. O recuo nas compras foi de 24% em relação ao mesmo mês de 2015 - saíram de 65.900 toneladas (entre leite em pó integral e desnatado) para 53.000 toneladas.

Nesse ambiente, uma recuperação dos preços internacionais fica mais distante. Para Galan, os preços do leite em pó integral no mercado internacional devem se aproximar dos níveis históricos só no começo de 2017. No início deste ano, a expectativa dele e de outros analistas é de que uma recuperação viria ainda no segundo semestre de 2016.

Segundo o analista, diante dos baixos preços internacionais já há informações no mercado sobre maior interesse por produto importado, como queijos. Isso pode aumentar a concorrência para o produto local (que enfrenta alta da matéria-prima e queda na demanda).

TAP Cargo cresceu 2,7% em demanda a partir do Brasil em 2015. João José Oliveira – Valor Econômico. 06/04/2016.

A TAP Cargo registrou em 2015 crescimento de 2,7% na demanda pelo transporte de cargas entre o Brasil e a Europa.

A unidade de transporte de cargas e logística da empresa aérea portuguesa controlada pelo consórcio Gateway, do empresário David Neeleman — também dono da brasileira Azul —, registrou ano passado um total de 19 mil toneladas de carga e correio transportados, informou a companhia.

Segundo a TAP Cargo, a demanda por exportações tem sido alimentada pelo setor do agronegócio brasileiro para a Europa.

A TAP Cargo teve no mercado português o maior demandador desses produtos. E através de Lisboa, a empresa alimenta o comércio triangular entre Europa, América do Sul e África.

Além do Brasil, a demanda atendida pela TAP Cargo também cresceu nos mercados exportadores da Itália (+50%), da Suíça (+92%) e do Extremo-Oriente (+130%).

Americana ADM anuncia novo presidente para a América do Sul. Fernando Lopes – Valor Econômico. 07/04/2016.

A americana ADM, uma das maiores empresas de agronegócios do mundo, anunciou há pouco que Scott Fredericksen é seu novo presidente para a América do Sul.

O executivo trabalha na multinacional desde 1983, e vinha ocupando o cargo de presidente da ADM Transportation. Antes disso, presidiu a unidade americana de processamento de oleaginosas e comandou o negócio de ingredientes da companhia.

Conforme a ADM, Fredericksen terá cinco missões principais: “traçar uma visão estratégica para as atividades da ADM América do Sul; garantir que os clientes da região se beneficiem da ampla gama de produtos e serviços oferecidos pela ADM; cultivar relacionamentos com públicos de interesse locais; fortalecer e desenvolver a equipe da ADM na América do Sul; e implementar e gerir projetos que promovam crescimento”.

Na América do Sul, onde tem mais de 6 mil funcionários, a ADM atua na Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. As vendas globais da empresa giram em torno de US\$ 70 bilhões.

DuPont faz parceria com grupo chinês. Bettina Barros – Valor Econômico. 07/04/2016.

A americana DuPont e a chinesa Origin Agritech anunciaram uma parceria para desenvolver novas variedades de sementes agrícolas geneticamente modificadas destinadas ao mercado chinês. Fundada em 1997, a Origin é a principal empresa chinesa de biotecnologia agrícola.

"Uma vez que aprovadas pelo governo chinês, esses produtos ajudarão o produtor chinês a combater insetos e outras plantas que impedem a lavoura de atingir o seu rendimento potencial", disse Gengchen Han, chairman e CEO da Origin.

A unidade de sementes da divisão agrícola da DuPont, a Pioneer, opera na China há quase 20 anos e é a maior estrangeira no segmento de milho no país, segundo o comunicado. Em dezembro passado, a DuPont anunciou uma fusão com a Dow Chemical, que resultará em um grupo com três unidades de negócios.

O anúncio ocorre após o presidente chinês, Xi Jinping, assumir a liderança nos esforços para levar a China ao patamar de player global no desenvolvimento de sementes transgênicas. Esses esforços serão alavancados com a compra pela estatal ChemChina da suíça Syngenta, maior fabricante mundial de defensivos e grande fornecedor de sementes, por US\$ 43,2 bilhões.

Governo e setor produtivo discutem comércio internacional de grãos geneticamente modificados. Ana Carolina Oliveira - MAPA. 07/04/2016.

Objetivo é diminuir obstáculos para ampliar exportações brasileiras

A secretária de Relações Internacionais do Agronegócio, Tatiana Palermo, se reuniu, em Brasília, com dirigentes da Associação das Empresas de Biotecnologia na Agricultura e Agroindústria (AgroBio) para ampliar o debate sobre biotecnologia e as exigências dos principais mercados importadores de grãos brasileiros, que são a China, Rússia, o Japão, os Estados Unidos e a União Europeia.

O setor produtivo e o governo federal querem reduzir os entraves comerciais para facilitar as negociações com países compradores de sementes geneticamente modificadas. Segundo a secretária, a medida pode contribuir para o Brasil aumentar as exportações em geral. A China, por exemplo, é um dos principais compradores de soja e milho com o uso de biotecnologia.

A secretária afirma que houve avanços nas negociações com a China e com a Rússia. Só em 2015, os chineses importaram do Brasil cerca de 54 milhões de toneladas de soja e 28 milhões de toneladas de milho. Grande parte desses produtos é geneticamente modificada. Em reunião agendada para 10 e 11 de maio, em Brasília, o grupo Brasil-China de biotecnologia vai discutir cooperação na área regulatória e na pesquisa.

No mês passado, uma delegação russa esteve no Brasil para conhecer os procedimentos de controle de grãos e farelo de soja geneticamente modificados e avaliar a possibilidade de expansão do comércio. Em 2015, o Brasil exportou para o país cerca de 1 milhão de toneladas de soja.

Kátia Abreu: negociações para exportação de carne suína de Santa Catarina estão avançadas. Priscilla Mendes - MAPA. 07/04/2016.

Habilitação dos frigoríficos é o próximo passo para as exportações à Coreia do Sul e México

Em audiência com o governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, a ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) afirmou que as negociações com o México e com a Coreia do Sul para venda de carne suína daquele estado estão avançadas. A bancada parlamentar catarinense também participou da reunião.

A exportação do produto, de acordo com o governador, ajuda a valorizar o preço da carne suína e a melhorar o retorno ao produtor local. Santa Catarina e Rio Grande do Sul são os únicos estados brasileiros livres de peste suína clássica, com certificado da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). O status sanitário, conquistado no ano passado, é decisivo para a abertura de novos mercados.

“O desejo de vocês de exportar não é maior que meu. Nossa equipe está trabalhando forte para dar agilidade nos trâmites burocráticos, que são muitos”, afirmou a ministra durante a audiência nesta quarta-feira (6). Ela destacou que “a parte mais difícil” do processo de exportação já foi superada, que é negociar os requisitos sanitários e derrubar os embargos ao produto. A próxima etapa, explicou, é concluir a habilitação

dos frigoríficos catarinenses interessados em exportar para o México e para a Coreia do Sul.

"Coreia do Sul e México estão entre os maiores importadores de carne suína do mundo, são dois mercados fundamentais para reequilibrar o preço para o produtor. Estamos com a produção maior em Santa Catarina e, com a lei da oferta e da procura, o preço acaba caindo. Buscar mercados no exterior, principalmente compradores de grande quantidade e que pagam bem, é essencial nesse momento", destacou o governador Colombo.

Exportações brasileiras para o Japão crescem 55,7% no primeiro trimestre. MAPA. 07/04/2016.

Gelatina é mais um produto que entra na pauta comercial bilateral

O Japão foi um dos destaques da balança comercial brasileira do agronegócio em março passado, de acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). As exportações do Brasil somaram US\$ 242,239 milhões, com alta de 27,4% em relação ao mesmo mês de 2015. No primeiro trimestre deste ano, o mercado brasileiro exportou ao país asiático produtos agropecuários e agroindustriais no valor de US\$ 819,329 milhões, número 55,7% superior a igual período de 2015.

Os produtos que se destacaram em março nas exportações do agronegócio para o Japão foram milho (US\$ 58,474 milhões) e complexo soja (US\$ 33,482 milhões, sendo US\$ 17,510 milhões em grãos e US\$ 15,971 milhões em farelo).

As exportações de gelatina para o Japão estavam suspensas desde 2012. Em fevereiro deste ano, o Mapa conseguiu renegociar um novo modelo de Certificado Sanitário Internacional (CSI), que possibilita a retomada desse mercado. O modelo de CSI acordado prevê a exportação de gelatina elaborada exclusivamente com material de origem bovina.

A partir de agora, todos os estabelecimentos com Serviço de Inspeção Federal (SIF) podem exportar produtos para o Japão. Em 2015, as importações nipônicas da gelatina somaram 12.300 toneladas, com valores estimados em aproximadamente US\$ 78 milhões.

Além desse produto de origem animal, estão em fase avançada de negociação com as autoridades sanitárias do Japão modelos de certificado sanitário para exportação de carnes termoprocessados (conservas) e carvão elaborado com ossos de bovinos, além de alimentação animal (palatabilizantes).

CNA quer maior acesso ao mercado europeu para produtos agropecuários brasileiros. CNA. 07/04/2016.

A melhoria do acesso de produtos agropecuários brasileiros ao mercado europeu foi um dos temas principais debatidos entre o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, e o embaixador do Reino Unido, Alex Ellis, durante encontro realizado nesta terça-feira (05), na sede da entidade.

O caminho capaz de permitir o aumento das exportações do Brasil aos países europeus pode ser conquistado a partir da formalização de um acordo entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE), em discussão que vem desde 1998, mas que poderá ser concretizado ainda este ano.

A CNA e o Reino Unido têm um histórico de cooperação bem sucedida, especialmente em questões como as mudanças climáticas e o uso racional da água. O embaixador Alex Ellis, a propósito, relatou ao presidente da CNA sua satisfação com os resultados da parceria do Reino Unido, sob a interveniência do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), na área ambiental.

Fortalecer cooperação - O embaixador do Reino Unido mostrou o interesse do seu país em abrir novas áreas de cooperação com a CNA, especialmente em áreas sensíveis como a assistência técnica e a inovação tecnológica para o setor agrícola.

A esse propósito, o secretário executivo do SENAR, Daniel Carrara, participante do encontro, destacou o desafio de fazer chegar ao médio e pequeno produtor – num universo de 2 milhões de propriedades rurais -, assistência técnica, gestão empresarial e qualificação profissional.

Os principais produtos exportados pelo Brasil ao Reino Unido, em 2015, foram: ouro, minério de ferro, café não torrado, soja em grão e preparações alimentícias de bovinos.

Juntos, esses setores representam 45% do total enviado àquele destino. No ano passado, as exportações atingiram US\$ 5,71 bilhões.

Real e recessão levam Brasil a ter uma das maiores quedas de importação do mundo. Jamil Chade - O Estado de São Paulo, Economia. 07/04/2016

Segundo ranking da OMC, País caiu da 21ª para a 25ª posição entre maiores importadores

GENEBRA – A crise econômica no Brasil e o real desvalorizado levam o País a sofrer a segunda maior queda de importações entre as grandes economias do mundo. A queda, segundo a OMC, deve continuar em 2016.

Em 2015, a redução foi de 25,2%, colocando o País na 25ª posição entre os principais mercados importadores. No ano passado, o Brasil somou compras de US\$ 179 bilhões, inferior ao da Polônia ou Turquia.

Os dados foram apresentados hoje pela Organização Mundial do Comércio (OMC) que aponta que a contração deve continuar em 2016. "Quando a economia desacelera, um indicador é a redução de compras. No caso do Brasil, essa queda foi significativa", indicou Roberto Azevedo, diretor da OMC.

Robert Koopman, economista chefe da OMC, indicou que a contração pode continuar. Na América Latina, a queda da produção foi de 1% em 2015. Mas deve se aprofundar para uma retração de 1,7% em 2016.

Entre as 30 maiores economias do mundo, apenas a Rússia registrou uma contração de compras superior às do Brasil, com queda de 37%. Moscou, porém, vive ainda sob o embargo da UE e dos EUA por conta dos conflitos na Ucrânia.

Com a contração na economia brasileira, o impacto foi sentido pelo setor industrial e por consumidores que deixaram de importar nos mesmos níveis dos últimos anos. A desvalorização do real ainda pesou, obrigando setores a substituir produtos importados por nacionais.

Em 2013 e 2014, o Brasil aparecia na 21ª posição entre os maiores importadores, ainda que uma contração de 5% já começava a ser sentida no ano da Copa do Mundo. Com a

queda de quatro lugares no ranking da OMC, o País já é ameaçado por Malásia e Arábia Saudita.

Segundo a OMC, a situação brasileira contaminou os resultados de toda a América do Sul, que acabou tendo o pior resultado entre todas as regiões. "O crescimento negativo de importação na América do Sul em 2015 foi causado em grande parte pela severa recessão no Brasil", indicou a OMC.

O Mercosul ainda foi o bloco econômico com os piores resultados, com queda de 22% nas exportações e 21,5% de redução nas importações.

As importações de serviços no Brasil também caíram de forma dramática, com redução de 19,8% em 2015 e somando US\$ 69 bilhões.

O maior importador do mundo continua sendo os EUA, com compras em 2015 de US\$ 2,3 trilhões. A China vem em segundo lugar, com US\$ 1,6 trilhão, mas com uma queda de 14% nas compras diante da desaceleração de sua economia.

Exportação – No lado das vendas ao exterior, o Brasil também registrou uma das piores quedas, com contração de 15,1% em valores e colocando o País na 25ª posição entre os exportadores. Hoje, os produtos nacionais representam apenas 1,2% do mercado mundial e mesmo a Polônia e Malásia já exportam mais que o Brasil ao mundo.

Em volumes, o Brasil continua a ver uma expansão de suas vendas, com 8% em 2015. Mas a queda nos preços de minérios e produtos agrícolas afetou a renda.

Entre os exportadores, a líder é a China, com US\$ 2,2 trilhões em vendas em 2015. Os americanos aparecem com US\$ 1,5 trilhão, na segunda colocação.

Para 2016, a OMC estima que o comércio terá uma expansão de apenas 2,8%, bem abaixo da previsão inicial de 3,9%. Em 2015, a taxa já havia sido de apenas 2,8%, a pior em anos. "O comércio continua a registrar crescimento. Mas as taxas decepcionantes", disse Roberto Azevêdo, diretor-geral da OMC.

"Esse é o terceiro ano consecutivo com um crescimento do comércio abaixo de 3%", indicou. Segundo ele, o volume de vendas continua a subir. Mas as taxas de câmbio e queda nos preços das commodities impedem um salto nos valores. "Isso pode minar o crescimento frágil das economias em desenvolvimento", disse.

Para 2017, a previsão é de uma expansão de 3,6% no mundo. Mas bem abaixo da média de 5% ao ano na década de 90.

Preços de milho e trigo devem ter mínimas de dez anos em 2016. Reuters – O Globo, Economia. 08/04/2016

Ampla oferta e exportações fracas dos EUA pressionam queda

GENEBRA - Uma ampla oferta, expectativas de grandes safras e exportações mais fracas dos Estados Unidos deverão pressionar para baixo os preços dos grãos ainda neste ano, e milho e trigo poderão cair para mínimas em dez anos conforme se aproximam os períodos de colheita, afirmou a consultoria AgResource nesta sexta-feira.

Em sua primeira projeção de preços em 2016, a consultoria com sede nos Estados Unidos prevê que o milho para dezembro na bolsa de Chicago (CBOT) deverá cair 25%, para US\$ 2,80 por bushel, conforme a safra fica mais próxima e este se torna o primeiro contrato. Seria o menor nível para o primeiro contrato desde outubro de 2006.

Já o trigo para julho deverá cair cerca de 14%, para US\$ 4 por bushel, menor nível desde setembro de 2006, enquanto a soja para novembro deve ter retração de 17%, para US\$ 7,60 por bushel, mínima desde maio de 2007, disse à Reuters o presidente da AgResource, Dan Basse.

“Para o milho, você tem uma produção recorde nos EUA e na Argentina neste ano, e as duas combinadas levam a (um preço de) US\$ 2,80 por bushel”, disse ele, nos bastidores de um evento sobre grãos em Genebra.

Com expectativa de crescimento também para a safra brasileira de milho, Basse descreveu a América do Sul como uma “potência exportadora” cujas colheitas deverão mudar estruturalmente o mercado global.

Para a soja, os principais fatores por trás da queda nos preços deverão ser a ampla oferta, principalmente na América do Sul, bem como uma menor demanda por farelo de soja na China.

“No próximo ano, o Brasil irá produzir mais soja do que os EUA pela primeira vez na história”, destacou.

Montesanto amplia aposta na Europa. Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico. 08/04/2016.

Uma das famílias que mais exportam café no Brasil amplia este ano suas operações no mercado europeu. Sob o comando do empresário Ricardo Tavares, o grupo Montesanto Tavares, de Minas Gerais, espera aumentar seu faturamento em 20% e chegar aos R\$ 2,1 bilhões em 2016.

Os negócios de Tavares são um retrato de um dos únicos setores da economia brasileira - o agronegócio - que ainda sobrevivem quase como uma ilha de prosperidade em meio à recessão. E o café tem sido um destaque dessa bonança.

Em janeiro, a Montesanto Tavares abriu um escritório de vendas em Lausanne, na Suíça. A cidade é um polo de tradings de café de vários cantos do mundo. O novo escritório é da Ally Coffee, uma das tradings do grupo mineiro e que deve responder este ano por 25% do faturamento do grupo.

A Ally tem como principal negócio a venda de cafés especiais brasileiros. Esse é o segmento no mercado de café que mais cresce no mundo. Enquanto o consumo do produto convencional (vendido como commodity) cresce à razão de 2% ao ano, o consumo de café especial tem crescido 15%.

Até então, a Ally tem vendido seus grãos quase que exclusivamente para os Estados Unidos. Outras tradings do grupo (Atlântica, Cafebras e InterBrasil) comercializam café no mercado de commodities - café com qualidade e preço inferiores aos especiais.

"As nossas vendas para a Europa este ano devem representar 30% das vendas da Ally", disse Tavares ao **Valor**. Os demais 70% continuam nos EUA. O mercado asiático ainda é visto pelo empresário como uma promessa que deve começar a render frutos só a partir de 2017.

Nos EUA, Tavares mantém um escritório da trading na cidade de Plantation, na Flórida, e outros em Los Angeles, na Califórnia, e em Greenville, Carolina do Sul. E tem entre seus clientes a rede Starbucks, a Green Mountain Coffee, empresa da Coca-Cola, além de cafeterias e indústrias de menor porte, diz o empresário.

A ênfase é em café de origem brasileira, mas a Ally também compra e revende no mercado americano grãos vindos do Quênia, Etiópia, Indonésia e de produtores da América Central.

Além de café de terceiros, o grupo Montesanto Tavares comercializa o produto que cultiva em suas fazendas em Pirapora, Capelinha, Angelândia e Ninheira, em Minas Gerais, e também em Luís Eduardo Magalhães, na Bahia. Este ano, o grupo espera produzir de 80 mil a 90 mil sacas.

Com a nova base de vendas na Suíça, afirma Tavares, a ideia é atender a uma demanda crescente por cafés especiais de cafeterias e indústrias no Reino Unido, Itália, França, Holanda, Alemanha, Suécia, entre outros europeus. Tavares já exporta para a Nestlé da Suíça.

Tavares pega carona no momento de demanda global aquecida para elevar suas vendas. No ano passado, as exportações brasileiras bateram recorde e chegaram a 36,7 milhões de sacas. O Brasil é o maior produtor e maior exportador do mundo (a parcela de cafés especiais é de pouco menos de 10% das exportações totais). De acordo com a Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA), os embarques somaram 4 milhões de sacas.

O grupo Montesanto Tavares representa a terceira geração da família no ramo do café. O pai de Ricardo Tavares, Aprígio, começou a comercializar café nos anos 1960. Em 1984, ele adquiriu a marca Três Corações, que mais tarde mudou de mãos. Ricardo Tavares e irmãos entraram cedo no ramo e, hoje, netos de Aprígio participam das operações da Montesanto Tavares.

Criada há 12 anos, a holding Montesanto Tavares experimenta uma sequência de alta nos últimos anos em termos de volume comercializado. Em 2013, o grupo movimentou 1,55 milhão de sacas de café; em 2014, foram 2,21 milhões; em 2015, 2,74 milhões e este ano a previsão, segundo Ricardo Tavares, é de 3,2 milhões. No ano passado, as empresas do grupo exportaram 1,51 milhão de sacas - o que o coloca como um dos maiores exportadores de café do país.

O faturamento da holding no ano passado foi de R\$ 1,76 bilhão e deve ir a R\$ 2,12 bilhões este ano. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) deve ir de R\$ 142 milhões em 2015 para R\$ 209 milhões em 2016. "A gente está

crescendo quase 25% e poderíamos crescer mais. Estamos crescendo com o pé no freio", observa Tavares. Neste ano de turbulência, ele diz que prefere não fazer novos investimentos em armazéns, por exemplo.

O grupo tem seis armazéns próprios em Minas Gerais e utiliza outros seis entre a Califórnia e a Carolina do Sul, nos EUA.

Exportações do agronegócio do país tiveram alta de 6% em março. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 08/04/2016.

As exportações brasileiras do agronegócio confirmaram a tendência de retomada do crescimento em valor desde o início do ano e encerraram março deste ano com alta de 6% em relação ao mesmo mês de 2015, somando US\$ 8,3 bilhões.

Esse resultado também representou um salto na participação do agronegócio nas exportações totais do Brasil: a fatia das vendas externas do setor subiu de 46,4% em março de 2015 para 52,2% em março deste ano.

Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic) compilados pelo Ministério da Agricultura, as importações do setor registraram queda de 17,6% para US\$ 1,1 bilhão em março em comparação com o mesmo período de 2015. Como resultado, o superávit setorial em março de 2016 foi de US\$ 7,18 bilhões contra US\$ 6,47 bilhões em março do ano passado.

“As exportações voltaram a crescer em valor, e esse crescimento é quase generalizado. Ter 52% de participação em todas as exportações do país demonstra a competitividade do nosso setor”, disse a secretária de Relações Internacionais do Agronegócio do ministério, Tatiana Palermo, na divulgação dos números da balança comercial do agronegócio em coletiva de imprensa. “Os maiores destaques foram para a soja e o milho, que vem nos surpreendendo”, acrescentou.

No caso do chamado “complexo soja” (inclui grão, farelo e óleo), que geralmente lidera o ranking das exportações de produtos agrícolas do Brasil, as vendas externas cresceram 23,8% sobre março de 2015, para US\$ 3,4 bilhões em março deste ano .

O item mais vendido nessa lista, a soja em grãos, teve expansão de 32%, atingindo US\$ 2,92 bilhões no terceiro mês deste ano.

As exportações de carnes também totalizaram crescimento de 5,4% para US\$ 1,23 bilhão, as de açúcar e etanol diminuíram 10,8%, para US\$ 737,3 milhões, e as de cereais cresceram 96% para US\$ 437,8 milhões em março. Um dos destaques ficou para o milho, que registrou um volume exportado de US\$ 338 milhões em março deste ano, mais que o dobro do verificado em março de 2015.

Dentre os itens que tiveram resultado mensal negativo, os embarques de café renderam 20,9% menos, para US\$ 454,8 milhões, e os de produtos florestais – que vinham apresentando resultados positivos – caíram 10,6% para US\$ 823,5 milhões.

Principal mercado para as exportações brasileiras do agronegócio, a China importou do setor US\$ 2,7 bilhões durante março, uma alta de 25,6% frente ao mesmo mês do ano anterior. A participação do país asiático na balança do setor brasileiro também subiu, foi de 27,9% em março de 2015 para 33,1% no mesmo período de 2016.

Quando se considera o primeiro trimestre do ano, as vendas externas do agronegócio brasileiro aceleraram mais ainda: subiram 8,7% para US\$ 20 bilhões, frente aos três primeiros meses do ano passado. Já as importações recuaram 21,5%, para US\$ 3 bilhões no mesmo período.

De janeiro a março de 2016, as exportações de soja e derivados cresceram 26,5% para US\$ 5,1 bilhões ante o primeiro trimestre de 2015, as de carnes caíram 1,8%, para US\$ 3,2 bilhões, e as de açúcar e etanol se mantiveram no mesmo patamar de US\$ 2,1 bilhão, observado em igual intervalo do ano anterior. Entre os principais grupos da pauta, houve alta no caso de produtos florestais, de 4,5%, para US\$ 2,5 bilhões, enquanto as vendas externas de café em grão recuaram 23,4%, para US\$ 1,3 bilhão, na comparação com o primeiro trimestre de 2015.

O milho também se destacou no primeiro trimestre, quando as exportações somaram US\$ 1,9 bilhão, uma alta de 110 % em comparação aos três primeiros meses de 2015.

No ranking de blocos econômicos, continentes e países que mais importaram do Brasil, a Ásia registrou um crescimento de 23,8% para US\$ 8,8 bilhões no primeiro trimestre. Esse volume significa que a participação do continente asiático nas exportações do setor

brasileiro saltou de 36,1% de janeiro a março de 2015 para 41,9% no mesmo período de 2016.

Governo propõe acordos de tarifas com China, Coreia e África do Sul. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 08/04/2016.

A secretária de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Tatiana Palermo, disse hoje que a pasta apresentou à Câmara de Comércio Exterior (Camex) várias propostas de negociações de tarifas preferenciais com a China, a Coreia do Sul, a África do Sul e a Comunidade Saku, na Estônia, para venda de grãos, carnes, frutas e lácteos a esses países.

Segundo Tatiana, a Camex, instância do governo brasileiro integrada por vários ministérios que toma decisões sobre comércio externo, já aprovou o início dessas discussões. Porém, o bloco do Mercosul, do qual o Brasil é membro, precisa igualmente validar essas propostas. As tarifas preferenciais só podem ser negociadas entre países ou blocos com o mesmo grau de desenvolvimento.

A secretária também elogiou o anúncio da União Europeia de que fará a entrega de propostas para um acordo de livre comércio com o Mercosul na segunda semana de maio. “Esperamos que a pauta de negociações do agronegócio seja destravada com esse acordo”, afirmou.

Ela também informou que a ameaça da União Europeia de barrar as importações de produtos de origem animal do Brasil após apontamentos de falhas no programa de resíduos e contaminantes do ministério, detectadas no ano passado, está sanada. Como mostrou o Valor no fim de 2015, a Comissão Europeia cobrou do governo brasileiro que retomasse seu programa de resíduos em alimentos de origem animal, após o departamento responsável pela área no ministério ter sido esvaziado e sofrer com insuficiência de recursos orçamentários.

“Estamos dando muita atenção e reforço ao plano de resíduos. Os europeus estão avaliando os dados que já encaminhamos a eles, que são bem consistentes, e esperamos um retorno em breve”, explicou Tatiana. “Essas negociações são rotineiras e o pequeno

decréscimo de exportações que tivemos em março com a Europa foi em função de preços, não estamos exportando menos para eles em quantidade”, acrescentou.

A secretária se referiu a dados da balança comercial do agronegócio brasileiro, divulgados hoje, segundo a qual as vendas externas do setor nacional para a UE somaram US\$ 4 bilhões no primeiro trimestre de 2016, uma queda de 7% em relação ao mesmo período do ano passado.

**Comissão Europeia anuncia período para a troca de ofertas entre UE e Mercosul.
Ana Carolina Oliveira - MAPA. 08/04/2016.**

Decisão destrava a pauta de negociações para um acordo de livre comércio

A secretária de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Tatiana Palermo, informou que a troca de ofertas entre a União Europeia e o Mercosul deve ocorrer na segunda semana de maio. Nesse tipo de negociação, cada parte diz o que quer comprar. É um passo importante para o fechamento no futuro de um acordo de livre comércio.

Segundo Tatiana, o anúncio feito pela Comissão Europeia nesta sexta-feira (8) vem sendo aguardado há 15 anos. “A pauta de negociações finalmente foi destravada”, disse a secretária.

A União Europeia – formada por 28 países - é o segundo maior destino dos produtos brasileiros do agronegócio, depois da China. Em março de 2016, o bloco representou cerca de 20% do total das exportações. De acordo com a secretária, é preciso trabalhar para aumentar esse percentual.

O agronegócio brasileiro sofre forte concorrência de países que possuem acesso privilegiado ao bloco europeu. As negociações de um acordo de livre comércio pretendem, por exemplo, reduzir as tarifas de importação e, assim, garantir a competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo.

CNA espera avanços para o acordo de livre comércio entre UE e Mercosul. CNA. 08/04/2016.

A Comissária Europeia para o Comércio, Cecilia Malmström, e o ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa, defenderam um consenso com o objetivo de promover avanços nas negociações para o acordo de livre comércio entre a União Europeia (UE) e o Mercosul, em reunião ocorrida nesta sexta-feira (08/04), em Bruxelas (Bélgica). Os dois blocos devem fazer nova troca de ofertas na segunda semana de maio, apresentando as propostas de abertura recíproca dos setores agropecuário, industriais e de serviços. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) defende maior acesso dos produtos do agronegócio brasileiro à UE.

As discussões entre europeus e sul-americanos buscam eliminar barreiras comerciais que impedem a entrada de produtos específicos nos dois continentes. A representante da UE revelou boas expectativas com o andamento, de longa data, do diálogo, justificando “os laços econômicos e políticos” entre os dois continentes, lembrando que a melhoria das relações vai trazer benefícios importantes para ambos os lados. “O objetivo é negociar um acordo comercial abrangente, com a eliminação de barreiras técnicas de comércio e serviços, melhora das regras e procedimentos aduaneiros e proteção da propriedade intelectual”, relata a representação da CNA em Bruxelas.

As negociações entre os dois blocos começaram na década de 90. Em 2004, houve avanço na troca de ofertas, mas os debates foram suspensos e o diálogo somente foi retomado após seis anos, em 2010. Havia a expectativa de uma nova apresentação de propostas entre UE e Mercosul em 2013, o que não se concretizou. No ano passado, os dois lados comprometeram-se com uma nova tentativa, com a liberação de 85% a 95% das tarifas para os produtos de cada bloco. Neste mês, estão previstos encontros do Comitê de Política Comercial (TPC) para revisão e finalização da proposta europeia. O Mercosul é o sexto mais importante mercado de exportação da União Europeia. Segundo a Comissão Europeia, o comércio de bens entre ambos os blocos superou € 88 bilhões em 2015.

**Nufarm, de defensivos, ajusta foco no mundo e avalia aquisições no Brasil.
Mariana Caetano – Valor Econômico. 11/04/2016.**

A Nufarm, multinacional australiana de defensivos agrícolas e sementes, está empreendendo uma mudança significativa em sua estratégia de atuação global, reforçando as bases para uma elevação de 4% a 5% em suas vendas mundiais por ano até 2018. O plano é manter o mesmo nível de investimentos anual - pouco mais de US\$ 75 milhões -, mas fechar o foco dos aportes em culturas e mercados específicos, em um movimento que tende a favorecer a operação da companhia no Brasil, onde aquisições estão no radar.

"É uma estratégia simples, uma mudança sobre como alocamos capital. Nossa visão fundamental é que podemos gerar melhores retornos tendo um foco com mais profundidade e menos amplitude", diz Greg Hunt, CEO da Nufarm, que está capitaneando a reorientação da empresa desde que assumiu o posto, há um ano. O desafio, conforme o executivo, é atuar de forma mais centralizada e buscar produtos com aplicações globais.

Sediada em Melbourne, a Nufarm está presente em mais de 100 países, tem 18 unidades industriais - uma delas no Brasil, em Maracanaú (CE) -, e ocupa a oitava posição entre as maiores empresas de defensivos do mundo. A companhia tem uma divisão de sementes de sorgo, girassol e canola, mas 94% da receita está concentrada em proteção de cultivos. No ano fiscal encerrado em julho de 2015, a Nufarm registrou vendas de 2,74 bilhões de dólares australianos (US\$ 2,07 bilhões), e a América do Sul respondeu por 27% das vendas de agroquímicos.

Na nova estratégia, a Nufarm elegeu países em quatro mercados: América do Norte (EUA e Canadá), Europa (Alemanha, Polônia e França), América Latina (Brasil e Argentina), além do bloco de Austrália e Nova Zelândia, onde é líder. Nessas regiões, foram escolhidos cinco grupos de culturas: soja, milho, pastagem, cereais e um grupo que engloba hortifrúti, café e citros. A companhia continuará nos demais mercados, mas com menor ênfase.

"Temos mais de 200 ingredientes ativos, o que também é resultado de tentarmos ser todas as coisas, para todos os públicos, em centenas de mercados. Agora, com o foco em culturas-chave, os países [no centro do plano] terão representantes que indicarão no quê investir", explica. Dos 100 milhões de dólares australianos investidos por ano pela

Nufarm, cerca de 40% são destinados à 'defesa' do portfólio e os outros 60% a novas soluções.

Conforme Marcos Gaio, diretor-geral da Nufarm para a América Latina, já há uma lista de projetos com escopo global. Como está entre os mercados prioritários e é importante produtor das culturas selecionadas pela Nufarm, o Brasil tende a adquirir protagonismo ainda maior na companhia. A empresa tem atuação mais forte em herbicidas e detém cerca de 4% do mercado de agroquímicos no país. Mas a meta é crescer a taxas de dois dígitos nos próximos cinco anos. "O Cerrado é nossa área mais importante em vendas, mas estamos avançando rapidamente em soja, no Sul", diz Luciano Daher, diretor-presidente da Nufarm no Brasil.

No curto prazo, a Nufarm não prevê a expansão da fábrica em Maracanaú, mas está atenta a aquisições e parcerias com empresas mais ao sul. Nesse sentido, prevê que oportunidades em agroquímicos e sementes apareçam com a rodada de consolidação em curso no setor - Dow e DuPont já anunciaram uma fusão, e a Syngenta está indo para as mãos da ChemChina.

Como uma empresa de produtos pós-patente, a Nufarm pesquisa novas formulações de agroquímicos genéricos, mas também trabalha com "descobridoras", especialmente asiáticas, cuidando de levar ao mercado novas moléculas que essas companhias criam. No Brasil, a Nufarm espera obter nos próximos dois a três meses o registro de um defensivo contra ervas daninhas resistentes ao glifosato, feito em parceria com a Sumitomo.

Mas, para Hunt, produtos são apenas "uma perna da cadeira". Mesmo diante de concorrentes "muito grandes e capazes", ele acredita no apuro do serviço aos clientes como uma diferenciação importante. "Temos um plano muito, muito claro. E eu não tenho certeza que alguns de nossos competidores têm um plano muito claro sobre o que querem fazer", conclui.

Yara Fertilizantes vai investir R\$ 1 bilhão no Brasil. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 11/04/2016.

A empresa norueguesa de fertilizantes Yara vai investir R\$ 1 bilhão (cerca de US\$ 275 milhões) na ampliação e modernização de sua fábrica no Rio Grande (RS).

O projeto, que deve ser concluído em 2020, vai elevar a capacidade de produção no complexo de 800 mil para 1,6 bilhão de toneladas de adubos por ano. E, nas palavras da empresa, criar um dos maiores e mais modernos complexos de produção de fertilizantes da América.

"Esta expansão representa mais um passo na nossa estratégia de crescimento no Brasil e mostra nosso compromisso de longo prazo em desenvolver e investir no agronegócio do país", Disse Svein Tore Holsether, presidente e CEO da Yara, em nota à imprensa.

A Yara afirma que este projeto só é possível graças à aquisição da Bunge Fertilizantes, em 2013, que criou sinergias e promoveu a automação e otimização de ativos.

O investimento inclui a construção de novos armazéns, áreas de acidulação, linhas de granulação, equipamentos de mistura e ensacamento automatizados para pequenos (50 quilos) e grandes sacos (1 tonelada), uma caldeira para produção à vapor, uma estação de tratamento de águas residuais, além de uma área de repouso para motoristas de caminhão.

Também segundo a Yara, o investimento vai permitir a criação de mil empregos diretos e quatro mil indiretos na região.

Cresce demanda por milho importado. Sergio Ruck Bueno – Valor Econômico. 12/04/2016.

As indústrias brasileiras de aves e suínos deverão importar cerca de 700 mil toneladas de milho nesta safra 2015/16 para enfrentar a alta de preços e a escassez do grão no mercado interno, afirmou ontem o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Francisco Turra. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em 2014/15 foram 316,1 mil toneladas e o volume poderá chegar a 1 milhão na temporada atual.

"Este ano fomos surpreendidos pela elevação do preço e pela escassez da oferta de milho", disse Turra. O presidente da ABPA afirmou que a alta do grão foi responsável por nove pontos percentuais do aumento de 23% nos custos do segmento nos últimos seis meses.

Em evento em Porto Alegre, Turra lembrou que, como a Conab, algumas consultorias também projetam a importação de até 1 milhão de toneladas em 2015/16, mas afirmou que a situação deverá melhorar para a indústria nos próximos 40 a 60 dias, com a colheita da segunda safra de milho no país. A estimativa é que o consumo de cereal no segmento alcance 45 milhões de toneladas por ano.

Turra relatou, também, que a ABPA espera uma expansão das exportações de carne de frango e suínos em 2016 bem superior aos 3% e 4% em volume, respectivamente, projetados no início do ano, mas ainda não tem novos números a apresentar. No primeiro trimestre, os embarques de carne suína cresceram 77,8% ante igual período de 2015, para 164,9 mil toneladas, enquanto as vendas externas de aves subiram 12%, para 1,04 milhão de toneladas.

Em todo o ano passado, as exportações brasileiras de carne suína atingiram 555,1 mil toneladas e US\$ 1,279 bilhão, enquanto os embarques de frango somaram 4,2 milhões de toneladas e US\$ 7,17 bilhões.

Conforme o vice-presidente de aves da ABPA, Ricardo Santin, 85% da produção brasileira de suínos é consumida no país, mas o aumento das exportações pode reduzir entre 4,5% e 5% a disponibilidade do produto no mercado interno no fim deste ano. Outro fator que pode contribuir para essa redução da oferta é a diminuição do peso de abate dos animais em função da escassez de milho, acrescentou Santin.

Norueguesa Yara deve investir R\$ 5 bi no país. Mariana Caetano – Valor Econômico. 12/04/2016.

A norueguesa Yara, uma das maiores empresas de fertilizantes do mundo, deu ontem um novo passo para concretizar o robusto plano de investimentos que desenhou para o Brasil. A companhia confirmou o aporte de R\$ 1 bilhão em seu complexo industrial em Rio Grande (RS), o que eleva para perto de R\$ 5 bilhões o montante total que a múlti pretende injetar no país nos próximos anos.

"Quando olhamos para o que estamos fazendo no Brasil, isso está realmente provocando um grande impacto em toda a Yara", disse ao **Valor** Svein Tore Holsether, presidente e CEO global da Yara. O executivo reforçou que a companhia é global, mas que está se tornando mais brasileira. "O Brasil se tornou o maior país em termos de vendas e

também em [número de] funcionários. O que acontece aqui interessa a toda a Yara", disse Holsether, que assumiu seus cargos no ano passado.

A companhia vai modernizar e expandir o complexo em Rio Grande, que conta com duas fábricas, uma unidade misturadora e armazéns. A capacidade anual de produção no local será ampliada de 800 mil para 1,2 milhão de toneladas de adubos, enquanto a de mistura, ensacamento e distribuição subirá de 1,4 milhão para 2,6 milhões de toneladas. O projeto levará de quatro a cinco anos para ser concluído.

Com sua estrutura de produção e distribuição em Rio Grande, onde também conta com porto próprio - modernizado recentemente -, a Yara se vê competitiva para fornecer não apenas ao Rio Grande do Sul, mas também a Santa Catarina, à região oeste do Paraná, ao Mato Grosso do Sul e ao Paraguai. "Isso [a nova obra] deve nos dar conforto para atender à demanda dessas regiões nos próximos 15 anos. Será a maior e mais moderna unidade de fertilizantes em toda a América Latina", afirmou Lair Hanzen, presidente da Yara no Brasil e vice-presidente sênior global da companhia. Além das duas fábricas em Rio Grande, a companhia possui uma planta industrial em Ponta Grossa (PR) e 25 unidades de mistura, ensaque e distribuição.

A múlti encerrou 2015 com receita de 108 bilhões de coroas norueguesas (US\$ 13,2 bilhões), dos quais 24% vindos do Brasil. Com operações no país desde a década de 1970, a empresa ganhou corpo com as aquisições da Adubos Trevo e da Fertibrás, nos anos 2000. Mas foi em 2013, com a compra dos negócios de fertilizantes da americana Bunge, que a Yara conseguiu abocanhar 25% de participação no mercado nacional de distribuição de adubos.

"Depois da aquisição da Bunge, realmente ganhamos muito mais 'músculos', especialmente no Sul do Brasil. Mas também vimos muito espaço para otimização", disse Hanzen. Além do investimento em Rio Grande, a Yara já tem programados US\$ 1 bilhão (cerca de R\$ 3,5 bilhões) para dois projetos greenfield de produção de rocha fosfática em Minas Gerais e no Ceará, por meio da controlada Galvani. E planeja um aporte de pelo menos R\$ 41,4 milhões em uma planta de fertilizantes foliares e micronutrientes em Sumaré (SP). Assim, o valor total projetado se aproxima de R\$ 5 bilhões.

A ampliação da infraestrutura da Yara no Rio Grande do Sul já vinha sendo discutida há alguns meses, mas dificuldades na comercialização entre os Estados, em função de entraves ligados ao ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), adiaram a decisão. "Se o produto é trazido da Rússia ou do Marrocos e entra por meio de qualquer porto até Mato Grosso, não paga imposto. Se trazemos o mesmo produto a Rio Grande, processamos e então mandamos a Mato Grosso, temos que pagar", explicou Hanzen.

Segundo ele, um decreto já garantia redução de 75% no imposto, mas a empresa negociou com o governo gaúcho a manutenção desse benefício por mais oito anos. Hanzen defendeu que a decisão do governo não caracteriza um incentivo tributário, uma vez que o benefício está disponível às demais empresas. "Nós ainda temos um custo extra na comparação com Paranaguá [PR] ou Santos [SP]. Mas nossa competitividade pode arcar com isso".

Embarque de café recuou 4,3% em março. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 12/04/2016.

As exportações brasileiras de café atingiram 2,996 milhões de sacas em março passado, segundo o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé). O montante é 2,5% superior ao de fevereiro, mas 4,3% menor que o de março do ano passado. Os dados incluem café em grão verde e cafés industrializados.

Segundo o Cecafé, as exportações da espécie arábica chegaram a 2,638 milhões de sacas em março, 6,8% acima de igual mês de 2015. Já as vendas de conilon caíram 83,1% na mesma comparação, para apenas 58,168 mil sacas. As exportações de café industrializado (torrado e moído e solúvel) caíram 5%, para 301 mil sacas.

A receita das vendas externas em março recuou 22,9% sobre igual mês de 2015 e somou US\$ 437,45 milhões. A queda reflete a pressão sobre as cotações internacionais provocadas, em parte, pela alta do dólar. O preço médio do café negociado na exportação no mês passado foi de US\$ 145,98 por saca, 19,5% menor que em igual intervalo de 2015.

Em nota, o presidente do Cecafé, Nelson Carvalhaes, disse que o "o mercado trabalhava com a expectativa de que o Brasil teria uma redução de exportações em março, o que

não ocorreu devido aos bons níveis de estoques existentes. Assim, nosso desempenho ficou acima do esperado, muito próximo às 3 milhões de sacas", aponta.

Entre produtores brasileiros, porém, a avaliação é de que os estoques de café estão em níveis baixos, como afirmou recentemente o presidente da Cooxupé, Carlos Alberto Paulino.

Em 12 meses, o Brasil exportou 36,7 milhões de sacas de café. E, no ano-safra atual, que começou em julho de 2015, foram 27,9 milhões de sacas, 0,6% mais que no mesmo período do ciclo anterior.

Japão aposta em 'startups' para fazer a inovação ressurgir no país. Alexander Martin – Valor Econômico. 12/04/2016.

Pilhas de caixas de papelão servem como divisórias improvisadas no novo escritório da Mistletoe Inc., no sofisticado bairro de Aoyama, em Tóquio, onde "startups" se reúnem para trabalhar em seus projetos mais recentes.

O clima informal - bem diferente da rigidez dos escritórios corporativos japoneses - é algo que o fundador Taizo Son quer ver com mais frequência. Son, um empreendedor serial, é o irmão mais novo de Masayoshi Son, fundador do conglomerado SoftBank Group Corp.

"O Japão tem talentos e recursos, mas falta o ecossistema necessário para criar o seu próprio Vale do Silício, então é isso o que estamos tentando proporcionar", diz ele, que descreve a Mistletoe como um programa para ajudar a abrir novas firmas.

O país que criou o walkman e o trem-bala hoje vê sua outrora dominante indústria de tecnologia ficar para trás, enquanto startups chinesas como o Alibaba Group Holding Ltd. se tornam potências mundiais. Com todo o setor tecnológico do país em dificuldade, o Japão está contando com os empreendedores para reavivar sua estagnada economia.

O governo está se comprometendo a financiar startups e as principais universidades criaram incubadoras e fundos para investir em novatas. Mesmo os maiores e mais

antigos conglomerados, como os grupos Mitsubishi e Mitsui, estão procurando estimular empreendedores.

Algumas startups se destacaram nos últimos anos. A Euglena Co., produtora de microalgas para fins alimentares e ambientais, que nasceu em 2005 e abriu seu capital em 2012, tem valor de mercado de mais de US\$ 1 bilhão. A Mercari Inc., operadora de um aplicativo de compras que usa tecnologia de redes ponto a ponto, ou P2P, foi lançada em 2013 e levantou cerca de US\$ 75 milhões em março, sendo avaliada em mais de US\$ 1 bilhão. Mas os investimentos de capital de risco no Japão somaram apenas US\$ 629 milhões em 2015, segundo a firma de pesquisa AVCJ Research, de Hong Kong, ante US\$ 59,1 bilhões nos Estados Unidos, de acordo com Associação de Capital de Risco do país.

Muitos japoneses preferem trabalhar como empregados assalariados em uma empresa, o que resulta em menos pessoas escolhendo ser empreendedores, dizem os que atuam na indústria de tecnologia. Mesmo quando infortúnios como os das gigantes Toshiba Corp. e Sharp Corp. mostram que o tamanho da empresa necessariamente não é garantia de segurança, continua existindo uma reverência cultural fortemente enraizada em relação às grandes companhias.

Yoshiyuki Taguchi, por exemplo, que tem 22 anos e é estagiário na Slush Asia - promotora da versão japonesa de um popular evento finlandês que reúne empreendedores, talentos de tecnologia e investidores - quis continuar na firma depois que concluiu a faculdade. Sua família, porém, insistiu para que ele entrasse em uma empresa "com ações em bolsa, famosa". Após um mês de discussões, ele aceitou um emprego numa grande empresa de recursos humanos.

Antti Sonninen, diretor-presidente da Slush Asia, diz que o Japão precisa de mais empreendedores que se tornem investidores para servir de exemplo. "Esses caras podem dar o melhor conselho sobre como criar a próxima geração de empresas que podem mudar o mundo", diz.

Isso é o que Son está tentando fazer por meio da Mistletoe, que apoia programas educacionais de startups e eventos - onde empreendedores tentam vender suas ideias a investidores -, enquanto trabalham em iniciativas para encontrar soluções de problemas em áreas que vão do transporte ao envelhecimento da população do Japão.

Son identifica a si mesmo como parte da primeira geração de empreendedores japoneses que lançaram startups durante o boom da internet, no fim dos anos 90. Captar recursos na época era um pesadelo, diz, pois havia muito menos dinheiro disponível para empreendedores e os bancos relutavam em emprestar a firmas desconhecidas.

Muita coisa mudou desde então. Os empreendedores de hoje podem apontar para o sucesso de algumas das empresas desconhecidas daquela época - como a companhia de comércio eletrônico Rakuten Inc. e a de operação de internet móvel DeNA Ltd., que se tornaram nomes de porte no Japão e até internacionalmente.

A quantidade de empresas abrindo capital atingiu o nível mais alto em oito anos no ano passado, chegando a 98, segundo o Japan Exchange Group. O sucesso de Son no mundo das startups inclui o Yahoo Japan, que ajudou a lançar em 1996, quando ainda era estudante na Universidade de Tóquio. A firma hoje é dona do maior portal de internet do Japão e da GungHo Online Entertainment Inc., que cria jogos de grande sucesso, como o Puzzle & Dragons.

Sua missão agora é retransmitir essa experiência para a nova geração de empreendedores. O estúdio de 1.300 metros quadrados ocupado pela Mistletoe oferece aos participantes espaço para trabalho e a assistência de uma equipe que inclui especialistas em áreas que vão de inteligência artificial a design industrial.

"Pode ser difícil atrair os talentos necessários para lançar uma startup, então nós trabalhamos com eles e oferecemos consultoria", diz Son.

Entre as empresas abrigadas ali está a Fove Inc., que vem desenvolvendo um dispositivo de realidade virtual de rastreamento ocular. A Mistletoe está investindo em cerca de 20 startups.

O próximo passo seria o lançamento de um produto de sucesso. "Há grande apoio disponível no Japão para lançar startups, mas o importante é estabelecer estruturas para empresas venderem inovação", diz Atsuko Nomura, pesquisador sênior do Instituto de Pesquisa do Japão. "É aí que as grandes empresas poderiam entrar, mas não estamos vendo muito isso."

Com o surgimento da Internet das Coisas - rede de dispositivos conectados à internet -, Son diz que há um grande potencial para o Japão, um país que tradicionalmente tem se destacado na produção de hardware.

"As empresas japonesas grandes e já estabelecidas ainda abrigam muitas tecnologias poderosas e inovadoras, mas elas são avessas ao risco se comparadas a startups que não têm nada a perder", diz ele. "O caminho para o Japão desenvolver seu próprio ecossistema único é ter ambas coexistindo e cooperando, e nós gostaríamos de ser essa ponte."

Ministério vai propor isenção de imposto de importação para milho. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 11/04/2016.

A ministra da Agricultura Kátia Abreu recebeu uma resposta negativa do secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, em relação à proposta de isentar as importações de milho de PIS/Cofins. Segundo Rachid, o Fisco não admite perder receita com recolhimento de impostos na atual conjuntura da economia.

Indústrias processadoras de carnes de frango e suína já vêm importando o cereal de países como Argentina e Paraguai numa estratégia para enfrentar a menor oferta e os preços elevados do produto no mercado interno.

Ao sair da conversa com Rachid, a ministra explicou que, para isentar o milho importado das alíquotas de 9,25% de PIS/Cofins, a Receita precisaria deixar de cobrar os mesmos tributos também sobre a comercialização de milho no mercado doméstico brasileiro. E tal solução desfalcaria os cofres do governo, que já sofrem com seguidas quedas na arrecadação tributária.

Diante da negativa, segundo Kátia Abreu, a alternativa aventada pela própria Receita é de que o Ministério da Agricultura proponha à Câmara de Comércio Exterior (Camex) a retirada pelo período de seis a oito meses do imposto de importação cobrado sobre a entrada de milho de quaisquer países.

A medida significaria abrir mão de uma tarifa de 8% a 10% que incide geralmente sobre esse produto. Mas isso não significa perda tributária para o Fisco. A razão é que esse

imposto é considerado pelo governo apenas como regulatório e não é contabilizado para finalidades de equilíbrio fiscal.

A Receita precisa dar aval a uma eventual proposta do Ministério da Agricultura. “Eles nos sugeriram que nós podemos, via Camex, da qual eles [Ministério da Fazenda] fazem parte também, retirar o imposto de importação de todos os países, por um período, para que a gente possa superar esse momento de crise do milho”, destacou a ministra.

“Mercado é mercado, os produtores vão se adaptar aos preços, mas a nossa preocupação é com os preços dos alimentos subirem exorbitantemente, como do frango e dos suínos por exemplo”, acrescentou.

A ministra ainda afirmou que irá conversar amanhã mesmo com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Armando Monteiro, a respeito de um pedido nesse sentido à Camex. De acordo com ela, a medida será de mais fácil resposta do que a proposta original do PIS/Cofins.

“O Mercosul já isenta o imposto de importação sobre o milho entre seus membros, então queremos estender para todos os países por esse período. Os Estados Unidos, por exemplo, podem ser um potencial exportador de milho caso a Camex aprove essa nossa proposta”, concluiu.

Outras medidas como leilões para venda de estoques de milho mantidos pela Conab, vendas de balcão e antecipação do calendário de liberação do seguro rural para incentivar o plantio do cereal também estão no rol de outras medidas que a pasta vem adotando para tentar influenciar os preços do milho. Hoje, mais cedo, o Conselho Monetário Nacional (CMN) também aprovou a ampliação do limite de crédito para retenção de matrizes suínas.

Cresce pressão para evitar maior abertura do mercado europeu à carne do Mercosul. Assis Moreira – Valor Econômico. 12/04/2016.

Pelo menos 20 dos 28 ministros da Agricultura da União Europeia (UE) aumentaram a pressão sobre a Comissão Europeia, braço executivo da UE, para evitar uma maior

abertura do mercado comunitário para carne bovina e outros produtos considerados sensíveis originários do Mercosul nas negociações que serão retomadas em maio.

Depois de reunião realizada em Amsterdã, Phil Hogan, comissário de Agricultura da UE e originário da Irlanda, um dos países que mais se opõem a um acordo de livre com o Mercosul, disse que a maioria dos ministros é a favor de um acordo com o bloco sul-americano, mas que esses produtos "sensíveis" são motivo de preocupação. Estão nessa lista as carnes bovina e suína e o açúcar, entre outros produtos com os quais os europeus sabem que não têm condições de concorrer com o Mercosul.

A poderosa central sindical agrícola Copa-Cogeca divulgou um comunicado comemorando as "sérias preocupações" expressas pelos ministros da Agricultura da UE sobre a situação precária da agricultura no mercado comunitário e sobre qualquer tentativa da UE para piorar a situação ao negociar concessões comerciais injustas sobre a agricultura nas negociações de livre comércio com o Mercosul.

Para a entidade, a agricultura europeia pode sofrer perdas de mais de € 7 bilhões (R\$ 29 bilhões) no caso do estabelecimento de um acordo de livre comércio entre UE e Mercosul. A central afirma que um acordo de liberalização com o Mercosul é a última coisa que a UE necessita no contexto atual. A Copa-Cogeca observa que o Mercosul já é o maior exportador de commodities agrícolas para a UE. O bloco, segundo a central sindical, é a origem, por exemplo, de 86% da carne bovina e de 70% da carne de frango importadas pelos europeus.

A entidade insiste que Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai não precisam de cotas adicionais, com tarifas menores, para aumentar seu comércio com a UE "especialmente quando muito pouco de nossa carne bovina é autorizada a entrar em seus mercados".

Como sempre, os produtores europeus acusam o Mercosul de não respeitar os padrões ambientais e de qualidade europeus e dizem que há preocupações sobre a segurança sanitária da produção de carnes, inclusive em questões ligadas à rastreabilidade.

Na sexta-feira, UE e Mercosul anunciaram que vão trocar ofertas de liberalização na segunda semana de maio, na expectativa de fechar um acordo birregional. A negociação prevê um aprofundamento da abertura recíproca a bens e serviços, além de compras governamentais.

A comissária de Comércio da UE, Cecilia Malmstrom, é a responsável pela negociação com o Mercosul. Seu porta-voz, Daniel Rosário, disse ontem ao **Valor** que a proposta de oferta europeia não é a final, e que ainda haverá discussões. "A Comissão Europeia acredita que apresentará uma oferta equilibrada, ambiciosa e benéfica para a UE e para o Mercosul, levando em conta as sensibilidades europeias."

Parece óbvio que não haverá uma liberalização total para a entrada de mais carne bovina do Mercosul no mercado europeu. Ocorre que a atual pressão de produtores e de diversos países da UE é para não haja sequer cota adicional (limite quantitativo, mas com tarifa menor).

Na reunião de ministros da Agricultura da UE houve reclamação generalizada sobre as dificuldades dos produtores europeus de suínos e também com a forte queda dos preços de lácteos.

Banco regional de vacinas contra aftosa é prioridade da América do Sul. Cláudia Lafeté - MAPA. 12/04/2016.

Assunto foi debatido durante reunião da comissão sul-americana contra a doença

A Comissão Sul-Americana para a Luta contra a Febre Aftosa (Cosalfa) deve concluir a discussão regional sobre o projeto de constituição e gestão de seu banco regional vacinas e estabelecer os requisitos de biossegurança e mecanismos de avaliação para seu funcionamento. Além disso, vai formar um grupo de especialistas para definir as exigências que permitam revisar as restrições impostas ao manejo de cepas exóticas do vírus da aftosa na região.

As decisões foram tomadas durante a 43ª reunião ordinária da Cosalfa, nos dias 7 e 8 de abril, em Punta del Este, no Uruguai. Os participantes do encontro aprovaram ainda a avaliação dos riscos de persistência do vírus da aftosa e as estratégias de gestão dessa ameaça. Também ficou acertado que o Brasil sediará a próxima edição do evento, em 2017. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) foi representado pela Coordenação-Geral de Febre Aftosa.

Nesses dois dias foram debatidos outros temas estratégicos preparatórios para a última fase do Programa Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa (Phefa) na região, como a aplicação da guia técnica regional no processo de transição de zonas livres dos países sul-americanos.

A estruturação de banco de vacinas e antígenos e os riscos de persistência do vírus foi igualmente debatida. Também foram discutidas as ações nos países que ainda não são reconhecidos como livres de febre aftosa, como Suriname e Venezuela, assim como o apoio do setor privado para enfrentar os desafios futuros do processo final de erradicação da doença no continente.

O encontro também serviu para avaliar a revisão da situação atual dos programas de controle e erradicação da febre aftosa na América do Sul e no Panamá, cujo avanço representa 85% do território e 95% da população bovina com o status livre de febre aftosa com ou sem vacinação.

A reunião contou com a participação dos chefes dos serviços veterinários dos ministérios da Agricultura da América do Sul e do Panamá e dos representantes do setor privado, responsáveis pela cadeia produtiva de animais. Também estiveram na reunião funcionários do setor público e privado, membros de universidades, cientistas e organizações não governamentais e internacionais.

Apesar de safra recorde, EUA compram mais milho do Brasil e da Argentina. Jesse Newman e Jacob Bunge – Valor Econômico. 13/04/2016.

Há algo muito estranho acontecendo no mercado de milho dos Estados Unidos.

Apesar de colheitas recorde terem inundado o mercado americano de milho, as importações do grão, um ingrediente crucial de rações para animais, dispararam. Isso ocorre porque oscilações no câmbio e nos custos de transporte marítimo e ferroviário se combinaram para produzir um resultado inesperado: importar milho de lugares como o Brasil e a Argentina pode sair mais barato para os criadores de gado, aves e porcos da região Sudeste dos EUA do que comprá-lo do Meio Oeste, o cinturão agrícola do país.

Wade Byrd observa o fenômeno em seu próprio quintal. Um número cada vez maior de caminhões que passa pela sua fazenda, em Clarkton, na Carolina do Norte, em direção

aos produtores de suínos da região está transportando milho produzido a milhares de quilômetros de distância, na América do Sul, em vez de em lavouras como a dele.

É bem desagradável para os produtores, diz Byrd, 72 anos, que cultivava milho, soja e amendoim numa área de 486 hectares. "Temos grãos saindo pelos ouvidos nos EUA, e ver esse milho substituir o nosso é, para mim, simplesmente incompreensível."

As importações continuam a ser uma parte muito pequena do mercado dos EUA, o maior exportador mundial de milho. Ainda assim, o aumento notável é um forte indicador de como o colapso dos preços das commodities e o fortalecimento do dólar tem distorcido os padrões tradicionais de comércio.

Ontem, o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) projetou que os compradores americanos importarão 50 milhões de bushels de milho na atual temporada, 56% a mais que na temporada passada, mesmo com os silos do país abarrotados de grãos. A última vez que os americanos importaram tanto milho foi na safra 2012-2013, quando uma grave seca reduziu a produção doméstica, alçando os preços futuros a recordes históricos.

Agricultores como Byrd dizem que o milho estrangeiro barato entrando na região através de portos próximos está deprimindo os preços de certos grãos locais num momento em que já há projeções de que os rendimentos agrícolas recuarão para seu nível mais baixo em mais de dez anos.

O aumento das importações ocorre depois de um boom de vários anos na agricultura americana, durante o qual os agricultores do Meio Oeste aumentaram a produção para satisfazer a crescente demanda da indústria local de biocombustíveis e de populações em ascensão econômica nos mercados emergentes.

O resto do mundo seguiu o exemplo. O Brasil, o segundo maior exportador de milho, está a caminho de colher este ano a segunda maior safra de milho de sua história, e o mesmo deve ocorrer na Argentina. Por um período deste ano, os exportadores argentinos estavam oferecendo milho a um preço 6% menor que o dos EUA, e o milho brasileiro também esteve mais barato que o de seus rivais americanos durante grande parte do ano passado.

Uma divergência entre os custos de transporte tem ampliado ainda mais o poder de atração dos grãos estrangeiros.

A fraca demanda por transporte marítimo, somada a um número crescente de novas embarcações, tem derrubado os custos do frete, segundo operadores do mercado de grãos. Mas o transporte ferroviário nos EUA, principal meio para escoar a produção do cinturão agrícola americano, continuou caro, dizem eles.

Em abril, transportar um bushel de milho do Meio Oeste para o leste dos EUA de trem podia custar de US\$ 0,80 a US\$ 1,50, enquanto o custo por bushel para levar milho da América do Sul aos EUA recentemente variava de US\$ 0,35 a US\$ 0,50.

As importações de milho mais que dobraram nos primeiros dois meses de 2016 em comparação aos níveis de um ano atrás. As importações de grãos argentinos subiram 122% nesse período, depois que o governo recém-eleito do país suspendeu controles cambiais em dezembro - provocando uma desvalorização da moeda argentina - e eliminou impostos sobre a exportação de commodities agrícolas, incluindo o milho.

"É uma loucura que sejamos capazes de trazer milho da América do Sul muitas vezes mais barato que o milho americano, mas isso só ocorre porque o frete ferroviário está ridiculamente alto", diz John Prestage, vice-presidente sênior da Prestage Farms, uma produtora de perus e suínos da Carolina do Norte.

Tom Capehart, um economista agrícola do USDA, diz que as importações de milho podem desacelerar. Os produtores americanos têm acumulado milho em silos em todo o cinturão agrícola, relutantes em vender suas colheitas a preços baixos. Mas muitos vão em breve ter de aumentar as vendas para abrir espaço de armazenagem para a safra deste ano, o que poderia provocar uma queda nas importações, diz ele.

As tendências globais também podem mudar. No ano passado, uma safra abundante e a queda do real derrubaram os preços do milho brasileiro 10% abaixo do milho americano negociado em Chicago. Mas, agora, o milho brasileiro está ficando menos competitivo, à medida que o suprimento encolhe e o real se recupera, elevando os preços dos grãos em dólar.

Dados econômicos recentes não favorecem a importação de grãos. Em março, os preços do milho nos EUA caíram para o nível mais baixo em quase três anos, o que também ajudou a provocar um aumento das exportações americanas.

Mas o milho americano provavelmente vai ter dificuldade em se manter competitivo no mercado mundial, dizem analistas. Os agricultores do Brasil e da Argentina com frequência conseguem produzir milho mais barato do que os produtores dos EUA.

Em 2002, a Smithfield Foods Inc., empresa americana que produz e vende cerca de 16 milhões de suínos por ano, abriu um terminal de importação em Wilmington, na Carolina do Norte, que permite a ela e outros produtores importarem grãos. Uma porta-voz da empresa diz que as importações de grãos da Smithfield "aumentaram em relação ao ano passado, devido à oscilação do câmbio e o custo relativo do frete marítimo e ferroviário". Mas a Smithfield prefere comprar grãos dos EUA "sempre que possível", acrescentou ela.

"É um problema estrutural e não vai desaparecer tão cedo", diz Dan Basse, presidente da AgResource Co., empresa de commodities de Chicago, sobre a crescente concorrência entre o milho americano e o grão do exterior.

Novo relatório do USDA não muda cenário para os grãos. Fernando Lopes, Mariana Caetano, Camila Souza Ramos e Fernanda Pressinott – Valor Econômico. . 13/04/2016.

Em mais um relatório de oferta e demanda de grãos marcado por poucas novidades, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) voltou a confirmar um cenário de oferta relativamente confortável nesta safra 2015/16 no país e no mundo.

Ontem, na bolsa de Chicago, as cotações de milho, trigo e soja até fecharam em alta porque alguns ajustes contrariaram estimativas de mercado, mas essa sustentação tende a ter vida curta porque as mudanças mexeram muito pouco nas relações entre estoques e consumo projetadas para a temporada que está chegando ao fim.

No caso do milho, por exemplo, o USDA elevou suas estimativas para produção, demanda e estoques finais globais. Mas, ao fim e ao cabo, os estoques finais passaram a

representar 21,5% da demanda, ante os 21,4% calculados em março. Em 2014/15, a conta resultou em 21,2% e em 2013/14, quando as cotações estavam em um patamar bastante superior ao atual, ficou em 18,4%. Para o quadro americano, no qual o USDA ampliou um pouco o cálculo para os estoques finais, os estoques finais de milho passaram a representar 15,7% da demanda total do país nesta temporada 2015/16, ante os 15,4% projetados em março, os 14,6% de 2014/15 e os 10,7% de 2013/14.

No tabuleiro do trigo, a situação não foi muito diferente. Com as pequenas correções efetuadas pelo USDA, a demanda final global ficou equivalente a 33,8% da demanda em 2015/16. Em março, a conta resultou em 33,5%. De qualquer forma, o nível supera o de 2014/15 (30,5%) e o de 2013/14 (27,8%). No mercado americano, a equação de abastecimento é ainda mais tranquila. Os estoques globais agora representam 83,2% da demanda, ante 64,9% em 2014/15 e 46,9% em 2013/14.

Para a soja, também não houve grandes novidades. A partir dos ajustes do USDA, os estoques finais globais passaram a representar 25% da demanda, ante 25,9% em 2014/15 e 22,4% em 2013/14. Para os EUA, a conta agora resulta em 22,3% em 2015/16, bem acima de 2014/15 (9,4%) e de 2013/14 (5%).

O Brasil é o maior exportador de soja em grão do mundo e o segundo da lista dos exportadores de milho. No caso do trigo, é um dos maiores importadores.

Mapa apresenta à Camex proposta para desonerar importação de milho. Priscilla Mendes - MAPA. 13/04/2016.

Retirada do imposto de 8% visa a abastecer o mercado interno

A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, formalizou nesta quarta-feira (13) a proposta de isenção do imposto de importação do milho, cuja alíquota é de 8%. O Mapa enviou um aviso oficial ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e presidente do Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Armando Monteiro, no qual afirma que a medida visa a conter a alta dos preços das carnes de frango e de suínos, que têm no cereal sua base de alimentação.

No documento, Kátia Abreu assinala que a disponibilidade interna de milho se reduziu devido às exportações em ritmo acelerado desde outubro, impulsionadas pelo câmbio. Para ter validade, a proposta de desoneração terá de ser analisada pelo Conselho de Ministros da Camex. Caso seja aprovada, terá validade de ao menos seis meses.

“Este ano começou com os preços em alta no mercado interno, puxados pelo ritmo forte das exportações no último trimestre de 2015. E o expressivo aumento dos embarques desde outubro passado tem diminuído as estimativas de estoque final, previsto atualmente em 10 milhões de toneladas”. A expectativa, acrescentou, é que as vendas externas de milho continuem crescendo na temporada 2015/16.

A proposta do Mapa teve apoio do secretário da Receita Federal, Jorge Rachid. Em reunião com a ministra nesta semana, o secretário afirmou que o imposto de importação tem função regulatória e foi criado para justamente atender a situações esporádicas, como a do milho.

A importação de milho proveniente de países membros do Mercosul já é isenta de impostos. Portanto, a medida estimulará a compra do grão produzido em outros países parceiros, como os Estados Unidos. Em 2015, o Brasil importou 272,8 toneladas do grão norte-americano, equivalente a US\$ 207,5 mil.

Os principais parceiros brasileiros são os sul-americanos. No ano passado, o Brasil importou 367,3 mil toneladas (US\$ 40,6 milhões) do Paraguai e 1,9 mil toneladas da Argentina (US\$ 442,4 mil).

Crescem exportações brasileiras de ovos frescos para o Japão. Cláudia Lafeté - MAPA. 14/04/2016.

País detém hoje a maior fatia desse mercado

O Brasil é o maior fornecedor de ovos frescos para o Japão. Nos dois primeiros meses deste ano, os japoneses importaram 805 toneladas do produto, sendo 680 toneladas do Brasil. Isso corresponde a 84,6% do volume total. A receita foi de US\$ 1,084 milhão.

Em 2015, o Brasil foi, pela primeira vez, o principal fornecedor de ovos aos japoneses, com 530 toneladas, o equivalente a 35% do total das importações.

De acordo com o adido agrícola no Japão, Marcelo Mota, o crescimento nas vendas externas ocorreu após a definição de um modelo de certificado sanitário para amparar às exportações dos produtos, acordada em agosto de 2015.

A certificação sanitária brasileira é baseada no fato do país ter plantéis comerciais livres de enfermidades avícolas importantes para o setor, como influenza aviária e doença de Newcastle.

Segundo Mota, os bons números mostram a possibilidade de abertura e expansão de mercado para produtos do agronegócio brasileiro não tradicionalmente presentes na pauta de exportação. “A diversificação, associado à qualidade e preço competitivo do produto nacional, deve ser levada em conta para ampliar a variedade de produtos de acesso a mercados de alto rendimento”, disse.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção brasileira de ovos de galinha foi de 2,92 bilhões de dúzias em 2015 e cresceu 3,5% comparada a 2014.

Milho dispara em Chicago com dado positivo sobre China e previsão climática. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 14/04/2016.

Os preços do milho no mercado internacional dispararam ontem na esteira de uma onda de otimismo gerada pela divulgação de dados positivos sobre a economia da China, além da influência do clima adverso nas lavouras da América do Sul.

Os contratos de segunda posição de entrega na bolsa de Chicago fecharam no maior valor desde 29 de março, negociados a US\$ 3,77 o bushel. Em relação ao fechamento anterior, a elevação foi de 3,1% (11,5 centavos).

Ainda de madrugada, o governo chinês informou que as exportações gerais do país em março avançaram 11,5% em relação ao mesmo mês de 2015. Embora a base de comparação seja fraca, analistas observam que foi o primeiro aumento após oito meses seguidos de queda. O dado impulsionou diversos ativos nos mercados financeiros e influenciou as negociações das commodities agrícolas.

Analistas observaram que os investidores já começam a ficar preocupados com algumas previsões meteorológicas, segundo as quais haverá poucas chuvas em áreas de milho "safrinha" no Brasil. Na segunda-feira, o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea) informou que, se as previsões de baixa pluviosidade para Mato Grosso se confirmarem, a produtividade pode ser comprometida.

Também há preocupações com a falta de chuvas nas lavouras do cereal do Paraguai e com o excesso e umidade na Argentina. Problemas de oferta na América do Sul podem direcionar o apetite internacional pelo grão para os Estados Unidos.

Com US\$ 6 bi em exportações, café tem participação crescente na balança comercial brasileira. CNA. 14/04/2016.

Cerca de 300 mil famílias estão envolvidas na cultura de café no Brasil que, a cada ano, cooperam para a constante evolução dos indicadores econômicos e agrônômicos desta atividade agrícola. O país se consagra como o maior produtor do mundo e com ampla capacidade de honrar contratos internos e externos de comercialização do grão.

Nesta quinta-feira (14/04), se comemora o Dia Mundial do Café e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), as federações da agricultura e pecuária e sindicatos de produtores rurais parabenizam a todos os cafeicultores pela qualidade e tradição dadas ao produto brasileiro.

Em 2015, de acordo com o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), a exportação do produto obteve um desempenho 1,3% superior em comparação a 2014 e apresentou saldo positivo na balança comercial brasileira de US\$ 6,051 bilhões. Ainda no ano passado, o país produziu 43,2 milhões de sacas (60 Kg), mesmo em condições climáticas adversas. O estado de Minas Gerais responde por mais de 50% do café produzido no país, contribuindo com 22,7 milhões de sacas. Em segundo lugar, o estado do Espírito Santo, com 11,4 milhões, segue-se São Paulo, com 4 milhões, Bahia, 2,3 milhões, e Paraná, com 1,2 milhões de sacas.

O café é subdividido em duas espécies distintas de importância comercial no mundo: arábica e conilon. O Brasil produz e exporta as duas espécies do grão, sendo que a

produção do conilon prevalece nos estados do Espírito Santo, Rondônia e Bahia, e a produção do arábica em Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

O Brasil exporta para 67% dos países reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). No ano passado, os principais compradores foram os Estados Unidos, com 7,8 milhões de sacas (21% de participação), Alemanha com 6,5 milhões (18%), Itália com 3 milhões (8%), Japão com 2,4 milhões (6%) e Bélgica com 2,2 milhões de sacas (6%). Estes países representam em juntos 60% do volume total embarcado.

Defesa do cafeicultor - A Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) trabalha para defender os interesses do cafeicultor brasileiro, especialmente diante os órgãos públicos, em todas as esferas do poder, incluindo o governo federal. As ações conduzidas são de caráter multidisciplinar, principalmente a elaboração e implementação de políticas públicas, de acordo com as prioridades do setor produtivo.

Para o presidente da Comissão, Breno Pereira de Mesquita, as exportações impactam na melhoria do café brasileiro. “Em 2015, o Brasil exportou praticamente 37 milhões de sacas, volume recorde de toda a história do País. A conquista do mercado internacional aumenta a competitividade do café brasileiro e incentiva o cafeicultor a investir em melhorias na lavoura, na qualidade do seu café e na busca por novos mercados e compradores. Se conseguirmos evoluir a cada dia, teremos maior qualidade de vida no campo”, afirma Mesquita.

Conheça abaixo histórias de produtores de café dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Bahia. Os textos foram produzidos em colaboração com as Assessorias de Comunicação das Federações da Agricultura e Pecuária dos respectivos estados.

MINAS GERAIS

Há sete anos, a nutricionista Simone Sampaio decidiu buscar novos rumos em sua vida. Escolheu a cafeicultura, seguindo os passos de seu pai. Logo na primeira pequena safra colhida em Araponga (MG), ainda em 2012, enviou para análise uma amostra de seu café arábica, variedades catuaí e catiguá. O resultado foi muito bom. Naquele mesmo ano, já veio o primeiro prêmio e a decisão em investir fortemente em um produto diferenciado, com certificação, sustentabilidade e alta qualidade.

Junto com o marido João, engenheiro de alimentos e mestre em biotecnologia, buscou ainda mais capacitação, nos cursos do SENAR Minas e no programa de gestão Café+Forte, desenvolvido pela FAEMG. Refinaram processos, do cultivo à secagem e armazenamento, classificando os microlotes com base na qualidade alcançada. “Crescendo meu pai trabalhar seu café commodity, ano após ano, sem qualquer inovação. Vimos a oportunidade e apostamos na agregação de valor em nossa produção. Encontramos um mercado muito interessante e compensador”, diz Simone.

Dos iniciais cinco mil pés que plantaram, hoje são 55 mil, produzindo anualmente cerca de 500 sacas. A maior parte destina-se à exportação, negociada em leilões internacionais e em negociações diretas com coffee hunters (caçadores de cafés de qualidade), de diversos países. As premiações só foram se multiplicando. Somente na última safra - a quarta colhida -, foram oito relevantes prêmios de qualidade.

Para a premiada produtora, o segredo do sucesso é misto de dedicação, capacitação contínua e coragem para inovar sempre: “Não usamos agrotóxicos, fazemos fertirrigação com a água utilizada no processamento do café. Sempre buscamos novas tecnologias, novas mudas e variedades para aprimorar ainda mais”, destaca.

ESPÍRITO SANTO

Em Brejetuba, no Espírito Santo, quantidade e qualidade caminham de mãos dadas. O município é o maior produtor de café arábica do estado, com uma produção de 400 mil sacas por ano, e também está entre os cinco maiores produtores dessa variedade no Brasil. O mercado internacional já descobriu a qualidade do grão brejetubense.

Na Fazenda Santa Clara, no município, o produtor Edmar Zuccon, colhe 10 mil sacas da variedade arábica. O padrão de excelência do manejo atende às exigências do mercado internacional de cafés finos (gourmet) e já alcança a Alemanha e os Estados Unidos. Para ele, “exportar é muito favorável. É um nicho de mercado diferenciado e pela dispensa de atravessadores, aumento a média de venda que produzo e agrego mais valor. O desafio é a qualidade, mas como produzo café lavado (Fully Washed), isto está garantido”, afirma.

Exemplo de safras especiais, o café de Edmar faz sucesso também no Espírito Santo, onde já venceu quatro concursos e caminha para participar de em nível nacional, este ano.

PARANÁ

O produtor Marcelo Valdevino da Luz costuma dizer que trabalha com café desde que nasceu. No município de Carlópolis, no Norte Pioneiro do Paraná, ele cultiva uma área de 50 hectares com café arábica. Com uma produtividade média de 40 sacas por hectare, ele comercializa sua produção por meio de um corretor de grãos que faz a ponte com o mercado. Por enquanto, exportar a produção é um sonho distante, mas não inalcançável. “Estamos a cada ano tentando melhorar a produção, trabalhando a lavoura e procurando mecanizar”, afirma.

BAHIA

Grécia, Estados Unidos, Alemanha, Argentina, Espanha e Líbano. Em 2016 muitos desses países estarão no Brasil dando o seu melhor em busca do ouro olímpico, mas o que merece destaque no dia de hoje é o que há anos sai de terras brasileiras e tem feito sucesso nesses e outros países ao redor do mundo: o café da família Micchio.

Tudo começou nos anos 50, quando Antônio Micchio começou a produzir café no Espírito Santo. Em 1983 buscando ampliar os negócios da família foi com o seu filho Adhemar Micchio e o neto Adhemar Tadeu Micchio para a Bahia, onde em 1998 começaram a produzir o café em terras baianas. O local escolhido foi a Fazenda Bom Jardim, que conta com 1.200 hectares de terra, localizada no município de Itabela, a 700 quilômetros de Salvador. Do total das terras, 200 hectares são destinados ao cultivo do café. Hoje, Adhemar Tadeu dá sequência à produção da família Micchio e fala com entusiasmo da relação com o café. “Tenho orgulho de ser a terceira geração de uma família tão interligada à produção de café. Eu planto diretamente há 18 anos, e o café sempre esteve, e certamente sempre estará, presente na minha história de vida”.

Comercializado em quase todo o mercado nacional, o café produzido em Itabela atravessou as fronteiras nacionais e desde 1984 chega a diversos mercados ao redor do mundo, com destaque para a Alemanha e os Estados Unidos, maiores importadores do café da família Micchio. Adhemar aponta a atenção dada aos processos de produção como um dos diferenciais do seu produto. “Sempre apostamos na alta tecnologia, buscando atingir níveis elevados de produção e qualidade. Todas as áreas são irrigadas por gotejamento com as mais modernas técnicas de fertirrigação. Temos uma equipe

muito bem treinada e sempre investimos na qualificação e atualização do nosso pessoal”,
revelou.

Ele revelou também que a crise econômica que atinge o país e a seca que atormenta a região Sul da Bahia trazem prejuízos e devem atingir pelo menos 50% da produção de café conilon, mas a produção do café arábica não será atingida. Comercializando um milhão e duzentas sacas por ano, sendo oitocentas mil no mercado interno e quatrocentas mil em exportação, Adhemar comemora a escolha feita pelo seu avô no passado e espera que a tradição não pare por aqui. “O café está no DNA da família e espero que as futuras gerações retransmitam essa vocação por muitos anos”.

Argentina ameaça barrar melão e melancia do Brasil. Camila Souza Ramos e Cristiano Zaia – Valor Econômico. 14/04/2016.

O governo argentino está apertando o cerco sobre as frutas brasileiras. Um grupo de técnicos do Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Agroalimentar (Senasa), vinculado ao Ministério da Agroindústria da Argentina, virá ao Brasil no próximo mês fiscalizar algumas regiões produtoras de melão e melancia. As autoridades argentinas afirmam que identificaram inconformidades com o plano de trabalho e os requisitos fitossanitários acordados entre os dois países há alguns anos.

O grupo fará a visita entre 18 e 20 de maio em lavouras na Chapada do Apodi, localizada entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, onde se concentra a maior parte da produção de melão e melancia do país, para verificar os sistemas de monitoramento de pragas na região. A Senasa informou ao Valor que o objetivo é auditar o plano de trabalho bilateral e atualizá-lo.

A região da Chapada do Apodi já é considerada por muitos países como livre de uma das principais pragas do melão, a *Anastrepha grandis*, uma mosca que consegue furar a casca da fruta e colocar seus ovos dentro.

Segundo uma fonte do ministério da Agricultura brasileiro, que prefere falar em condição de anonimato, a visita é uma ameaça velada de suspensão das importações das duas frutas brasileiras. A última vez que a Argentina importou os dois produtos do

Brasil foi em outubro de 2015. No mês seguinte, os produtores argentinos começaram a colheita de verão, abastecendo o mercado interno com melão local, mas agora os trabalhos em campo estão próximos do fim.

No ano passado, a Argentina importou US\$ 658 mil em melões e US\$ 151 mil em melancias do Brasil. As vendas externas de ambas as frutas representam apenas 4% de todas as exportações da fruticultura brasileira ao país vizinho, que em 2015 somaram US\$ 19,5 milhões.

Ainda de acordo com a mesma fonte, uma possível suspensão das importações de melão e melancia por parte da Argentina seria uma retaliação ao fato de o Brasil ter suspenso as importações de maçã, pera e marmelo do país vizinho durante um curto período de tempo em 2015.

"Eles têm o direito de erguer restrições às nossas frutas, mas impor suspensões só por retaliação não é um bom negócio para eles, porque o Brasil exporta pouco melão para a Argentina", diz a fonte, lembrando que a Pasta está "pronta para a briga", caso os argentinos queiram endurecer com o Brasil nessa questão.

A suspensão à importação de maçã e pera da Argentina foi imposta em março de 2015 depois que as autoridades brasileiras encontraram insetos vivos da espécie *Cydia pomonella*, conhecida como traça da maçã, em 15 carregamentos de maçã e pera da Argentina. A medida foi interpretada por autoridades e pelo setor produtivo como parte da disputa comercial entre os dois países por causa do embargo argentino à carne bovina brasileira, que ainda estava vigente na época. A Argentina derrubou a barreira às importações da carne brasileira em junho de 2015 e, no mês seguinte, o Brasil suspendeu a barreira às importações de maçã e pera argentinas.

Apesar da suspensão ter durado pouco tempo, os exportadores argentinos acusaram o golpe. A receita com as exportações apenas de maçã ao Brasil em 2015 caiu mais do que a metade, para US\$ 22,3 milhões. Ainda assim, a maçã continuou sendo o principal produto da fruticultura argentina exportado ao Brasil. Dos US\$ 205,4 milhões importados em frutas da Argentina pelo país, 11% corresponderam ao comércio de maçã. No ano anterior, a fruta havia sido responsável por 18% dessa receita.

Segundo Luiz Barcelos, presidente da Associação Brasileira de Produtores Exportadores de Frutas (Abrafrutas), a redução das vendas argentinas de maçã ao Brasil

também esteve relacionada aos problemas econômicos locais, como a volatilidade do peso argentino, além das greves que interromperam a colheita.

Embora no governo a visita seja considerada uma ameaça velada, Barcelos disse esperar que os técnicos argentinos deem sinal verde para as vendas brasileiras de melão e melancia em pouco tempo, para que os produtores consigam aproveitar a janela de exportação. O Brasil costuma embarcar as duas frutas à Argentina entre abril e meados do mês de outubro, logo depois da colheita de ambas terminar no país vizinho. "Estamos tranquilos com os nossos sistemas de monitoramento", afirmou Barcelos.

Além da Argentina, os produtores de melão e melancia também aguardam uma resposta do governo chinês, que em janeiro enviou uma equipe técnica para avaliar as plantações da Chapada do Apodi e retirar as barreiras fitossanitárias para a importação das duas frutas.

Exportações de milho continuam a preocupar indústria de frango. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 14/04/2016.

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), que representa as indústrias das carnes de frango e suína, voltou a manifestar preocupação com o fluxo elevado de exportações de milho do Brasil, que ajuda a reduzir a oferta do grão e impulsiona os preços no mercado interno. O milho é o principal componente da ração de aves e suínos.

Em nota, o presidente-executivo da ABPA, Francisco Turra, chamou atenção para as exportações de milho do Brasil aos EUA. Os americanos, que lideram a produção mundial de milho, são os principais concorrentes do Brasil no mercado de carne de frango.

“Enquanto enfrentamos escassez por aqui, vemos situações como a dos EUA que [...] vive uma ‘super’ oferta em seus silos [...] ao mesmo tempo em que aumenta as importações do grão produzido no campo brasileiro, sob protesto dos produtores americanos do cereal”, disse Turra, fazendo alusão à recente matéria do “The Wall Street Journal”.

Conforme dados do Departamento de Agricultura do Estados Unidos (USDA) os americanos importarão 1,27 milhão de toneladas de milho da América do Sul na atual safra, o que representa um crescimento de 56% na comparação com o mesmo a temporada 2014/15.

Produtores europeus temem maior abertura da UE a frutas cítricas. Assis Moreira – Valor Econômico. 15/04/2016.

A central agrícola europeia Copa & Cogeca voltou a atacar ontem as negociações conduzidas pela Comissão Europeia com o Mercosul em busca de uma maior liberalização comercial entre as partes, desta vez por considerar que uma maior abertura tem potencial para "fragilizar enormemente" o controle fitossanitário da UE na importação de frutas cítricas do bloco sul-americano e mesmo de outras regiões.

Segundo a entidade que representa os produtores do Velho Continente, conhecida por suas posições protecionistas, a nova proposta poderá, na prática, facilitar a entrada de citros com a "doença da mancha preta", que já teria sido detectada em importações originárias de Brasil, Argentina, Uruguai e África.

Para a Copa & Cogeca, uma maior abertura, nesse contexto, é "totalmente inaceitável" tendo em vista que mais de 100 casos de doenças altamente contagiosas teriam sido detectados nas fronteiras europeias. Segundo a central, as estatísticas da UE mostram a identificação de 13 casos de importações de citros do Brasil com doenças, 17 da Argentina, 15 do África do Sul e 70 do Uruguai, números que excederam o limite fixado pelas autoridades fitossanitárias europeias, de cinco por país.

A entidade insiste que a UE não pode enfraquecer o controle sobre citros importados para uso no processamento. E mostra-se particularmente irritada com o atraso no controle no caso de frutas do Uruguai, que só serão submetidas a medidas de salvaguardas a partir de janeiro de 2017. "Isso é inaceitável, já que a doença da mancha preta não existe na Europa e sua presença poderia ter sérias consequências sobre o setor de citros em países produtores".

China vai eliminar subsídio à exportação para 7 setores. Diane Bartz – Valor Econômico. 15/04/2016.

A China concordou em eliminar alguns subsídios à exportação de uma série de produtos que vão de metais a produtos agrícolas e têxteis. A informação foi dada ontem pelos Estados Unidos, no que é uma iniciativa de Pequim para reduzir os atritos comerciais com Washington.

A China encerrou um programa que subsidiava exportações em cerca de US\$ 1 bilhão em três anos para companhias chinesas de sete setores da economia, informou o escritório do Representante dos EUA para o Comércio (USTR).

Alguns executivos do setor industrial se mostram céticos sobre o impacto da medida por causa das disputas restantes sobre outros apoios que a China concede a seus setores exportadores. O setor siderúrgico vem sendo um ponto especial de conflitos.

Uma fonte a par do acordo disse que ele não é amplo o suficiente a ponto de ajudar a indústria siderúrgica americana, uma vez que seu foco está apenas nos produtos siderúrgicos especiais.

Em parte, a eliminação dos subsídios é um esforço da China para se afastar da produção que exige muita mão de obra e dar prioridade a setores mais sofisticados, como o de semicondutores.

"Os chineses querem se tornar um país high-tech. Eles querem subir na escala de valor", disse ontem James Lewis, especialista do Center for Strategies and International Studies. Os produtos agrícolas chineses que perderão subsídios incluem maçãs, carne bovina, cogumelos, carne suína, tomates, feijão, ginseng, carne de frango, algas marinhas e alho, segundo o USTR.

Os pré-candidatos à eleição presidencial nos Estados Unidos, especialmente o postulante com mais chances de conseguir a indicação do Partido Republicano, Donald Trump, acusam a China de ser desleal no comércio com os EUA.

Mas o porta-voz da Casa Branca, Josh Earnest, disse que o acordo "é um exemplo de como este governo se empenha em deixar claro que estamos lutando na comunidade internacional pelas empresas e trabalhadores americanos".

Os EUA queixaram-se à Organização Mundial da Comércio (OMC) sobre o programa, alegando práticas desleais pela China. Os setores chineses que vêm recebendo subsídios sob o programa incluem os de produtos têxteis, indústria leve, produtos químicos

especiais, produtos medicinais, hardware, agricultura e metais e materiais avançados, incluindo produtos especiais de aço e alumínio, segundo afirmou o USTR.

Desde que entrou para a OMC, em 2001, a China com frequência é motivo de reclamações de "dumping" em suas exportações - a venda de produtos a preços baixos demais nos mercados internacionais. Zhu Haiquan, porta-voz da embaixada chinesa em Washington, afirmou que Pequim está comprometida com as regras comerciais da OMC.

"A China está firmemente comprometida com as regras da OMC, ampliando continuamente sua abertura, aprofundando a reforma de seu sistema de comércio exterior, melhorando seu sistema legal de comércio exterior, reduzindo as barreiras comerciais e a intervenção administrativa", afirmou Zhu.

Mario Longhi, presidente e executivo-chefe da U.S. Steel, disse estar cauteloso com a mais recente iniciativa chinesa. "As pessoas podem dizer o que quiserem, e eu acho que a China está dizendo muitas coisas nas duas últimas décadas", afirmou. "É preciso perguntar a si mesmo o que, de uma perspectiva prática, realmente está acontecendo. Precisamos de provas das medidas, e não apenas de verborragia."

A indústria siderúrgica dos EUA vem sofrendo uma intensa pressão das importações baratas neste ano, e também da valorização do dólar e da queda dos preços do petróleo, que dizimaram a demanda pelos tubos de aço usados pela indústria do petróleo e do gás.

A China ainda mantém outras formas de apoiar sua indústria, incluindo o crédito relativamente fácil e barato dos bancos estatais, os preços de energia regulados pelo Estado, que sempre favorecem a indústria, e os baixos preços de outros insumos, como a água.

"Embora o resultado seja claramente importante, ele é apenas um aspecto de um universo de outras medidas que a China prevê para seu setor siderúrgico", disse Karl Tachelet, diretor comercial da Eurofer, associação europeia do setor siderúrgico.

Wall Street não deu importância à notícia da decisão chinesa, ontem, com as ações dos setores relacionados apresentando comportamentos distintos. A Alcoa subiu 2,2% e a Freeport-McMoRan ganhou 0,3%, enquanto a ação da U.S. Steel caiu 1,1%.

Embarques de café somam US\$ 1,3 bi no 1º trimestre. Inez De Podestà - MAPA. 15/04/2016.

União Europeia, EUA e Japão foram os principais importadores

As exportações brasileiras de café atingiram 8,8 milhões de sacas de 60 kg no primeiro trimestre de 2016. Os embarques, principalmente para a União Europeia, Estados Unidos e Japão, representaram divisas de US\$ 1,3 bilhão. Os dados são do Informe Estatístico do Café, atualizado mensalmente pela Secretaria de Política Agrícola (SPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Segundo Airton Camargo, assessor do Departamento de Crédito, Recursos e Riscos da SPA, as vendas externas, embora ainda em números um pouco inferiores às do ano passado (-0,68%), vêm crescendo neste primeiro trimestre, sendo 9,2% de janeiro para fevereiro e 3,3% de fevereiro para março, quando chegaram ao equivalente a 3,1 milhões de sacas.

A receita também registrou redução em relação ao ano anterior (-23,4%), por causa dos preços médios inferiores (-22,9%). Mesmo assim, acumula crescimento (10,9% de janeiro para fevereiro e agora mais 1,6%, atingindo US\$ 454,8 milhões no mês de março.

No mercado interno, neste primeiro trimestre, os preços se mantiveram estáveis, alcançando uma média de R\$ 490 a saca de café verde da variedade arábica e de R\$ 380 a a de robusta.

Entre os tipos de cafés, o verde representou 89,4% do total exportado, com 7,9 milhões de sacas. Em seguida, vem o café solúvel, com 10% (875 mil sacas). O restante foi de café torrado (8.145 sacas) e demais subprodutos – cascas, extratos e películas (60.181 sacas).

Os preços médios obtidos na exportação estão 22,9% inferiores aos do trimestre anterior, passando de U\$ 190,79 para U\$ 147,19 a saca.

Na balança comercial do agronegócio, o café mantém o quinto lugar entre as commodities de maior destaque, representando 6,5% de todas as exportações do

agronegócio, seguida do complexo soja, carnes (bovina, de ave e suína), produtos florestais e sucroalcooleiros.

Além dos dados de produção, o Informe Estatístico do Café traz números da área plantada, produtividade, consumo interno, estoques públicos e privados, preços e o ranking de produção e consumo mundiais.

China lidera compras de produtos brasileiros do agronegócio. Viviane Novaes - MAPA. 18/04/2016.

Vendas externas cresceram 25,6% em março deste ano sobre igual período de 2015

A China é o principal destino das exportações agropecuárias brasileiras em valores. Em março deste ano, o país asiático comprou US\$ 2,8 bilhões – alta de 25,6% em relação ao mesmo período do ano passado. A soja em grão foi o produto mais embarcado e rendeu US\$ 2,3 bilhões.

Outros produtos para a China também merecem destaque. É o caso da celulose, com US\$ 158 milhões exportados em março de 2016.

Já as carnes chegaram ao valor recorde de cerca de US\$ 152 milhões. Deste total, US\$ 12 milhões foram de carne suína; US\$ 62 milhões, carne bovina e US\$ 78 milhões, carne de frango.

“O bom desempenho é resultado das negociações do Ministério da Agricultura com o governo chinês para acabar com os embargos e habilitar plantas frigoríficas para exportação”, afirma a secretária de Relações Internacionais do Agronegócio, Tatiana Palermo.

A carne de frango também se sobressai nas exportações brasileiras para outros países. Os Emirados Árabes, por exemplo, compraram US\$ 46 milhões do produto – o que corresponde a 39,6% de todas as vendas do setor (total de US\$ 116 milhões). Já nas vendas externas para o Japão, a carne de frango liderou com exportações de US\$ 75 milhões.

Soja e milho

Na lista dos vinte principais destinos das exportações brasileiras do agronegócio, o Irã foi um dos mercados que apresentaram maior crescimento em março: 124% na comparação com o mesmo período do ano passado. De acordo com Tatiana Palermo, o milho e o complexo soja justificaram esse aumento.

As vendas externas para a Índia também tiveram crescimento expressivo, de 105%, em março sobre igual período de 2015, sobretudo por causa do açúcar e do complexo soja.

No mês passado, também houve um crescimento expressivo das exportações brasileiras para os Emirados Árabes Unidos (69,4%) e Japão (27,4%).

Segundo Tatiana Palermo, as exportações do agronegócio este ano vêm mostrando comportamento mais favorável do que em 2015, mesmo em um ambiente de queda de preços internacionais. “O mês de março manteve a trajetória de crescimento e apresentou valores superiores em torno de 6%, se comparados ao mesmo período do ano passado”, destacou a secretária.

Laços estreitos com os fornecedores. Fernando Lopes – Valor Econômico. 18/04/2016.

Uma das maiores compradoras de produtos agropecuários do mundo, a suíça Nestlé não pode reclamar de monotonia nas negociações com seus fornecedores. Altas e baixas em mercados como leite, café e cacau, nos quais a atuação da multinacional tem grande repercussão, são a regra, e manter os padrões de qualidade das matérias-primas recebidas e as margens das operações em terreno positivo diante das oscilações, os desafios.

Em um parágrafo, talvez seja uma boa maneira de explicar a missão de Hans Jöhr, principal executivo da área de Agricultura da companhia. Mas as coisas não são tão simples assim, e a atual tendência de queda dos preços globais de commodities agrícolas e alimentos, aprofundada no ano passado, em tempos de dólar valorizado, não deixa Jöhr se esquecer no quão complexo pode se transformar o seu trabalho.

É sob seu guarda-chuva que está o programa "Farm Conect", por meio do qual a Nestlé administra a rede de 760 mil produtores dos quais compra matérias-primas agrícolas

diretamente, sem a intermediação de tradings. E eles estão espalhados por 53 países, o que obriga Jöhr a passar dois terços do tempo longe de seu escritório na Suíça.

No início de abril, ele esteve no Brasil. Em português fluente - é casado com uma brasileira há mais de 15 anos -, Jöhr reconheceu em entrevista ao **Valor** que, atualmente, dos segmentos em que a Nestlé atua talvez o mais complicado seja o de lácteos, que mundialmente atravessa um período de oferta ampla e incertezas do lado da demanda, sobretudo na China.

O executivo lembrou que a Nestlé, maior compradora de leite cru do mundo, adquire metade de sua demanda diretamente de pecuaristas. Cinco mil deles estão no Brasil, onde a múlti também conta com 12 mil fornecedores indiretos. São mais de 2 bilhões de litros por ano no país, tirados de cerca de 1 milhão de vacas.

No relacionamento com os fornecedores em geral, realça o executivo, não são apenas as negociações de preço e qualidade que estão em jogo. Boas práticas agrícolas, sustentabilidade e capacitação também consomem tempo e dinheiro, uma vez que a Nestlé investe centenas de milhões de dólares todos os anos em programas de apoio nessas frentes.

"Os consumidores estão cada vez mais exigentes. Todos querem saber de onde vem o produto, como ele foi produzido e o que ele contém. Quem consegue responder a essas questões, conquista a confiança do cliente, e a maior dificuldade que temos no âmbito do 'Farmer Conect' é escolher produtores com essa visão", afirma Jöhr.

Outro desafio é a fidelização dos fornecedores, complicada seja em tempos de bonança ou de vacas magras. Não só para garantir o abastecimento hoje, mas também no longo prazo. "Se quisermos ter matéria-prima de qualidade, temos que saber quem serão os produtores do futuro. Reter jovens talentos no mundo rural é fundamental".

Agrônomo com especialização em, Jöhr conta, para esse trabalho, com uma equipe de mais de 1,3 mil agrônomos, veterinários e zootecnistas. Com alguns deles, o executivo, durante sua passagem pelo Brasil, visitou produtores de cacau na Bahia, cafeicultores no Espírito Santo e pecuaristas no interior do Estado de São Paulo.

Brasil, Chile e Peru trocam experiências sobre ampliação de mercados para fruticultura. Cláudia Lafeté - MAPA. 18/04/2016.

Exemplos dos outros países podem contribuir para o desenvolvimento do setor brasileiro de frutas

Representantes do Brasil, Chile e Peru se reuniram em um seminário nesta segunda-feira (18), no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em Brasília. O encontro – promovido pela Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) – discutiu o potencial de exportação de frutas dos três mercados.

Para o secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, Luis Rangel, o evento trouxe resultados positivos. “Foi um passo importante para a mudança de cultura que queremos nesse segmento e abre portas para que possamos estabelecer uma parceria mais efetiva entre os setores público e privado e impulsionar as nossas exportações.”

Rangel citou os números apresentados pela representante do Chile. Atualmente, o país conta com 17 milhões de pessoas, o que significa 0,2% da população mundial, e responde por 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Entretanto, explicou Rangel, eles exportam para 85% do PIB mundial. Ou seja, estão fornecendo para quem tem maior poder aquisitivo e conseguem ter um retorno muito eficiente.

O representante do governo do Peru, Gustavo Ocola, apresentou os produtos prioritários para exportação e falou sobre as principais características do setor produtor e exportador de frutas daquele país. Ocola também mostrou como o mercado peruano cresceu nas duas últimas décadas. Há 21 anos, o país contava com 69 mercados para exportação e saltou para 147 em 2015.

Potencial

“O setor de frutas é muito promissor em termos de agregação de valor e tem mais potencial exportador”, disse a secretária de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI), Tatiana Palermo.

Tatiana Palermo falou sobre o mercado brasileiro de fruticultura para exportação. Segundo ela, quando o Mapa começou a trabalhar pela abertura de novos mercados, o

setor mostrou um desempenho muito grande. “Em 2015, o Brasil exportou cerca de 854 mil toneladas de frutas, quantidade 11% superior à do ano anterior”, assinalou.

Para o Chile, as exportações brasileiras somaram 2 mil toneladas. Já para o Peru, no mesmo ano, o Brasil exportou em torno de 5 mil toneladas.

Reunião do Gecex analisa isenção do imposto de importação de milho. Viviane Novaes – MAPA. 19/04/2016.

Pedido foi feito pelo Ministério da Agricultura

O Comitê Executivo de Gestão (Gecex), vinculado à Câmara de Gestão de Comércio Exterior (Camex), discute nesta tarde a isenção do imposto de importação de milho. Este foi um pedido encaminhado pela ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) à Camex, no último dia 13. Atualmente, a alíquota do imposto é 8%.

A medida tem a finalidade de conter a alta dos preços, no mercado interno, das carnes de frango e de suínos, que têm no cereal a base da alimentação.

O Gecex é formado pelos secretários-executivos de vários ministérios. Entre eles, o da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário, da Fazenda e Casa Civil, além de representantes do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Na reunião, o Ministério da Agricultura está representado pelo secretário de Política Agrícola, André Nassar.

Exportações crescem, mas continuam menores que 2015, aponta FARSUL. CNA. 19/04/2016.

O valor exportado do agronegócio gaúcho teve um aumento de 31,1% no mês de março na comparação com fevereiro. O salto foi de US\$ 531 milhões para US\$ 697 milhões. Mesmo assim, o desempenho se mantém abaixo de 2015, -6,5% na comparação com mesmo período do ano passado. Os dados foram divulgados no Relatório e Comércio Exterior divulgado, hoje, pela Assessoria Econômica do Sistema FARSUL. Os grupos

Complexo Soja e Carnes foram os principais responsáveis pelo crescimento na relação com o mês anterior (93%), mas também pela queda no comparativo com o ano anterior (-84%).

O agronegócio se mantém como principal exportador do Rio Grande do Sul, respondendo por 61,1% do US\$ 1,139 bilhão comercializado. O volume atingiu 1,368 milhões de toneladas. A China segue como grande destino dos produtos gaúchos no período, com US\$ 240 milhões e 13,9% do total. Na sequência vem os Estados Unidos, com US\$ 128 milhões e 7,4% de participação. Em terceiro temos a Coreia do Sul, com US\$ 77 milhões e 4,4% do total.

Nas importações, a Argentina aparece em primeiro lugar com US\$ 82 milhões (39,5%). Seguido por Uruguai com US\$ 37 milhões (17,8%) e o Paraguai com US\$ 19 milhões (9,30%).

Fundos puxam alta do açúcar em Nova York. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 19/04/2016.

O mercado futuro do açúcar deu continuidade à forte alta de preços ontem, refletindo uma onda de compras de fundos especulativos que fez o mercado descolar de fatores macroeconômicos.

Os contratos do açúcar demerara negociados na bolsa de Nova York com segunda posição de entrega fecharam a 15,54 centavos de dólar a libra-peso ontem. Em duas sessões, os papéis acumularam uma valorização de 8,14% (117 pontos).

Para Bruno Zanetti, analista da FCStone, os especuladores aumentaram sua posição líquida comprada (aposta na alta dos preços) na bolsa em 15 mil a 20 mil contratos. O movimento encontra alguma sustentação no aperto da oferta na Ásia, onde a seca afeta a produção em países como Índia e Tailândia, reduzindo o volume para exportação.

"Os prêmios [oferecidos sobre o preço internacional do açúcar] na Ásia estão fortes. A demanda está lá", afirmou Zanetti. O analista avalia que o mercado ainda tem espaço técnico para mais uma onda de compras especulativas, mas que as cotações da commodity devem encontrar resistência no nível de 15,50 centavos de dólar libra-peso.

Cai imposto de importação de milho. Inez De Podestà – MAPA. 19/04/2016.

Medida vale por seis meses para um volume de 1 milhão de toneladas

O Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex), vinculado à Câmara de Gestão de Comércio Exterior (Camex), aprovou nesta terça-feira (19) a isenção do imposto de importação de milho, que tinha alíquota de 8%. A medida valerá para uma cota de até 1 milhão de toneladas de milho e terá prazo de seis meses.

De acordo com o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, André Nassar, a resolução do Gecex atende à demanda dos criadores de aves, suínos e produtores de leite, que reclamavam dos preços altos do produto no mercado. “A importação do grão, que serve de base para a alimentação animal, terá impacto positivo na cotação do milho no mercado interno.”

A desoneração do milho foi encaminhada pela ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento), na semana passada, à Camex. O Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango e um dos principais exportadores de carne suína.

Com a decisão, o governo não prejudica os produtores brasileiros que plantam e vendem milho, destaca Nassar. “Como a isenção do imposto valerá entre maio e outubro, a comercialização do milho safrinha não causará prejuízo aos agricultores.”

A importação de milho do Mercosul já é isenta de impostos. A medida do Gecex estimulará a compra do grão produzido em outros países, como os Estados Unidos.

A medida será publicada no Diário Oficial da União na próxima semana.

Redução de tributos pode elevar exportações em 20%, diz OCDE. Assis Moreira – Valor Econômico. 19/04/2016.

O Brasil pode aumentar as exportações em até 20% ao ano, a partir dos efeitos de uma reforma com três pontos: a desoneração completa dos impostos indiretos sobre as vendas externas, redução das tarifas de importação e de regras de conteúdo local.

A avaliação é de estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), estimando que o país poderia exportar até US\$ 42 bilhões a mais,

levando em conta os dados de 2014, com aumento de vendas sobretudo dos setores industriais.

Uma simulação usando o modelo de equilíbrio geral multirregiões da OCDE sugere que as políticas atuais em vigor no Brasil estão prejudicando as exportações, a produção e os investimentos. A entidade sediada em Paris nota que o Brasil tem uma das economias mais fechadas entre os grandes países emergentes e desenvolvidos. O Brasil representa mais de 3% da produção mundial, enquanto sua fatia no comércio global está estagnada em 1,2%.

Também é baixa a participação do país nas cadeias globais de valor (CGV), uma característica determinante do comércio e dos negócios internacionais nas últimas duas décadas. A fatia de valor adicionado estrangeiro nas exportações é a segunda menor no grupo dos maiores emergentes.

O Brasil aplica tarifas de importação de 10% a 20% na média na maioria dos setores. O levantamento conclui que o corte significativo das alíquotas de importação e a redução de algumas regras de conteúdo local permitiriam aumentar as exportações de todos os setores, com exceção dos de petróleo e gás. As exportações poderiam crescer de 40% a 60% em equipamentos eletrônicos e de transportes, artigos de couro, automóveis, máquinas e equipamentos e metais não ferrosos.

A derrubada de barreiras ao comércio permitiria uma integração maior da economia brasileira nas cadeias globais de valor. Conforme o estudo, os maiores ganhos nas exportações podem vir da eliminação de tarifas na importação de insumos intermediários e da desoneração dos impostos indiretos, como ICMS, IPI, Cofins e PIS/Pasep. O impacto relativo dessas políticas sobre comércio, produção e emprego varia conforme o setor.

Para a OCDE, a redução das barreiras ao comércio resultaria em benefícios evidentes para a eficiência da economia: permitiria às empresas utilizar porcentagem mais elevada de insumos estrangeiros na produção de bens de consumo. Esses seriam, por sua vez, vendidos a um preço mais baixo, melhorando a competitividade das exportações brasileiras. Igualmente o custo de capital seria reduzido, incentivando investimento e maior expansão futura da produção.

Pelo levantamento, a liberalização dos fluxos comerciais poderia criar 1,47 milhão de empregos, boa parte para profissões menos qualificadas, mas os efeitos sobre a demanda setorial de trabalho dependem de políticas específicas. Com mais importações, o setor têxtil perderia 10% dos empregos, seguido de contração de 6,6% no emprego no setor de gás. Em contrapartida, a demanda por mão de obra poderia crescer 20% em empresas de metais não ferrosos, equipamento de transporte e setor de couro.

Para a OCDE, quanto maior a liberalização, maiores os benefícios no médio prazo. Estimativas conservadoras indicam que o corte simultâneo de tarifas de importação, de regras de conteúdo local e a desoneração das exportações aumentaria a renda das famílias em 1,6%, enquanto só a baixa tarifária teria metade desse efeito.

A economista Sonia Araújo, uma das autoras do estudo, observa que o Brasil, contrariando a prática em muitos países, não desonera os impostos indiretos na exportação. "Sua aplicação coloca os exportadores brasileiros numa desvantagem competitiva em relação a concorrentes nos mercados internacionais, constituindo por isso uma barreira de fato à exportação", diz.

O estudo nota que, embora a Emenda Constitucional 42/2003 isente as exportações de impostos indiretos, na prática persistem obstáculos administrativos e instrumentos legais, como os previstos na Lei Kandir e nas legislações dos Estados, que impedem os exportadores de recuperarem os impostos indiretos pagos ao longo da cadeia de produção.

Como as matérias-primas e produtos agrícolas não pagam ICMS, ou a alíquota aplicada a esses produtos é muito baixa, o setor industrial tende a acumular mais impostos indiretos do que produtos com pouca ou nenhuma transformação.

Segundo o estudo da OCDE, essa situação causa distorções nos preços relativos, que, por sua vez, originam importantes distorções na alocação de recursos, que se reorientam em direção à exploração de matérias-primas e do agronegócio. Essa situação também incentiva a integração vertical das etapas de produção numa única empresa, muito provavelmente originando ineficiência, e em sentido contrário à tendência atual da produção em cadeias globais de valor, conclui o estudo.

ADM integra operações na América do Sul. Mariana Caetano – Valor Econômico. 20/04/2016.

A americana Archer Daniels Midland (ADM), uma das maiores empresas de agronegócios do mundo, com vendas globais de quase US\$ 70 bilhões por ano, está reorientando sua estratégia para uma atuação mais integrada na América do Sul, onde concentra parte importante de sua originação de grãos. O gatilho para essa mudança foi disparado no início de abril, com a chegada à liderança da companhia na região de Scott Fredericksen, executivo que está na múltipla há mais de três décadas.

"Espero proporcionar uma estratégia para o continente, possivelmente menos isolada do que antes. Meu papel é dar uma orientação global de liderança, de forma mais integrada", resumiu ao **Valor** Fredericksen, em sua primeira entrevista no novo cargo. Ele sucede Valmor Schaffer, que foi para a concorrente asiática Noble Agri, em outubro do ano passado.

O novo presidente da ADM na América do Sul frisou que seu objetivo não é ser radical, mas que, provavelmente, haverá algumas mudanças. Uma modificação central nesse rearranjo é que, diferentemente de seu antecessor, ele responderá também pela operação na Argentina, segundo país mais importante da região, atrás do Brasil.

Na prática, Fredericksen defende o que chama de "polinização cruzada". "Há especialistas aqui em São Paulo, e a experiência deles poderia ser usada na Argentina. Há especialistas na Argentina, que talvez deveriam ser usados em São Paulo. Então, aqueles membros da equipe que estavam concentrados em seus 'pilares' [de atuação], podem começar a trabalhar juntos", explicou.

Fredericksen acumula passagens pelas divisões de transporte (era, até então, presidente da ADM Transportation), de processamento de oleaginosas e de alimentos, três segmentos cruciais para a empresa na América do Sul. A região respondeu por 12,5 milhões (22%), das 56,9 milhões de toneladas de grãos originadas pela companhia no ano passado - e, segundo estimativas de mercado não confirmadas pela companhia, por cerca de 10% da receita global.

O executivo destacou que cada divisão da ADM terá suas próprias estratégias, ainda que, coletivamente, continue com o foco em infraestrutura, marca da empresa na América do Sul nos últimos anos. Entre 2011 e 2013, último período em que revelou

um plano de investimento, a empresa injetou US\$ 400 milhões no Brasil, a maior parte em logística.

De acordo com Fredericksen, não há nenhum novo pacote definido, mas há obras importantes em curso. A ADM está reformando seu terminal no porto de Santos (SP), com um aporte de cerca de R\$ 280 milhões, para elevar a capacidade de armazenagem e o volume de grãos movimentados, de 6 milhões para 8 milhões de toneladas anuais. Na saída pelo Norte do país, onde opera desde 2014 um terminal em Vila do Conde, em Barcarena (PA), a companhia também deve concluir até dezembro deste ano uma expansão de 1,5 milhão para 6 milhões de toneladas na capacidade de movimentação. A ADM divide a operação com a suíça Glencore, para quem vendeu 50% de participação no terminal em 2015.

No ano passado, a ADM aventou a possibilidade de ter sua própria frota de barcaças no Norte do país, onde é atendida por fornecedores terceirizados, mas Fredericksen disse que isso não está nos planos imediatos - e que, se for necessário, não descarta uma joint venture. Recentemente, a empresa investiu em barcaças no rio Paraguai, ampliando sua frota global de mais de 2,5 mil unidades.

Já na frente de originação, a ADM pretende elevar os volumes movimentados, e crê em oportunidades na Argentina, onde o governo recentemente diminuiu as taxas sobre os embarques de grãos. "Mas acho que será duro o próximo ano", disse Fredericksen, ao avaliar que não vê os preços da soja e do milho muito mais altos na safra 2016/17, que começa a ser plantada nos EUA. Segundo ele, as margens - que é o que realmente importa para a ADM, realçou o executivo - não estão negativas na América do Sul, mas também não estão "tão boas quanto poderiam". "Acho que existem algumas oportunidades para as margens melhorarem, só não vejo isso no curto prazo. A menos que algo ocorra com a safra na América do Norte, mas não parece que isso vá acontecer", avaliou.

Há maior otimismo, contudo, no segmento de ingredientes alimentícios. A ADM concluirá entre o terceiro e o quarto trimestre deste ano uma fábrica de proteína de soja para consumo humano em Campo Grande (MS), que atenderá à demanda da América do Sul e eventualmente venderá a outras partes do mundo. A unidade, que absorveu cerca de US\$ 250 milhões, terá capacidade para quase 60 mil toneladas anualmente.

Fredericksen lembrou que a múlti investiu nos últimos anos em palma e em etanol na região - no mês passado, vendeu uma usina em Limeira do Oeste (MG) -, e que talvez isso a tenha "distráido" por um tempo. Mesmo assim, disse que o caminho é concentrar esforços no que a empresa faz de melhor e permanecer com atenção a negócios "complementares". "Esse segmento de ingredientes alimentícios não será nosso grande 'core', mas vejo algo interessante, mais próximo do consumidor", concluiu.

China taxa produtos agropecuários de valores mais agregados do Brasil. Eliane Oliveira – O Globo, Economia. 20/04/2016.

Diferença entre alíquota de importação do produto e seu derivado chega a 30 pontos

BRASÍLIA - Estudo divulgado nesta quarta-feira pela Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) mostra que, para proteger sua indústria doméstica, a China tem abusado no uso de escaladas tarifárias - diferença entre a taxação da matéria-prima e seus respectivos itens processados. Tradicional importador de commodities e principal destino das exportações agropecuárias brasileiras, o país asiático dificulta, portanto, o ingresso de produtos de maior valor agregado do Brasil.

Segundo a CNA, as escaladas tarifárias são cada vez mais altas, o que afeta o comércio bilateral. Em alguns casos, a proporção chega a 30 pontos percentuais em relação ao insumo. Os produtos mais afetados são cacau, café, amendoim, oleaginosas e vegetais estão entre os produtos mais afetados por essa prática chinesa.

Os processados a partir do amendoim enfrentam as maiores escaladas. Segundo o estudo, a matéria-prima é isenta de taxa, enquanto sobre o amendoim preparado ou conservado incide uma alíquota de 30% para entrar na China. Enquanto a China importou US\$ 2,16 bilhões no mercado internacional, não houve registro de compras provenientes do Brasil.

No caso do café solúvel, a escalada tarifária chega a 22 pontos percentuais. Os chineses têm aumentado o consumo de forma expressiva nos últimos anos, mas apenas 0,2% do volume importado por eles vêm do Brasil.

Em relação ao cacau, o grupo que inclui manteiga, gordura e óleo também tem sofrido com as altas tarifas de importação para, com escaladas tarifárias de 14 pontos

percentuais. O Brasil tem 2% de fatia no mercado internacional destes produtos. Entretanto, a China, apesar de ser responsável por 1,6% das compras mundiais, não tem qualquer volume adquirido pelo país asiático.

“O fato de o Brasil não acessar o mercado chinês sugere que a escalada tarifária pode estar constituindo uma barreira proibitiva ao comércio brasileiro com o país asiático”, destaca o estudo.

Quanto às oleaginosas, a China é o principal destino da soja em grão brasileira. Entretanto, o mesmo não se pode dizer sobre seus derivados processados. De acordo com a CNA, o Brasil é o segundo maior exportador mundial de óleo de soja, mas as alíquotas aplicadas para acesso ao mercado asiático têm sido uma barreira. A escalada, neste caso, é de 6 pontos percentuais, diferença entre 9% da taxa de importação para o produto industrializado e de 3% sobre a matéria-prima.

Outros produtos, como óleo de algodão e pimentão e pimenta secos (não triturados nem em pó), têm de pagar taxas de 10% e 7%, respectivamente, para entrar em território chinês.

“É exatamente o comércio bilateral desses produtos beneficiados que mais é atingido pelas altas tarifas. A determinação das escaladas tarifárias aos produtos agropecuários brasileiros na China é uma importante ferramenta para detectar setores com potencial de comércio que têm sido prejudicados devido à existência de barreiras tarifárias, e viabilizar uma estratégia adequada para a negociação de possíveis acordos comerciais baseada na redução de tarifas”, conclui o estudo.

Compra de fundos leva soja ao maior valor em oito meses em Chicago. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 20/04/2016.

Embora o Brasil esteja caminhando para o fim da colheita de uma safra recorde de soja e a oferta global seja também recorde, os contratos de entrega futura do grão fecharam ontem no maior patamar em oito meses na bolsa de Chicago, refletindo um expressivo movimento de compra dos fundos especulativos.

Os papéis de segunda posição de entrega subiram 3,3% e fecharam a US\$ 9,9475 o bushel, o maior valor desde 10 de agosto de 2015. Desde 1º de março, esses contratos já subiram 15,9%. O movimento foi visto, ainda que em menores proporções, em outras

commodities agrícolas (como milho, trigo e algodão) e não agrícolas (petróleo, minério de ferro, ouro e prata).

De acordo com dados do CME Group, foram negociados 1.026.083 de contratos futuros de soja ontem. O volume de contratos em aberto bateu recorde, o que indica forte movimento dos fundos de investimento.

Para Pedro Dejneka, sócio-diretor da consultoria AGR Brasil, em Chicago, não há nenhum elemento relacionado ao cenário de oferta e demanda que justifique os preços da soja nos níveis atuais.

Desde fevereiro, os fundos vêm aumentando suas apostas nos mercados de commodities em geral depois que as matérias-primas ficaram "baratas demais".

Alguns traders têm citado como motivo para a alta recente da soja as chuvas na Argentina (terceiro maior produtor e exportador mundial do grão), que têm provocado alagamentos nas lavouras.

Circulam informações de que as perdas estariam na ordem de mais de 10 milhões de toneladas. Mas Dejneka avalia que a quebra não passará de 3 milhões a 5 milhões de toneladas - um volume ínfimo frente aos estoques globais de 79 milhões de toneladas que devem ficar no fim da safra atual.

Em contrapartida, o dólar tem perdido força no Brasil, reduzindo os ganhos que os produtores brasileiros podem ter ao vender a soja nos patamares atuais de preço internacional. Enquanto a soja subiu quase 16% em 34 dias, o dólar acumulou queda de 10,6% ante o real.

Ainda assim, a elevação da soja é uma oportunidade para os produtores do Brasil fecharem negócios, diz Dejneka. O preço atual está 4,5% acima da média prevista pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), de US\$ 350 a tonelada nesta safra. Se as cotações seguirem em alta, a receita com as exportações de soja em grão nesta safra pode superar os US\$ 19,355 bilhões previstos pela Abiove.

Mal-do-Panamá ameaça oferta global de banana. Jamie Smyth - Valor Econômico. 20/04/2016.

Bevan Robson olha com pesar para um campo árido onde autoridades de biossegurança da Austrália exterminaram milhares de seus pés da banana com injeções letais. "Eles calculam que o mal-do-Panamá nos liquidaria em dois anos", diz o fazendeiro do Estado de Queensland, no nordeste da Austrália.

Os 162 hectares da família Robson, em Tully, estão no epicentro de uma praga que ataca as plantações de banana na região conhecida como Ásia-Pacífico e que, segundo a ONU, ameaça uma indústria que movimentada globalmente US\$ 36 bilhões por ano. Um ano atrás, a fazenda do australiano foi infectada pela cepa Tropical Race 4 (TR4) do fungo que causa a doença, que se espalha rapidamente e está dizimando plantações em toda a Ásia.

"O TR4 é considerado um risco maior, uma vez que a produção mundial de banana depende muito da variedade Cavendish, que é suscetível à praga", diz Fazil Dusunceli, especialista em patologia vegetal da ONU. O TR4 foi detectado pela primeira vez em Taiwan em 1990. Ele se espalhou rapidamente, destruindo plantações na Indonésia, Malásia, Filipinas e norte da Austrália. Nos últimos três anos, infectou fazendas no Oriente Médio, África e Queensland, levando a ONU a requisitar quase US\$ 50 milhões em recursos para combater a epidemia.

A preocupação com o TR4 é tamanha que a indústria da banana transferiu o local de seu encontro anual, o International Banana Congress, da Costa Rica para Miami, para que os delegados não espalhassem o fungo na América Central. Discussões sobre como combater o TR4 estarão na pauta na semana que vem. "O mal-do-Panamá é causado pelo fungo fusarium, que infecta as bananeiras pelas raízes e provoca um definhamento que acaba matando as plantas", diz Tony Pattison, um cientista do governo de Queensland. "É quase impossível curar as plantas infectadas ou remover o fungo do solo."

O fungo se espalha com movimentos do solo, provocados geralmente por trabalhadores, máquinas, animais ou alagamentos. Pattison afirma que os temores da ONU e da indústria global são justificados, já que a primeira cepa do mal-do-Panamá destruiu o mercado exportador global na década de 1950 - então dominado pela variedade Gros

Michel. Isso forçou os produtores a mudar a produção para a variedade Cavendish, que é resistente à primeira cepa da praga, mas não à TR4.

As bananas Cavendish são apropriadas para a exportação. São populares junto aos consumidores, suportam longas jornadas pelos mares e são facilmente comercializadas, graças ao tamanho e formato padronizados. A variedade responde por até 95% das exportações globais de banana, mas resulta em uma vasta monocultura que torna as plantas mais vulneráveis a epidemias.

Autoridades da ONU estão tentando conter a TR4 antes que a cepa chegue à América Latina, onde enormes fazendas produzem três quartos das frutas exportadas no mundo. Uma parte da solução pode ser encontrada em Tully, onde o surto até agora está restrito a uma única fazenda. Os plantadores de banana de Tully ergueram cercas para impedir a movimentação de animais, limitaram o tráfego humano e de máquinas e começaram a pulverizar carros e sapatos dos trabalhadores. As autoridades criaram um sistema de vigilância de alerta precoce e programas educacionais para os produtores e estão fazendo testes de todo o material vegetal novo contra a TR4.

"A detecção antecipada é vital para que as autoridades implementem a quarentena", diz Rebecca Sapuppo, líder do programa de biossegurança de Queensland contra a TR4. Porém, especialistas dizem que a falta de um plano de compensação adequado para os plantadores vítimas da praga, é uma fraqueza em muitos países, incluindo a Austrália.

As discussões entre a indústria bananeira da Austrália e Robson sobre a compra de sua produção e o fechamento de sua fazenda até agora não deram em nada. Durante as negociações, uma quinta infecção pela cepa TR4 foi detectada. Robson diz que se sente abandonado pela indústria bananeira da Austrália. "O perigo é que sem um sistema de compensação adequado, os produtores poderão não admitir que têm a doença", diz André Drenth da Universidade de Queensland. Ele chama atenção para a experiência na Ásia, onde muitos plantadores não conseguiram detectar a TR4 por falta de informação adequada, permitindo sua rápida disseminação. (Tradução de Mario Zamarian)

ADM unifica comando na América do Sul. Mariana Caetano – Valor Econômico. 20/04/2016.

A troca de experiências e conhecimento entre especialistas que trabalham no Brasil e os que estão baseados na Argentina deve ser a base para uma maior integração das atividades na América do Sul da Archer Daniels Midland (ADM), uma das maiores empresas de agronegócios do mundo, com vendas globais de quase US\$ 70 bilhões ao ano. Quem vai comandar esse projeto é Scott Fredericksen, executivo americano que está no grupo há mais de três décadas e que passou a ser presidente para a América do Sul. Diferentemente de seu antecessor, ele responderá também pela operação na Argentina. Fredericksen disse que o próximo ano deve ser "duro". Ele não vê os preços da soja e do milho muito mais altos na safra 2016/17.

Camex zera taxa para importar milho. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 20/04/2016.

Após articulação do Ministério da Agricultura, o Comitê Executivo de Gestão (Gecex), órgão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), decidiu zerar, por seis meses, a tarifa de 8% do imposto de importação que incide sobre o milho de países que não pertencem ao Mercosul.

O comitê, instância técnica vinculada à Câmara de Comércio Exterior (Camex), autorizou que a retirada do imposto entre em vigor a partir da publicação de uma portaria no "Diário Oficial da União", o que deve acontecer na semana que vem, como informou o Ministério da Agricultura. A publicação ainda depende de assinatura do ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro.

A medida deve ser referendada pelo Conselho de Ministros da Camex, mas como houve consenso entre os técnicos dos ministérios que compõem a câmara não será necessária a validação final da Camex para entrar em vigor.

Pela decisão de ontem, um volume de até um milhão de toneladas importado nesse período de seis meses ficará do livre do imposto. O que ultrapassar esse montante terá de pagar a tarifa de 8%. Segundo o MDIC, a cota não é por país, mas para o volume total de exportações.

A iniciativa veio após a queixa das indústrias processadoras de carnes de frango e suína de que a menor oferta de milho no mercado interno encareceu o preço do cereal, e por

consequência o custo de produção de empresas como BRF e JBS, que já vêm importando milho há mais de um mês.

União Europeia poderá abrir mercado de sementes para o Brasil. Ana Carolina Oliveira – MAPA. 20/04/2016.

Primeiro passo será a aprovação do sistema brasileiro de controle do produto

A União Europeia deverá aprovar o sistema brasileiro de controle de sementes. A decisão foi anunciada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nesta terça-feira (19), por auditores europeus. Isso permitirá a exportação, inicialmente, de sementes de milho e de forrageiras.

Nas últimas semanas, os auditores visitaram a área rural do Paraná e de Minas Gerais, além de uma fábrica de sementes de milho no Distrito Federal. Eles avaliaram que o governo brasileiro tem condições de garantir a pureza das sementes com os mesmos padrões da Europa. O Brasil deverá obter o certificado de equivalência, documento exigido pela UE que comprova que o país tem um controle equivalente ao da Europa.

Agora, os auditores vão recomendar ao Parlamento Europeu o reconhecimento de equivalência. Depois da conclusão desse processo, o Brasil poderá receber autorização para exportar as sementes.

O diretor do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas do Mapa, André Peralta, detalhou os próximos passos para a conclusão do processo. “Os auditores europeus vão apresentar um relatório ao Ministério da Agricultura, que em seguida vai respondê-lo. Depois disso, eles encaminharão o parecer conclusivo a uma comissão. Só então, a decisão poderá ser publicada pelo Parlamento Europeu.”

Escaladas tarifárias dificultam comércio de produtos agroindustriais entre Brasil e China. CNA. 20/04/2016.

Tradicional importadora de commodities e principal destino das exportações agropecuárias brasileiras, a China tem dificultado a entrada de produtos de maior valor agregado produzidos no Brasil. Com o objetivo de proteger sua indústria doméstica, entre outros, o país asiático tem utilizado escaladas tarifárias - diferença entre a taxação da matéria-prima e seus respectivos itens processados -, cada vez mais altas, afetando o comércio bilateral. Em alguns casos, a proporção desta escalada chega a 30 pontos percentuais em relação ao insumo.

As informações fazem parte de um estudo da Superintendência de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (SRI/CNA), que mapeou, entre outros setores, aqueles em que o Brasil tem participação no mercado internacional, mas comércio nulo ou inexpressivo com a China. Em relação a estes mesmos segmentos, o país asiático importa volume expressivo do mundo. Nesta lista, estão produtos derivados do cacau, café, amendoim, oleaginosas e vegetais, que são os mais afetados pelas escaladas tarifárias.

Os processados a partir do amendoim enfrentam as maiores escaladas, que chegam a 30 pontos percentuais. Segundo o estudo, a matéria-prima é isenta de taxa, enquanto sob o amendoim preparado ou conservado incide uma alíquota de 30% para entrar na China. Enquanto o país asiático importou US\$ 2,16 bilhões no mercado internacional, não houve registro de compras provenientes do Brasil. No caso do café solúvel, a escalada tarifária chega a 22 pontos percentuais. Os chineses têm aumentado o consumo de forma expressiva nos últimos anos, mas apenas 0,2% do volume importado por eles vêm do Brasil.

Em relação ao cacau, o grupo que inclui manteiga, gordura e óleo também tem sofrido com as altas tarifas de importação para, com escaladas tarifárias de 14 pontos percentuais. O Brasil tem 2% de fatia no mercado internacional destes produtos. Entretanto, a China, apesar de ser responsável por 1,6% das compras mundiais, não tem qualquer volume adquirido pelo país asiático. “O fato de o Brasil não acessar o mercado chinês sugere que a escalada tarifária pode estar constituindo uma barreira proibitiva ao comércio brasileiro com o país asiático”, explica o estudo.

Quanto às oleaginosas, a China é o principal destino da soja em grão brasileira. Entretanto, o mesmo não se pode dizer sobre seus derivados processados. De acordo com a SRI, o Brasil é o segundo maior exportador mundial de óleo de soja, mas as

alíquotas aplicadas para acesso ao mercado asiático têm sido uma barreira. A escalada, neste caso, é de 6 pontos percentuais, diferença entre 9% da taxa de importação para o produto industrializado e de 3% sobre a matéria-prima. Outros produtos, como óleo de algodão e pimentão e pimenta secos (não triturados nem em pó), têm de pagar taxas de 10% e 7%, respectivamente, para entrar em território chinês.

“É exatamente o comércio bilateral desses produtos beneficiados que mais é atingido pelas altas tarifas. A determinação das escaladas tarifárias aos produtos agropecuários brasileiros na China é uma importante ferramenta para detectar setores com potencial de comércio que têm sido prejudicados devido à existência de barreiras tarifárias, e viabilizar uma estratégia adequada para a negociação de possíveis acordos comerciais baseada na redução de tarifas”, conclui o estudo.

Bonasa, do DF, alcança R\$ 1 bi em vendas e passa a exportar. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 22/04/2016.

Com atuação na avicultura brasileira desde 1964, a família Amorim já fez de tudo um pouco do setor, da genética à industrialização de carnes. À frente da Bonasa Alimentos, frigorífico de carne de frango criado na década de 1990, os Amorim alcançaram ano passado o primeiro bilhão em faturamento, e agora apostam no mercado externo para manter o crescimento e também amenizar a situação adversa no mercado brasileiro.

"Estamos vivendo a tempestade perfeita. Tem pressão do custo do grão e, por outro lado, você não consegue repassar esse custo", afirmou ao **Valor** Aroldo Amorim Filho, diretor-presidente da companhia. Neste ano, o milho é o principal fator de pressão sobre as margens da indústria de carne de frango - o cereal subiu quase 50% em Rio Verde (GO), conforme levantamento feito pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea).

Segundo Amorim, a escassez de milho no Tocantins, onde a Bonasa tem dois frigoríficos, obrigou a empresa a alterar a estratégia de suprimento de milho, principal matéria-prima da ração. "Estamos trazendo milho de Goiás e de Mato Grosso porque quase toda a produção de Tocantins foi exportada pelo porto de Itaqui (MA)", disse. Foi a primeira vez que a Bonasa precisou comprar milho em outros Estados.

Em meio à dificuldade de repassar a alta dos preços do milho para os produtos finais por conta da crise econômica brasileira, o projeto de exportação ganha importância tanto para a Bonasa escoar parte de sua produção como para acessar linhas de crédito mais baratas. Também há vantagens tributárias, como a possibilidade de comprar insumos com crédito de impostos, disse Amorim.

Até 2014, a Bonasa não exportava. Foi só no ano passado, com a habilitação do frigorífico de Aguiarnópolis (TO) para exportação, que a empresa iniciou as vendas de carne de frango ao exterior. A companhia exportou quase mil toneladas em 2015 a partir do porto de Vila do Conde, em Barcarena (PA). A ideia é exportar pelo porto de Itaqui (MA), mais próximo da unidade da empresa no Tocantins. Para isso, o fluxo de exportações tem que crescer.

Gradualmente, as exportações de carne de frango da empresa estão crescendo. "Só em janeiro, exportamos 660 toneladas", frisou o empresário. A Bonasa projeta exportar 7,6 mil toneladas de carne de frango em 2016, obtendo uma receita de cerca de R\$ 50 milhões. No próximo ano, a companhia vislumbra exportar 30% da produção da planta de Aguiarnópolis - neste ano, serão 15% -, dobrando a receita com as exportações para R\$ 100 milhões, disse Amorim.

Mas os planos da Bonasa para as exportações não param em Aguiarnópolis. Segundo ele, o projeto inclui habilitar para a exportação os outras três unidades de frango, a começar pela planta de Nova Veneza (GO). "Pensamos em ter as quatro plantas habilitadas", disse. O único frigorífico de suínos da Bonasa, localizado na cidade-satélite de Brazlândia (DF), também poderá ser habilitado no futuro, acrescentou.

Puxada pelas exportações, a Bonasa projeta encerrar 2016 com um faturamento líquido de R\$ 1,150 bilhão, avanço de 13,5% na comparação com o total de R\$ 1,013 bilhão reportado no ano passado. A expectativa de Amorim para 2016 considera a melhora da rentabilidade no segundo semestre, com a queda dos preços do milho. "A gente está vivendo um ponto fora da curva. Com a entrada da safrinha, voltamos para o azul no segundo semestre", previu.

Venda externa de cooperativas sobe 12%. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 22/04/2016.

Estimuladas principalmente pelo dólar forte, que eleva suas receitas em real, as cooperativas agrícolas brasileiras exportaram US\$ 1,36 bilhão no primeiro trimestre deste ano, 12% a mais que nos três primeiros meses de 2015.

Ao todo, 115 cooperativas do setor agropecuário exportaram produtos nesse intervalo, o que totalizou um volume de vendas 3 milhões de toneladas, um acréscimo de 66% na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, de acordo com os dados compilados pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), com base nas informações geradas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

Do lado das importações, também houve alta, de 21,2%, para US\$ 84,4 milhões, nos três primeiros deste ano. Com isso, o saldo da balança comercial das cooperativas foi de US\$ 1,2 bilhão, 11,5% maior que o verificado no período de janeiro a março de 2015.

"Ao contrário de anos anteriores, vemos hoje claramente que as cooperativas estão sendo beneficiadas por ganho de receita cambial, o que é um componente que privilegia as exportações", diz o coordenador do ramo agropecuário da OCB, Paulo César Dias. "Se o dólar se mantiver nesse patamar atual, cotado acima de R\$ 3, teremos uma boa performance das cooperativas ao longo de todo o ano", afirma.

Entre os produtos mais exportados no primeiro trimestre deste ano pelas cooperativas destaca-se a soja, que geralmente lidera os embarques do agronegócio brasileiro. As vendas externas do grão pelas cooperativas mais que quadruplicaram, para US\$ 260 milhões. O segundo item que mais cresceu na pauta de exportações das cooperativas foi o milho, com US\$ 122,6 milhões, alta de 92% no período. Logo depois veio o etanol, que gerou receita de US\$ 54,3 milhões, uma alta de 63% em relação ao mesmo intervalo de 2015.

Para Dias, da OCB, a evolução das exportações de milho chama atenção. "O milho ocupou a quinta posição entre os produtos mais exportados pelas cooperativas no primeiro trimestre, mas nunca esteve nessa posição. Ao longo de 2015 ele foi o nono item mais vendido para outros países", destacou.

Outros produtos que geralmente figuram entre os mais exportados pelas principais cooperativas brasileiras registraram queda nos embarques no primeiro trimestre. As exportações de açúcar recuaram 11%, para US\$ 202,5 milhões, as de miúdos de frangos caíram 5,6%, para US\$ 193,5 milhões, e as de café em grão diminuíram 41,4%, para US\$ 159 milhões.

A China aparece como principal destino para as exportações das cooperativas agrícolas. De janeiro a março de 2016, as vendas externas das cooperativas ao país asiático somaram US\$ 303,3 milhões, o dobro do alcançado no mesmo período de 2015. Como resultado, a China ampliou sua participação nas exportações das cooperativas, de 10% no primeiro trimestre de 2015 para 22% nos três primeiros meses deste ano.

O segundo principal destino para as exportações das cooperativas brasileiras foram os Estados Unidos. As vendas ao país recuaram 15% para US\$ 101,3 milhões. A seguir vêm os Emirados Árabes Unidos, que importaram US\$ 95 milhões (alta de 4,1%), depois a Alemanha, que importou o equivalente a US\$ 90 milhões (uma retração de 21,6%).

As cooperativas que mais puxaram esses resultados, conforme a OCB, foram a Coamo, do Paraná, Copersucar, de São Paulo, a catarinense Aurora, a Cooxupé, de Minas Gerais, e a paranaense C.Vale.

Em todo o ano passado, as exportações agrícolas das cooperativas nacionais somaram US\$ 5,3 bilhões, alta de 1,3% sobre 2014. O volume exportado também aumentou em relação a 2014: 30,9%, para 9,2 milhões de toneladas.

Brasil oficializa isenção de tarifa para importação de milho. Reuters – O Globo, Economia. 22/04/2016

O milho dos EUA deve ser beneficiado pela isenção da tarifa de 8%

SÃO PAULO - O governo brasileiro oficializou nesta sexta-feira que zerou a tarifa de importação de milho para compras de fora do Mercosul, segundo publicação no Diário Oficial da União, uma medida que havia sido aprovada nesta semana pela Câmara de Comércio Exterior (Camex).

A resolução, que visa aumentar a oferta do cereal em um mercado doméstico atingido por preços em patamares recordes, o que afeta margens das indústrias de carnes, valerá por um período de 180 dias, para uma cota de 1 milhão de toneladas.

O milho dos Estados Unidos, os maiores exportadores globais, deve ser beneficiado pela isenção da tarifa de 8%. Na quarta-feira, os contratos futuros na bolsa de Chicago chegaram a ficar sustentados pela decisão do governo brasileiro, anunciada na última terça-feira.

A medida, assinada pelo presidente da Camex, o ministro Armando Monteiro, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, entra em vigor na data de sua publicação.

Mas a resolução diz ainda que a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) editará norma complementar, visando estabelecer os critérios de alocação da cota.

Publicada resolução da Camex que zera imposto de importação do milho. MAPA. 22/04/2016.

Medida visa a conter alta dos preços das carnes de frango e de suíno

A Câmara do Comércio Exterior (Camex) publicou, no Diário Oficial da União desta sexta-feira (22), resolução que reduz de 8% para zero o imposto de importação do milho em grão. A medida, válida por seis meses, está limitada a um milhão de toneladas e visa conter a alta dos preços, no mercado interno, das carnes de frango e de suínos, que têm no cereal a base da alimentação.

A desoneração atende à demanda dos criadores de aves, suínos e produtores de leite, que demonstravam preocupação com a alta do preço do milho no mercado interno. O Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango e um dos principais exportadores de carne suína.

A proposta de isenção - encaminhada à Camex pela ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) – foi aprovada pelo Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex), vinculado à Camex, na última terça-feira (19).

A limitação a um milhão de toneladas visa a proteger o produtor brasileiro, que dará início à colheita do milho safrinha nos próximos meses. “Como a isenção do imposto valerá entre maio e outubro e terá quantidade limitada, a comercialização do milho safrinha não causará prejuízo aos agricultores”, afirmou o secretário de Política Agrícola do Mapa, André Nassar.

A importação de milho proveniente de países membros do Mercosul já é isenta de impostos. Portanto, a medida estimulará a compra do grão produzido em outros países parceiros, como os Estados Unidos.

Amaggi vai investir US\$ 100 milhões em unidade portuária na Argentina. Vandson Lima – Valor Econômico. 25/04/2016.

Uma das maiores companhias do agronegócio na América Latina, a Amaggi fará um investimento da ordem de US\$ 100 milhões para instalação de uma unidade portuária de granéis na Argentina.

A decisão de desengavetar o projeto, segundo o senador e acionista Blairo Maggi (PR-MT), decorre do que considera uma significativa melhora das condições políticas e econômicas no país vizinho após a eleição de Mauricio Macri. "Era algo que estávamos prontos para fazer há algum tempo, mas a condição política de lá não era boa. Com a mudança de governo e as perspectivas que vêm sendo colocadas pelo novo presidente, criou-se um ambiente adequado para o investimento", afirmou Maggi.

A instalação deverá se dar em três fases, sendo a primeira a construção do terminal portuário fluvial, e a segunda, a implementação do sistema de descarga hidroviária. O montante estimado, que soma quase R\$ 360 milhões, refere-se a essas duas fases. No momento, a companhia estuda formas de financiamento adequadas ao tamanho do investimento.

A terceira fase deverá compreender a construção de uma unidade de esmagamento. Uma área para construção da fábrica já está sendo analisada, com a possível aquisição ainda este ano e continuidade de elaboração do projeto técnico, obtenção de licenças e financiamento em 2017.

A Amaggi está presente na Argentina há cinco anos, com um escritório de originação de grãos na cidade de San Izidro. Ao **Valor**, a companhia esclareceu que, "sendo a Argentina o terceiro maior produtor de grãos do mundo, sempre foi desejo da Amaggi permanecer e ampliar a sua atuação local. Hoje, diante do cenário político e econômico favoráveis, entendemos que este é o momento apropriado para levar adiante estes novos planos de investimentos naquele país".

Blairo, que já se manifestou favorável ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, comparou a situação argentina com o caso brasileiro e disse estar seguro que, assim como a Amaggi, há um grande número de companhias retendo dinheiro à espera de um horizonte político que permita a retomada dos investimentos. "Converso com muita gente e sei que há muito investimento de porte à espera de uma definição do quadro político. Esse processo vai destravar com uma mudança de governo, que eu defendo", observou.

Brasil ganha peso na expansão da Cofco Agri. Fernando Lopes – Valor Econômico. 25/04/2016.

É impossível distorcer a realidade. Se uma trading de produtos agrícolas de fato tem a ambição de ser global, precisa estabelecer bases sólidas no Brasil e, de preferência, em vizinhos-chave do país na América do Sul, como a Argentina. Não por outro motivo, os primeiros passos da Cofco Agri, controlada pela estatal chinesa de alimentos Cofco, já foram marcados por tacadas que procuraram estabelecer um bom ponto de partida no mercado brasileiro. E essa estratégia será aprofundada nos próximos anos com rapidez e investimentos bilionários, especialmente em logística. Se tudo der certo, o objetivo é abrir o capital antes de 2020, num mercado ainda não definido.

A empresa começou a tomar forma em 2014, quando a Cofco investiu quase US\$ 3 bilhões para adquirir 51% das ações da trading holandesa Nidera, que já estava em ascensão, e também da divisão agrícola do grupo asiático Noble, cujo equilíbrio econômico-financeiro já havia sido melhor. Foram as maiores aquisições da história da Cofco e do segmento chinês de grãos e oleaginosas. Em março passado, o conglomerado concluiu a compra dos 49% que ainda não tinha na Noble, e nos

próximos meses sua participação na Nidera chegará a 65%. Estimativas recentes sinalizam que, no total, o valor de mercado da Nidera chega a US\$ 4 bilhões.

Paralelamente a esses investimentos, a estatal escolheu a dedo os líderes da nova Cofco Agri. E, entre outras contratações, no ano passado foi buscar na americana ADM dois executivos com larga experiência na área de grãos em geral e no Brasil em particular. O CEO global Matt Jansen, que nasceu nos EUA e que trabalhou na subsidiária brasileira da rival entre 1999 e 2006, e o CEO para a América do Sul Valmor Schaffer, que ocupava a mesma função na concorrente.

Casado com uma brasileira e fluente em português, Jansen recebeu o **Valor** na semana passada, durante uma de suas recorrentes viagens ao Brasil. Foi tão econômico em números quanto generoso sobre as ambições da empresa que comanda. O foco está na originação de matérias-primas agrícolas, sobretudo grãos, para abastecer principalmente a grande demanda da Cofco na China, mas também outros mercados. Para isso, boa parte dos investimentos será em logística.

"No caso da soja, por exemplo, não temos o compromisso de originar todo o volume processado pelas [seis] unidades de esmagamento da Cofco na China. Se valer a pena, podemos ir ao mercado, até porque temos outros acionistas e a obrigação de gerar retorno, como outra empresa qualquer", afirmou Jansen. Os aportes da Cofco para a aquisição dos controles de Nidera e Noble Agri, que resultaram na Cofco Agri, foram feitos pela holding Cofco International em conjunto com um consórcio de investidores formado por Hoku Investment, Temasek, Standard Chartered Private Equity e IFC (braço do Banco Mundial).

Nesse contexto, Jansen revelou que a Cofco Agri está em negociações avançadas com as estatais chinesas Sinograin e Chinatex para reforçar ainda mais o poder de barganha nas operações de compra de soja. A demanda conjunta do trio por soja chega a 25 milhões de toneladas por ano - "e as três têm capacidade ociosa na China para esmagar". O volume equivale a um terço da demanda total da China e a cerca de metade das exportações brasileiras do grão.

Na China, já estão sob o guarda-chuva da Cofco Agri quatro unidades de processamento de soja. Há outra no Brasil, localizada em Rondonópolis (MT) - onde também há produção de biodiesel -, uma na Argentina e outra na África do Sul. Em geral, ativos

que eram da Noble Agri, que também incluem operações portuárias no Brasil (Santos), na Argentina, na Ucrânia e na Austrália, as duas últimas gerenciadas por meio de joint ventures.

No total, a aquisição da Noble Agri agregou à Cofco Agri um faturamento anual de US\$ 15 bilhões. No caso da Nidera, apenas no Brasil sua receita líquida foi de R\$ 8,4 bilhões em 2015. Da Noble também vieram as quatro usinas sucroalcooleiras que a Cofco Agri tem no Brasil, com capacidade conjunta de moagem de cana de 15 milhões de toneladas por safra e foco em açúcar, outra commodity agrícola com boa demanda na China. A empresa controla outras duas usinas, uma na China e outra na Austrália. Como uma trading típica, a companhia também atua com milho, café e algodão.

Mapa prepara Congresso Mundial de Vinho. Cláudia Lafeté - MAPA. 25/04/2016.

Evento será realizado em Bento Gonçalves (RS) em outubro deste ano

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) está trabalhando nos preparativos da 39ª edição do Congresso Mundial do Vinho. O encontro da Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV) vai ocorrer entre os dias 24 e 28 de outubro deste ano, em Bento Gonçalves (RS). O congresso define as diretrizes para o setor, como, por exemplo, as recomendações para boas práticas de produção de uva e vinho e as condições adequadas para a conservação da bebida.

O Brasil, país-membro da OIV, tem participado das reuniões técnicas e das edições do congresso. Para a divulgação do evento e promoção da imagem dos vinhos e suco de uva nacionais, técnicos do Mapa estiveram na recepção dos delegados oficiais da OIV, na Embaixada Brasileira em Paris, no último dia 15.

“A realização do congresso no Brasil vai possibilitar maior participação do setor nacional e da área científica brasileira nas discussões internacionais. Esse é um encontro que induz ao desenvolvimento de novos projetos científicos e serve para mostrar ao mundo a nossa realidade”, diz o chefe da delegação brasileira e da Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas do Mapa, Helder Borges.

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) instituiu em 2015, por

meio de portaria, a comissão organizadora do Congresso, tendo como membros o Mapa, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o governo do Rio Grande do Sul, a prefeitura de Bento Gonçalves e o Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin).

Bento Gonçalves fica no alto da Serra Gaúcha e é conhecido como a Capital Nacional do Vinho. O município é pioneiro no Brasil no desenvolvimento do enoturismo, segmento da atividade turística que se baseia em viagem para apreciação do sabor e aroma dos vinhos e das tradições das localidades que produzem a bebida. Em 2014, o congresso ocorreu na Argentina, e em 2015, foi realizado em Mainz, na Alemanha.

Acordo de cooperação técnica irá promover agronegócio no exterior. MAPA. 25/04/2016.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) assinam acordo de cooperação técnica, nesta terça-feira (26), em Brasília (DF). O acordo prevê uma série de ações para promover o agronegócio brasileiro no exterior e atrair investimentos. A assinatura contará com a presença da ministra Kátia Abreu e do presidente da Apex-Brasil, David Barioni Neto.

Serviço:

Assinatura do acordo de cooperação técnica para promoção do agronegócio brasileiro

Data: 26/04/2016

Horário: 15

h

Local: sede do Ministério da Agricultura – Esplanada dos Ministérios – bloco D – auditório maior (sobreloja)

Grupo de trabalho discutirá ampliação de acordo entre Mercosul, Colômbia, Equador e Venezuela. MAPA. 25/04/2016.

Debates incluem o acesso dos produtos agropecuários brasileiros

Um grupo de trabalho, criado este mês, discutirá o aprofundamento e ampliação do Acordo de Complementação Econômica nº 59 (ACE-59), que tem como um dos

principais objetivos formar uma área de livre comércio entre o Mercosul, a Colômbia, o Equador e a Venezuela.

O grupo de trabalho, formado durante a VII Reunião da Comissão Administradora do ACE-59, também debaterá a ampliação do acesso dos produtos agropecuários brasileiros ao bloco andino.

Um dos objetivos é avançar nas discussões para abertura definitiva do mercado colombiano aos produtos agrícolas, o que melhorará as condições de acesso do agronegócio brasileiro.

O ACE-59, firmado em 2003, prevê preferências tarifárias negociadas para diversos produtos, incluindo os do setor agrícola. Isso deverá resultar numa redução gradual do imposto de importação aplicado pelo bloco andino ao Mercosul. No entanto, nem todos os produtos terão suas tarifas reduzidas integralmente ao longo do tempo.

Colômbia e Equador representaram cerca de US\$ 500 milhões em exportações brasileiras do agronegócio em 2015. O mercado colombiano é o mais importante para o Brasil, com US\$ 331 milhões em exportações no ano passado, destacando-se preparações para bebidas e produtos do setor florestal (madeira, papel e celulose).

A Colômbia é também o mercado com maior número de produtos não negociados no acordo. Ou seja, itens que manterão as tarifas atuais. Entre eles, destacam-se açúcar, álcool e chocolates.

Pelo acordo, o mercado colombiano ainda terá outros 26 códigos que não atingirão 100% de redução tarifária – entre os quais estão carne desossada e miúdos bovinos, preparações alimentícias e produtos de padaria.

O mercado venezuelano não foi considerado, uma vez que está em processo de adesão ao Mercosul.

Em consequência da negociação de um acordo mais amplo entre EUA e Colômbia, os produtos agrícolas brasileiros têm perdido participação no mercado colombiano. O novo grupo de trabalho deverá preparar propostas a serem apresentadas na Comissão Administradora do Acordo, com possibilidades de melhora das condições de competição com os produtos norte-americanos e ampliação da presença de produtos do agronegócio brasileiro na Colômbia.

A reunião que definiu a criação do grupo de trabalho ocorreu quinta (21) e sexta-feira (22) da semana passada, em Montevideú.

Fundos negociam volume recorde de soja na bolsa. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 25/04/2016.

O mercado futuro de grãos vivenciou uma euforia incomum na semana passada, com um movimento de compras especulativas que fez girar volumes recordes de papéis na bolsa de Chicago e levou os preços aos maiores valores desde meados de 2015.

Na soja, foram negociados, entre os dias 14 e 21, mais de 3,2 milhões de contratos futuros, o que equivale a 382 milhões de toneladas do grão, calcula Pedro Dejneka, sócio-diretor da consultoria AGR Brasil, sediada em Chicago. Esse montante supera todo o volume que o mundo deve colher de soja nesta safra, de 320 milhões de toneladas. O ápice dos negócios ocorreu na quarta-feira, quando foram transacionados 804 mil papéis - um volume recorde.

Também houve um aumento na quantidade de contratos negociados de milho e trigo, que somaram 1,3 milhão e 4 milhões de papéis, respectivamente, conforme dados do CME Group.

Essa liquidez reflete o forte fluxo de capital de fundos que entraram nos mercados de grãos no período, acompanhando a movimentação em outras commodities. Segundo Dejneka, houve atuação principalmente de fundos chineses no mercado da soja.

Na semana móvel até terça-feira, quando as compras especulativas ainda estavam começando, os fundos já haviam reduzido boa parte de suas posições vendidas (aposta em queda dos preços) em milho e trigo em relação à semana anterior, e aumentado suas posições compradas (expectativa de alta) na soja. Segundo a Comissão de Negociação de Futuros de Commodities (CFTC, na sigla em inglês), o saldo líquido comprado na soja cresceu 35% na semana passada sobre o período anterior, para 135.410 posições - a maior aposta na alta do grão desde 6 de maio de 2014.

Embora alguns analistas citem fundamentos para a atuação dos fundos, como a perspectiva de uma safra de soja menor que o esperado na Argentina, todos concordam que as compras levaram a altas excessivas considerando a oferta atual. Na quinta-feira, os papéis da soja para entrega em julho na bolsa de Chicago fecharam a US\$ 10,275 o

bushel, maior valor desde julho de 2015, quando havia incertezas sobre a colheita nos Estados Unidos.

"A alta foi acima de nossas expectativas", afirmou Aakash Doshi, estrategista de commodities do Citigroup, em Nova York, que cita o enfraquecimento do dólar como um dos motivos para a alta.

Na quinta e na sexta-feira, os fundos começaram a liquidar posições. Como consequência, a soja caiu 3,04% na sexta, acompanhada da maior parte das commodities.

SRB firma parceria com agência Business France. Valor Econômico. 25/04/2016.

A Sociedade Rural Brasileira (SRB) fechou uma parceria com a Business France, agência do governo francês focada em auxiliar no desenvolvimento internacional de empresas pelo mundo. O acordo será formalizado pelo conselheiro comercial da Embaixada da França no Brasil e Diretor América Latina da Business France, Benoit Trivulce, em visita amanhã à Agrishow, em Ribeirão Preto (SP).

O acordo com a Business France servirá para capitanear negócios visando a descoberta de oportunidades para o agronegócio.

Na agenda de atividades da parceria SRB e Business France está uma rodada internacional de negócios, programada para fevereiro de 2017, em Paris, em cooperação com a AXEMA, principal sindicato francês do segmento de máquinas e implementos agrícolas.

Produtores brasileiros e empresas nacionais interessadas em maquinário agrícola serão selecionadas para um encontro com indústrias francesas para descobrir as inovações tecnológicas propostas nesse mercado.

Recessão brasileira prejudica economia dos vizinhos, diz ministro argentino.
Geralda Doca – O Globo, Economia. 25/04/2016

Francisco Cabreara evitou comentar o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff

BRASÍLIA - O ministro da Produção da Argentina, Francisco Cabrera, disse nesta segunda-feira que a crise no Brasil está provocando impactos negativos na economia do país vizinho, principalmente para o setor industrial. Cabrera mencionou que mais de 50% das exportações argentinas são destinadas ao Brasil, que vive hoje uma "ociosidade".

Cabrera evitou comentar o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, alegando que se trata de um problema interno. Mas disse acreditar em uma solução democrática porque as instituições brasileiras são sólidas.

As declarações foram dadas pelo ministro, depois da reunião da Comissão Bilateral Brasil -Argentina, no Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.

— Não escapam à Argentina os problemas do Brasil. Há um importante impacto no setor industrial . Pouco mais de 50% das exportações da Argentina vêm para o Brasil e este fluxo comercial está sendo prejudicado — disse o ministro argentino.

Durante o encontro , foi criado um comitê formado com representantes dos dois países para discutir os temas do acordo automotivo entre Brasil e Argentina, que termina no fim de junho. Cabrera sinalizou que a Argentina não está disposta a flexibilizar o sistema de quotas, embora tenha insistido na possibilidade de as duas partes chegarem a um consenso.

Já o ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro, disse estar "otimista" em acordo mais equilibrado, que considere a integração produtiva e os empregos. Ele lembrou que tanto o Brasil quanto a Argentina têm perspectiva de iniciar um acordo de livre comércio com o México no setor automotivo, a partir de 2019. Isto, segundo Monteiro, deve ser levado em consideração nas discussões sobre a renovação e a ampliação do acordo automotivo com a Argentina.

— Alguns ajustes poderão e deverão ser examinados. Sou otimista em relação ao alcance de condições mais equilibradas — disse o ministro.

Ao ser perguntado se pretendia entregar o cargo, seguindo ex-ministros da base aliada, Monteiro respondeu que o governo está na "plenitude de suas prerrogativas" e que, por isso, continuaria trabalhando para resolver questões pendentes na sua pasta.

Nova Zelândia se volta para o Brasil. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico. 26/04/2016.

"Para uma empresa ser global, é preciso estar no Brasil", afirma o cônsul geral da Nova Zelândia em São Paulo, Ralph Hays. Em tempos mais que bicudos na economia brasileira, a afirmação - que pode parecer batida - é um alento, pois revela que o interesse pelo país persiste entre os que focam o médio e longo prazos.

Hays é também comissário de comércio no Brasil para a New Zealand Trade and Enterprise (NZTE), agência do governo neozelandês criada em 1993 como parte do esforço do país da Oceania de ampliar a presença de seus produtos no exterior. A NZTE tem em seu board tanto membros do governo quanto agentes privados e está no Brasil desde 1996. Tem, ao todo, 46 escritórios espalhados pelo mundo.

Hoje, segundo Hays, 20% do PIB da Nova Zelândia é resultante da exportação, e o plano é que essa fatia chegue a 40% até 2025, conforme o Business Growth Agenda, um conjunto de metas de crescimento definido em 2012 pelo país.

É fácil entender o desejo da Nova Zelândia de buscar a internacionalização de suas empresas. O país tem apenas 4,5 milhões de habitantes, 10% da população do Estado de São Paulo. Essa população pequena limita o avanço das empresas neozelandesas em seu mercado doméstico, por isso a procura pela internacionalização.

No Brasil, o maior interesse da NZTE é o agronegócio, um setor que segue crescendo a despeito das dificuldades na economia. O agronegócio, aliás, é também fundamental na Nova Zelândia. Com um rebanho de 6,4 milhões de vacas leiteiras, o país é o maior exportador mundial de produtos lácteos. Também se destaca na produção de ovinos, com um rebanho de 29,5 milhões de animais. Tem ainda 3,7 milhões de cabeças de

bovinos de corte. Além disso, produz kiwis e os exporta para diversos países. (ver Gigante de kiwis faz aposta de longo prazo no mercado nacional)

O interesse da NZTE é tanto estimular a exportação direta de produtos de empresas da Nova Zelândia para o Brasil quanto o estabelecimento de negócios no mercado brasileiro. O trabalho da agência, explica Nádia Alcântara, gerente de desenvolvimento de negócios em agribusiness da NZTE, é apoiar as empresas de pequeno e médio portes da Nova Zelândia que querem entrar em outros mercados.

Num primeiro momento, a NZTE faz um diagnóstico para saber se empresa está pronta para a internacionalização, por meio de informações como governança, estratégia e disponibilidade de recursos. Depois, define-se o mercado foco. A agência também dá suporte com informações, por exemplo, sobre legislação do país, regulamentações e mercado.

Hoje, no portfólio de companhias neozelandesas interessadas no Brasil há as de áreas como tecnologia para produção no campo, genética animal e de pastagem e manejo de fazendas (identificação eletrônica de animais e sistemas de ordenha, por exemplo). Há ainda empresas do segmento de equipamentos para processamento de alimentos (automação de linhas de abate e de refrigeração), além de empresas especializadas em manejo ambiental e gestão de efluentes.

Disputa com EUA garante cooperação com a África. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 26/04/2016.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao Itamaraty, revelou ontem em evento em Brasília os resultados de um acordo de cooperação técnica executado desde 2009 em parceria com a estatal Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura, para apoiar o desenvolvimento da produção de algodão em quatro países da África - Benin, Burquina Faso, Chade e Mali.

Em virtude do ajuste fiscal, contudo, a agência agora dependerá de recursos do setor privado para manter o projeto no segmento algodoeiro - chamado de "Cotton-4", é um dos mais ambiciosos desenvolvidos pelo Brasil no continente africano, e tem previsão para expirar em 2018.

Desde o fim de 2015, quando começou a segunda fase da iniciativa, 100% das demandas com assistência técnica e pesquisa já passaram a ser mantidas com recursos do acordo firmado para solucionar a disputa entre Brasil e EUA na área de algodão, em 2014. Derrotados na OMC em discussão envolvendo seus subsídios, os EUA, depois de terem pago US\$ 505 milhões entre 2011 e 2014, concordaram, para encerrar o contencioso, em destinar mais US\$ 300 milhões ao Instituto Brasileiro do Algodão (IBA) até 2018 - 10% do total para acordos de cooperação técnica internacional. O IBA foi criado para receber os recursos da vitória na disputa, que originalmente deveriam ser usados em capacitação no Brasil.

O embaixador João Almino, diretor da ABC, disse ao **Valor** que seis anos depois de implementado nesses países, o "Cotton-4" conseguiu, em laboratório e a partir de pesquisas de campo, elevar de 800 quilos por hectare para 3 toneladas por hectare a produtividade média do algodão no Mali, por exemplo. A Embrapa compartilhou, no total, dez cultivares da fibra para serem adaptadas ao clima tropical nas quatro nações envolvidas no acordo. Além disso, criou outras cultivares que ainda chegarão ao mercado.

"Já foram investidos US\$ 5,2 milhões na primeira fase do projeto, dos quais US\$ 1,2 milhão já vieram do contencioso do algodão com os EUA e o restante do nosso orçamento público", disse Almino. "Daqui para a frente continuaremos com o projeto, que até já incluiu um quinto país, o Togo, mas os US\$ 4,6 milhões previstos virão totalmente do contencioso", afirmou. Segundo o diplomata, esta última fase do projeto poderá ter seu orçamento revisto para cima e poderá contar com mais US\$ 5 milhões - também garantido pelos recursos destinados IBA.

Disputa com EUA garante cooperação com a África. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 26/04/2016.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao Itamaraty, revelou ontem em evento em Brasília os resultados de um acordo de cooperação técnica executado desde 2009 em parceria com a estatal Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura, para apoiar o desenvolvimento da produção de algodão em quatro países da África - Benin, Burquina Faso, Chade e Mali.

Em virtude do ajuste fiscal, contudo, a agência agora dependerá de recursos do setor privado para manter o projeto no segmento algodoeiro - chamado de "Cotton-4", é um dos mais ambiciosos desenvolvidos pelo Brasil no continente africano, e tem previsão para expirar em 2018.

Desde o fim de 2015, quando começou a segunda fase da iniciativa, 100% das demandas com assistência técnica e pesquisa já passaram a ser mantidas com recursos do acordo firmado para solucionar a disputa entre Brasil e EUA na área de algodão, em 2014. Derrotados na OMC em discussão envolvendo seus subsídios, os EUA, depois de terem pago US\$ 505 milhões entre 2011 e 2014, concordaram, para encerrar o contencioso, em destinar mais US\$ 300 milhões ao Instituto Brasileiro do Algodão (IBA) até 2018 - 10% do total para acordos de cooperação técnica internacional. O IBA foi criado para receber os recursos da vitória na disputa, que originalmente deveriam ser usados em capacitação no Brasil.

O embaixador João Almino, diretor da ABC, disse ao Valor que seis anos depois de implementado nesses países, o "Cotton-4" conseguiu, em laboratório e a partir de pesquisas de campo, elevar de 800 quilos por hectare para 3 toneladas por hectare a produtividade média do algodão no Mali, por exemplo. A Embrapa compartilhou, no total, dez cultivares da fibra para serem adaptadas ao clima tropical nas quatro nações envolvidas no acordo. Além disso, criou outras cultivares que ainda chegarão ao mercado.

"Já foram investidos US\$ 5,2 milhões na primeira fase do projeto, dos quais US\$ 1,2 milhão já vieram do contencioso do algodão com os EUA e o restante do nosso orçamento público", disse Almino. "Daqui para a frente continuaremos com o projeto, que até já incluiu um quinto país, o Togo, mas os US\$ 4,6 milhões previstos virão totalmente do contencioso", afirmou. Segundo o diplomata, esta última fase do projeto poderá ter seu orçamento revisto para cima e poderá contar com mais US\$ 5 milhões - também garantido pelos recursos destinados IBA.

Governo estabelece limite de importação de milho sem taxa. Mariana Caetano – Valor Econômico. 26/04/2016.

Uma decisão do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), publicada hoje no Diário Oficial da União, estabelece que cada empresa terá direito a importar até 100 mil toneladas de milho sem a incidência de imposto.

A medida se segue ao anúncio feito na semana passada pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), com a suspensão temporária do imposto de 8% para importação de milho. A isenção foi feita por meio da inclusão do produto na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (Letec), e será válida por seis meses para uma cota de 1 milhão de toneladas.

A portaria detalha que o exame dos pedidos de Licença de Importação (LI) será realizado por ordem de registro no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex).

Depois de atingida a quantidade máxima inicialmente estabelecida, “novas concessões para a mesma empresa estarão condicionadas ao efetivo despacho para consumo das mercadorias objeto das concessões anteriores e a quantidade liberada será, no máximo, igual à parcela já desembaraçada”, acrescentou o documento. Uma vez esgotada a cota global, o Departamento de Operações de Comércio Exterior (Decex) não emitirá novas licenças de importação.

A redução da tarifa para importação de milho atendeu ao pedido do Ministério da Agricultura, que busca reequilibrar o mercado nacional e evitar aumento significativo dos custos de produção das carnes de aves e suínos, uma vez que os preços domésticos do grão subiram de forma expressiva este ano. O milho é importante componente da ração animal.

Acordo entre Mapa e Apex reforça promoção do agronegócio brasileiro no exterior. Viviane Novaes - MAPA. 26/04/2016.

Cooperação, com orçamento de 12 milhões, prevê missões empresariais a outros países para atrair investidores

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) assinaram nesta terça-feira

(26) acordo de cooperação técnica que prevê uma série de ações para promover o agronegócio brasileiro no exterior e atrair investidores

O acordo, assinado pela ministra Kátia Abreu e pelo presidente da Apex-Brasil, David Barioni Neto, terá duração de dois anos e orçamento de R\$ 12 milhões. Setenta por cento dos recursos são da Apex-Brasil e 30%, do Mapa.

O objetivo é promover o alimento brasileiro no exterior, abrir mercados e consolidar os existentes. Foram selecionados os setores de carnes (bovina, suína e de aves) e derivados, produtos lácteos, pescados, frutas e sucos, grãos, café, alimentos e bebidas e máquinas e equipamentos.

O grupo alvo de países, blocos e regiões está entre os integrantes do Plano Nacional de Exportações e inclui China, Coreia do Sul, Oriente Médio, Estados Unidos, Rússia, Japão, União Europeia, África Subsaariana e Sudeste Asiático.

Segundo a ministra, a parceria faz parte de um programa ousado de promoção internacional dos produtos do agronegócio. “É uma estratégia inteligente para superarmos os momentos difíceis e que leva em consideração a nova realidade cambial do país. Ao manter uma demanda crescente para as empresas locais, a conquista de mercados estrangeiros promove a criação de empregos no Brasil e incentiva os investimentos”.

Para o presidente da Apex-Brasil, a promoção comercial ajuda o Brasil a ser reconhecido como fornecedor confiável de alimentos. “É um forte instrumento de estímulo à competitividade das empresas brasileiras”, observa Barioni.

Ações

O acordo permitirá a realização de missões empresariais ao exterior, seminários e encontros com compradores no Brasil. Para a atração de investimentos, está prevista a criação de bancos de dados de investidores estrangeiros e de projetos no Brasil.

Por meio do acordo, também será desenvolvido um serviço de relacionamento com possíveis empresários interessados em investir no país. Além disso, a cooperação possibilitará organizar missões internacionais do Ministério da Agricultura.

A parceira ainda prevê estudos com informações de mercado para subsidiar os setores envolvidos nas missões empresariais e nos encontros com compradores estrangeiros no Brasil. Essas análises também poderão ser úteis para se dimensionar o impacto de acordos comerciais sobre o agronegócio brasileiro.

O setor agrícola vem comemorando a abertura e a ampliação de mercados internacionais. Apenas no primeiro trimestre deste ano, a cadeia produtiva registrou saldo positivo de US\$ 17 bilhões, um aumento de 8,7% em comparação ao mesmo período de 2015. Em março passado, quando o país registrou o recorde mensal da série histórica, iniciada em 1997, as exportações do agronegócio totalizaram US\$ 8,35 bilhões e representaram 52,2% das vendas externas totais do Brasil.

Conselho Agropecuário do Sul se reúne no Chile. Ana Carolina Oliveira - MAPA. 26/04/2016.

Brasil e países vizinhos discutem temas como política agrícola e perspectivas para o setor lácteo

Ministros da Agricultura e representantes de governo da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Uruguai e Paraguai participam da XXXI Reunião Ordinária do Conselho Agropecuário do Sul (CAS), em Puerto Varas (Chile), nesta terça (26) e quarta-feira (27). O conselho debaterá sobre políticas agrícolas, agricultura familiar, sanidade vegetal e animal, tecnologias para o setor, sustentabilidade e perspectivas para a cadeia de lácteos.

O diretor do Departamento de Sanidade Vegetal do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa) e presidente do Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul (Cosave), Marcos Vinícius Coelho, representa o Brasil no evento. Nesta terça-feira, ele fez palestra sobre sanidade vegetal.

No encontro, ainda serão apresentadas as perspectivas para o setor leiteiro. A discussão ocorre paralelamente ao Congresso Pan-Americano do Leite 2016, também em Puerto Varas. O congresso, que vai até sexta-feira (29), é promovido pela Federação Panamericana de Leiteria (Fepale) e Federação Nacional de Produtores de Leite do Chile (Fedeleche).

Criado em 2003, o CAS alinha políticas públicas do setor agrícola entre os países-membros. O ministro uruguaio Tabaré Aguerre coordena a reunião de hoje e amanhã. A organização é do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Os assuntos em debate foram selecionados durante o último encontro, em 2015, no México. A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) participou do evento no ano passado.

Kátia Abreu: O mundo quer alimentos brasileiros. Inez De Podestà – MAPA. 26/04/2016.

Acordo entre o Mapa e a Apex ajudará na ampliação de mercados agrícolas para o país

“O mundo nos aguarda e quer alimentos brasileiros”, destacou a ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento), nesta terça-feira (26), durante a assinatura de acordo de cooperação entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) para atrair investidores estrangeiros para os produtos do agronegócio nacional.

“Temos as leis mais rigorosas na área ambiental e trabalhista. Precisamos criar uma inteligência comercial para divulgar esta sustentabilidade social”, assinalou Kátia Abreu, ao falar da importância do acordo. “O nosso café, por exemplo, pode ter até um preço diferenciado, mas nós respeitamos a dignidade humana.”

A parceria buscará mercados prioritários. As primeiras viagens serão à China e Coreia do Sul, no mês de junho. Nesses países, estão previstos seminário com investidores estrangeiros e rodada de negócios.

Entre os setores selecionados para a promoção comercial por meio do acordo estão as carnes (bovina, suína e de aves), produtos lácteos, pescados, frutas e sucos, cafés e máquinas agrícolas.

“É o acordo mais amplo que a Apex já fez até agora, tanto pela importância do Ministério da Agricultura, quanto do agronegócio”, enfatizou o presidente da Apex-Brasil, David Barioni.

Na avaliação da secretária de Relações Internacionais do Agronegócio do Mapa, Tatiana Palermo, a parceria é essencial para o crescimento econômico do nosso país. “Esse acordo pode acelerar as negociações sanitárias e fitossanitárias para abertura de mercados. Precisamos diversificar nossa pauta de exportações e combater as barreiras comerciais.” Tatiana lembrou que os produtos agrícolas, no mês passado, foram responsáveis por 52,2% de todas as vendas externas brasileiras.

Pilgrim's Pride anuncia recall de produtos de frango nos EUA. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 27/04/2016.

A Pilgrim's Pride, subsidiária da JBS SA, anunciou o recall de 2,07 mil quilos de produtos de frango, principalmente nuggets, nos Estados Unidos, devido a possíveis contaminações com objetos estranhos como plástico, madeira, metal e borracha.

O recall foi anunciado a pedido do serviço de inspeção e segurança alimentar do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), depois de queixas de consumidores.

Este recall é uma expansão de outro procedimento semelhante, anunciado em 7 de abril e inclui produtos produzidos entre 21 de agosto de 2014 e 1º de março deste ano.

Pilgrim's Pride anuncia recall de produtos de frango nos EUA. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 27/04/2016.

A Pilgrim's Pride, subsidiária da JBS SA, anunciou o recall de 2,07 mil quilos de produtos de frango, principalmente nuggets, nos Estados Unidos, devido a possíveis contaminações com objetos estranhos como plástico, madeira, metal e borracha.

O recall foi anunciado a pedido do serviço de inspeção e segurança alimentar do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), depois de queixas de consumidores.

Este recall é uma expansão de outro procedimento semelhante, anunciado em 7 de abril e inclui produtos produzidos entre 21 de agosto de 2014 e 1º de março deste ano.

Beraca investe na biodiversidade brasileira para exportação. Andrea Vialli – Valor Econômico. 28/04/2016.

Quem mora na região do Cerrado brasileiro conhece bem o pequi, o fruto espinhoso de sabor ácido que é muito utilizada em preparações culinárias, como conservas e o tradicional arroz com o ingrediente. O que poucos sabem é que o óleo de pequi, rico em betacaroteno, é um bálsamo para cabelos encaracolados: hidrata e define os cachos, o que encantou visitantes da feira InCosmetics, voltada para ingredientes da indústria de cosméticos, realizada há duas semanas em Paris. A Beraca, empresa brasileira responsável pelo lançamento, há mais de 15 anos vem apostando em pesquisa e no vasto potencial de geração de valor agregado da biodiversidade brasileira. Buriti, pracaxi, andiroba, urucum e ucuuba estão entre as matérias-primas comercializadas para mais de 40 países, com grandes clientes do ramo de cosméticos e fármacos.

A Beraca faz parte do grupo Sabará, do setor químico, e começou a trilhar o caminho do uso sustentável da biodiversidade brasileira há 16 anos, após a aquisição de uma startup fundada em Belém por professores da Universidade Federal do Pará. Desde então, seu negócio tem sido pesquisar plantas nativas dos principais biomas brasileiros: da Amazônia vem quase 80% dos insumos, mas o Cerrado, a Mata Atlântica e a Caatinga cada vez mais fornecem matérias-primas. A empresa também atua no fomento a relações com as comunidades para a compra dos ingredientes e desenvolve produtos com base nesses ativos, a maior parte com certificação orgânica. “Há um interesse crescente pela biodiversidade brasileira por parte dos grandes players do setor de cosméticos. O buriti é mais conhecido lá fora do que aqui”, diz Thiago Terada, gerente de sustentabilidade e assuntos corporativos da Beraca.

Segundo ele, duas grandes tendências do mercado internacional de beleza favorecem as empresas brasileiras: de um lado, a busca por ingredientes naturais e orgânicos. De outro, a valorização de uma beleza mais natural, sem tantos artifícios – saem de cena os cabelos alisados, entra em cena a valorização dos cachos, por exemplo. Ambas as tendências representam oportunidades para as empresas brasileiras. “O Brasil é um país com enorme biodiversidade de ativos e com a maior diversidade de tipos de cabelo do mundo”, afirma.

Falta, porém, destravar a pesquisa. As regras para o acesso ao patrimônio genético brasileiro não têm sido fáceis, e muitas empresas acabaram desistindo de investir no nicho por achar o jogo muito burocrático. Esse cenário ensaiou uma mudança com a aprovação no novo marco legal da biodiversidade. A Lei 7.735/2014, sancionada pela presidente Dilma Rousseff em maio do ano passado, substituiu uma medida provisória de 2001 e simplificou os procedimentos para a pesquisa científica. Só que a lei ainda não foi regulamentada e, dado o atual cenário de instabilidade política e econômica, a pesquisa na área está travada. No caso da Beraca, os estudos de bioprospeção não foram interrompidos porque a empresa possuía licenças anteriores à mudança no marco regulatório, explica Terada. “O cenário não é o mais propício para as pesquisas, mas esperamos que isso mude”, diz.

CMOC, da China, adquire ativos da Anglo American. Fernando Lopes e Renato Rostás – Valor Econômico. 29/04/2016.

Uma das transações mais esperadas pelos setores de mineração e fertilizantes foi finalmente anunciada ontem. Em comunicado divulgado pela matriz em Londres, o grupo Anglo American, cujas vendas globais giram em torno de US\$ 23 bilhões, confirmou a venda, por US\$ 1,5 bilhão, de seus negócios de fosfatos e nióbio, concentrados no Brasil, para a China Molybdenum Co, mais conhecida como CMOC.

O valor da venda já era cantado em verso e prosa há anos, e nem o comprador causou grande surpresa. Nos bastidores, a CMOC já aparecia entre as empresas interessadas nesses negócios, cujos ativos são avaliados em cerca de US\$ 1,3 bilhão e que geraram receita de US\$ 544 milhões no ano passado.

Para a Anglo American, é um passo importante de um "reposicionamento estratégico" que permitirá que a empresa se concentre em suas atividades principais e continue a reduzir sua dívida líquida, que deverá recuar para menos de US\$ 10 bilhões até o fim deste ano. Para a CMOC, trata-se de uma diversificação cujo objetivo, aí sim, continua a ser alvo de especulações. De qualquer forma, o negócio marca a estreia de um player chinês no mercado brasileiro de fertilizantes.

"Não deixa de ser uma notícia boa, no sentido de que é capital estrangeiro novo investindo no país segundo as regras em vigor", afirma Carlos Eduardo Florence, diretor-executivo da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil (AMA). Outra fonte do segmento, que preferiu não ser identificada, também destacou que, com um novo controlador, projetos de expansão da Anglo American que estavam parados nos últimos anos agora têm chance de deslanchar, o que pode reduzir um pouco a dependência dos produtores brasileiros de insumos importados.

Há, contudo, algumas preocupações. Em primeiro lugar, os chineses não são conhecidos pela transparência na divulgação de dados, o que pode transformar o dimensionamento da produção nacional de fosfatados em um desafio até maior do que já é. Também não se sabe se esse investimento da CMOC, que passa a responder por cerca de 10% da produção de fosfatados do país, é o primeiro de uma série, se a empresa se contentará em produzir nutrientes e ficar de fora do mercado dos produtos finais, como a Anglo American ou a brasileira Vale, ou mesmo se o negócio servirá para fomentar parcerias.

No caso da operação de nióbio, os ativos adquiridos pela companhia chinesa - que tem ações negociadas nas bolsas de Hong Kong e Xangai - representam o segundo maior volume de produção do mundo, atrás apenas do total movimentado pela Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM). No ano passado, o complexo do grupo localizado em Goiás extraiu 6,3 mil toneladas da matéria-prima, utilizada em larga escala em ligas com o ferro para uso da indústria siderúrgica.

Os ativos de fosfato comprados pela CMOC estão concentrados em Goiás e São Paulo. É também em Goiás que está a extração do nióbio (*ver infográfico*). Diferentemente do observado na área de fertilizantes, outros investidores chineses já se interessaram pelo nióbio brasileiro. A CBMM, que é controlada pela família Moreira Salles, vendeu em 2011 15% de suas ações a um consórcio de siderúrgicas da China bancadas pelo Citic Group, por US\$ 1,95 bilhão.

Desde então, a atratividade do nióbio diminuiu. As ligas de ferronióbio são mais utilizadas em aços de alta resistência, para o transporte de gás, por exemplo, ou para equipamentos pesados. O excesso de capacidade de aço no mundo e o corte de investimentos em petróleo e gás cortou a procura pela liga. Nos últimos 12 meses, os preços de referência do ferronióbio brasileiro posto na Europa caíram 6%.

Dirigentes de universidades e empresas do agronegócio americano conhecem o Sistema CNA. CNA. 29/04/2016.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) junto com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Instituto CNA receberam, na tarde desta quinta-feira (28/04), dirigentes de universidades e empresas do agronegócio americano para debater assuntos sobre toda a cadeia produtiva do mercado internacional.

Durante o encontro, os americanos se mostraram interessados em saber a situação da agropecuária brasileira neste momento de crise política, além de sugeriram parcerias com as empresas brasileiras, tanto em pesquisa quanto em mercado. É a primeira vez que o grupo visita o Brasil. Em 2012, eles estiveram na Costa Rica com o mesmo intuito, de trocar informações e estabelecer parcerias.

Segundo o chefe da Area de Novos Negócios da Novozymes (empresa dinamarquesa de biotecnologia), Ricardo Matsushita, o grande objetivo dessa organização, que hoje tem 47 membros em todo o Estados Unidos, Canadá e México, dividido entre empresas privadas e universidades, é interagir com todas as grandes potências do agronegócio mundial. “É bom saber dos desafios da agroindústria de forma a trabalharmos juntos para ajudar a alimentar o mundo”, ressaltou.

Para a superintendente interina de Relações Internacionais da CNA, Camila Sande, a cooperação entre Brasil e Estados Unidos é fundamental para a construção de uma agenda para alimentar o mundo. “Quanto mais parceria, melhor. Temos que olhar para frente e enxergar os americanos como parceiros imprescindíveis e não como concorrentes”, finalizou.

Coordenador
Sergio Leite

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Secretária
Diva de Faria

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa